

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

LUCIANE PAIVA D'ÁVILA MELO

OS DETERMINANTES POLÍTICOS DAS FINANÇAS ESTADUAIS NO BRASIL  
1986-2002

SÃO PAULO  
2006

LUCIANE PAIVA D'ÁVILA MELO

OS DETERMINANTES POLÍTICOS DAS FINANÇAS ESTADUAIS NO BRASIL  
1986-2002

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração Pública e Governo

Campo de conhecimento:  
Finanças Públicas

Orientador: Prf. Dr. George Avelino Filho

São Paulo  
2006

Melo, Luciane Paiva d'Ávila Melo

Os determinantes políticos das finanças estaduais no Brasil 1986-2002 /  
Luciane Paiva d'Ávila Melo. – 2006.  
198f.

Orientador: George Avelino Filho.

Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Finanças públicas – Brasil – Aspectos políticos. 2. Administração  
estadual - Brasil. 3. Eleições – Brasil – Aspectos econômicos. 4. Política  
tributária – Brasil – Aspectos políticos. 5. Orçamento – Brasil – Aspectos  
políticos. I. Avelino Filho, George. II. Tese (doutorado) - Escola de  
Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 336.1/.5(81)

LUCIANE PAIVA D'ÁVILA MELO

OS DETERMINANTES POLÍTICOS DAS FINANÇAS ESTADUAIS NO BRASIL  
1986-2002

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração Pública e Governo

Campo de conhecimento:  
Finanças Públicas

Orientador: Prf. Dr. George Avelino Filho

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. George Avelino Filho (orientador)  
FGV-EAESP

---

Prof. Dr. Fernando Luiz Abrucio  
FGV-EAESP

---

Profª. Dra. Ana Cláudia Alem  
BNDES

---

Prof. Dr. Otávio Amorim Neto  
FGV-EPGE

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Arvate  
FGV-EAESP

A Sérgio, Alice e Isabel

## **Agradecimentos**

Uma tese de Doutorado ocupa seu autor por um tempo considerável. Muitas pessoas e instituições, portanto, colaboram de alguma forma, para que tal trabalho seja completado. Assim foi também com esta Tese.

Em primeiro lugar devo agradecimentos ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que por meio de seu programa de pós-graduação para funcionários me concedeu uma licença de três anos, em que pude me dedicar integralmente à vida acadêmica, bem como arcou durante quatro anos com as mensalidades do Doutorado. Para convencer o BNDES da importância do meu curso, Denise Rodrigues e Sallustio da Rosa foram fundamentais. Devo agradecer ainda o apoio do COPED (Centro de Pesquisas de Informações e Dados) do BNDES, em especial, de Arthur Garbayo. Dispor do auxílio dos profissionais do COPED para a pesquisa é um privilégio para os funcionários do BNDES. Durante o tempo em que estive de licença, Norival Mageste foi fundamental, atuando como elo de ligação com o BNDES. Na área de administração, mais especificamente no departamento de Recursos Humanos, vários funcionários do BNDES foram responsáveis por cuidar das questões “burocráticas” associadas o Doutorado, a todos, muito obrigada.

Encontrei na Fundação Getúlio Vargas, mais especificamente na Pós-Graduação em Administração Pública e Governo \_ Mestrado e Doutorado \_ um ambiente estimulante e desafiador, e, principalmente, um corpo docente sempre disposto à discussão com os alunos, ainda que numa situação de significativa assimetria de conhecimentos. Gostaria de agradecer aos meus colegas do Doutorado e do Mestrado – Fernanda Silva, Fernando Coelho, Fernando Cosenza, Flávio Estevez Calife, Janaína Mattos, Mário Monzoni e Rafael Oliva \_ por terem tornado este período além de estimulante intelectualmente, agradável e divertido. Devo agradecimentos especiais à Alessandra Sanchez, que foi minha parceira em diversos trabalhos durante o curso, ouvinte atenta dos meus questionamentos, mas, sobretudo, amiga.

Ao meu orientador, George Avelino Filho, agradeço principalmente suas observações precisas, fruto de uma admirável capacidade de pensar organizadamente, o que além de ter sido de enorme ajuda, oferece um exemplo a ser seguido. Paulo Arvate colaborou com seu conhecimento já acumulado na área de pesquisa, com indicações de leitura, discussão de problemas, e sugestões valiosas. Fernando Abrucio apontou algumas questões importantes, ainda na fase de projeto, e por isso, agradeço.

Agradeço a todos os meus amigos e minha família que me entendem e me aceitam, apesar de todas as minhas imperfeições. Para Sergio, Alice e Isabel eu dediquei este trabalho, como agradecimento por todo o tempo deles roubado para sua elaboração.

## RESUMO

O objetivo desta tese é investigar empiricamente se as diferenças nos resultados fiscais dos estados brasileiros no período 1986-2002 podem ser explicadas por variáveis políticas, mais especificamente a ocorrência de eleições, a ideologia dos políticos e a fragmentação política. Utilizam-se dados de painel para obter as estimativas. Tem-se como resultado que o calendário eleitoral afeta significativamente as variáveis fiscais, assim como alguns tipos de gastos. Quanto à ideologia, verificou-se que afeta os tipos de gastos governos de esquerda e centro-esquerda ampliam o investimento e governos de esquerda aumentam os gastos sociais. Governos majoritários na Assembléia aumentam as receitas, e quanto mais fragmentada uma coalizão de governo, maiores os gastos com investimento.



## **ABSTRACT**

The objective of this thesis is to investigate empirically if the differences in the fiscal results of the Brazilian states in period 1986-2002 can be explained by political variable, more specifically the occurrence of elections, the ideology of politicians and the government fragmentation. Panel data is used to get the estimates. The results show evidences that the electoral calendar affects fiscal variables significantly, as well as some types of expenses. It was verified also that ideology affects the types of expenses: left and center-left governments extends the investment and left governments increase social expenses. Governments with majority in Assembly increase receipts, and the more fragmented a government, larger are investment expenses.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	OS CICLOS ELEITORAIS E AS FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS	17
2.1	Os modelos teóricos dos ciclos eleitorais	17
2.1.1	O modelo tradicional	18
2.1.2	Políticos oportunistas e cidadãos racionais	21
2.2	O que nos dizem os estudos empíricos sobre os ciclos eleitorais?	27
2.2.1	Resultados anteriores para o Brasil	30
2.3	Dados e método para testes empíricos	39
2.4	Resultados empíricos para os estados brasileiros no período 1985-2002	48
2.4.1	Os ciclos oportunistas e as variáveis fiscais	48
2.4.1.1	Ciclos oportunistas e receita primária	49
2.4.1.2	Ciclos oportunistas e despesa primária	52
2.4.1.3	Ciclos oportunistas e resultado primário	54
2.4.2	Os ciclos oportunistas e a composição dos gastos	55
2.4.2.1	Gastos com investimento	56
2.4.2.2	Gastos sociais	58
2.4.2.3	Gastos com infra-estrutura	59
2.4.2.4	Gastos com pessoal	60
2.5	Principais resultados do modelo oportunista	61
	APÊNDICE A - Eleições e mudanças institucionais	
	APÊNDICE B – Equações Prais-Winsten para variáveis fiscais	
	APÊNDICE C – Impacto de mudança nas séries sobre as variáveis fiscais	
	APÊNDICE D - Equações com efeitos fixos para estados e anos	
	APÊNDICE E – Mudanças Institucionais e itens de gasto	
	APÊNDICE F – Equações Prais-Winsten para itens de gastos	
	APÊNDICE G – Impacto de mudanças nas séries sobre itens de gasto	
	APÊNDICE H – Equações completas com efeitos fixos para estados e anos para itens de gasto	
3	OS CICLOS PARTIDÁRIOS E AS FINANÇAS ESTADUAIS	75
3.1	Quando os políticos são orientados ideologicamente	75
3.1.1	O modelo partidário tradicional	76
3.1.2	O modelo partidário racional	79
3.2	O que nos dizem os estudos empíricos sobre os Ciclos Partidários?	83
3.3	Dados e metodologia	91
3.4	Ideologia e resultados fiscais	101

3.4.1	Ideologia e variáveis fiscais	102
3.4.1.1	Ideologia e receita primária	102
3.4.1.2	Despesa primária	104
3.4.1.3	Resultado Primário	106
3.4.2	A Ideologia e a composição dos gastos	108
3.4.2.1	A ideologia e os gastos sociais	108
3.4.2.2	A ideologia e os investimentos	109
3.4.2.3	A ideologia e os gastos com infra-estrutura	110
3.4.2.4	A ideologia e as despesas com pessoal	111
3.5	Principais Resultados	113
APÊNDICE I – Impacto de mudanças institucionais e ideologia sobre variáveis fiscais		
APÊNDICE J – Equações Prais-Winsten para ideologia e variáveis fiscais		
APÊNDICE L – Impacto da ideologia e mudanças nas séries sobre as variáveis fiscais		
APÊNDICE M – Ideologia e variáveis fiscais		
APÊNDICE N – Ideologia modificada e variáveis fiscais		
APÊNDICE O – Impacto de mudanças institucionais e ideologia sobre itens de gasto		
APÊNDICE P – Equações Prais-Winsten para ideologia e itens de gasto		
APÊNDICE Q – Impacto de mudanças nas séries e ideologia sobre itens de gasto		
APÊNDICE R – Equações completas para ideologia e itens de gasto		
APÊNDICE S – Ideologia modificada e itens de gasto		
4	FRAGMENTAÇÃO E RESULTADOS FISCAIS	
4.1	Instituições e resultados fiscais	128
4.2	Extensões de Roubini e Sachs	136
4.3	Resultados empíricos para o Brasil	143
4.4	Variáveis e metodologia	146
4.5.1	Fragmentação e variáveis fiscais	152
4.5.1.1	Fragmentação e resultados primários	152
4.5.1.2	Fragmentação e despesa primária	153
4.5.1.3	Receita e fragmentação	154
4.5.2	O Impacto da fragmentação sobre a composição dos gastos	156
4.5.2.1	Fragmentação e gastos sociais	156
4.5.2.2	Fragmentação e investimento	154
4.5.2.3	Fragmentação e as despesas com infra-estrutura	158
4.5.2.4	Fragmentação e os gastos com pessoal	159
4.6	Resumo dos resultados	160

APÊNDICE T – Impacto da fragmentação e mudanças institucionais sobre variáveis fiscais.

APÊNDICE U – Equações Prais-Winsten para fragmentação e variáveis fiscais

APÊNDICE V – Impacto da fragmentação e de mudanças de séries sobre as variáveis fiscais

APÊNDICE X – Fragmentação e variáveis fiscais

APÊNDICE Z – Fragmentação da oposição e variáveis fiscais

APÊNDICE AA – Impacto de mudanças institucionais e fragmentação sobre itens de gasto

APÊNDICE AB – Impacto de mudanças nas séries e fragmentação sobre itens de gasto

APÊNDICE AC – Fragmentação da oposição e itens de gasto

APÊNDICE AD – Equações completas para fragmentação e itens de gasto

5 CONCLUSÃO 177

APÊNDICE AE – Estatísticas das variáveis fiscais

APÊNDICE AF – Quadro resumo com trabalhos empíricos sobre ciclos políticos

6 BIBLIOGRAFIA 190

## 1 Introdução

O objetivo desta tese é investigar se as diferenças nos resultados fiscais dos estados brasileiros no período 1986-2002 são explicadas por variáveis políticas, mais especificamente a ocorrência de eleições, a ideologia dos políticos e a fragmentação política. Embora a disponibilidade de dados e o expressivo interesse pela política fiscal tenham feito com que este tema já tenha sido explorado em outros trabalhos, acredita-se que a questão merecia um tratamento mais completo que o que tinha tido até então. Apesar disso, não se espera com esta Tese esgotar o assunto, apenas apresentar alguns resultados e iluminar novas questões.

São diversos os trabalhos<sup>1</sup> que mostram que os eleitores atribuem um grande peso às questões econômicas no momento eleitoral, de modo que parece natural que nas democracias sejam preferidos os candidatos capazes de oferecer aos cidadãos o maior bem-estar material. Assim, através da política macroeconômica ou do fornecimento de bens públicos, políticas públicas de uma forma mais geral, os candidatos têm um incentivo para melhorar a situação dos eleitores de modo a obter mais votos, tanto para reeleger-se quanto para fazer seu sucessor.

O reconhecimento de que as eleições provocam flutuações na economia é antigo e costuma-se citar Schumpeter (1939) e Kalecki (1943) como os primeiros a apontar este fato. Apesar disso, considera-se que Nordhaus (1975), Hibbs (1977) e Tufte (1978) foram os primeiros a formalizar a influência eleitoral sobre as variáveis econômicas e inauguraram o que passou a ser denominado na literatura especializada de Ciclo Político Eleitoral (CPE). Estes autores reconhecem que os políticos tomam decisões de política econômica de modo a agradar aos eleitores, a diferença básica entre eles é a motivação dos políticos, ou seja, o que os leva a agir desta forma.

No modelo de Nordhaus (1975) os políticos são motivados apenas pelo desejo de permanecer no cargo, e, portanto, irão adotar as políticas que permitam que isto aconteça, provavelmente aquelas que agradarem ao maior número de eleitores.

---

<sup>1</sup> Beck e Stegmaier (2000) fazem uma revisão dos trabalhos existentes nesta área.

Neste caso os políticos são oportunistas e os ciclos são denominados eleitorais, pois é a proximidade de eleições que os provoca. Os políticos implantam políticas com objetivo exclusivo de serem reeleitos ou “fazerem seu sucessor”.

Segundo Hibbs (1977) os políticos são ideologicamente motivados – por sua própria ideologia ou do grupo de eleitores que eles representam. Neste caso, eleger um político significa eleger uma política específica. Os políticos procuram se eleger com o objetivo de implantar políticas que privilegiem seus eleitores.

Logo, há uma clara separação entre os modelos de ciclo eleitoral, em que os políticos são motivados pelo desejo de se manterem nos cargos e, portanto, atribuem pouca ou nenhuma importância à política que será adotada e seus resultados e os modelos partidários. Para os políticos oportunistas as políticas e os resultados são importantes somente na medida em que podem auxiliá-los a ganhar eleições. Nos modelos partidários, ao contrário, o político deseja ser eleito para implantar um determinado programa, que ele acredita ser melhor, e que favorecerá seus eleitores.

A questão central é, portanto, se os políticos desejam ganhar eleições para implantar um determinado programa de governo ou implantam determinadas políticas somente com o objetivo de ganhar votos e serem eleitos. Na realidade parece difícil separar estes dois comportamentos, pois nem mesmo o mais ideológico dos políticos pode implantar seu programa sem ganhar eleições e, portanto, está sujeito a alguma dose de oportunismo no seu comportamento. Drazen (2000) faz uma breve discussão desta questão, apontando quão difícil pode ser, no mundo real, distinguir as motivações dos políticos.

A motivação dos políticos em conjunto com expectativa e avaliação dos eleitores permite criar uma classificação para a literatura existente. Os eleitores podem avaliar os políticos a partir do seu comportamento passado, isto é, retrospectivamente, ou com base no comportamento esperado para o futuro. Se os olham apenas para o passado, podem ser sistematicamente enganados pelos políticos, pois não tentam prever o seu comportamento, são denominados em geral “míopes”. Os eleitores podem votar com base no desempenho esperado para o futuro, e neste caso, suas

expectativas são denominadas racionais. A interação destas duas dimensões, portanto, divide a literatura em quatro grupos apresentados na tabela a seguir, com os trabalhos mais significativos.

	Expectativas e Avaliações	
Motivação dos políticos	Tradicional	Racional
Permanência no Cargo	Nordhaus (1975)	Rogoff & Sibert (1988), Rogoff (1990)
Partidária	Hibbs (1977)	Alesina (1987)

O segundo capítulo desta Tese, que tem início após esta breve introdução apresentará os modelos oportunistas e os resultados empíricos das eleições sobre os resultados fiscais dos governos estaduais. No terceiro capítulo serão apresentados os modelos partidários e os seus resultados empíricos.

O tema desta Tese foi decidido ainda no ano de 2003, mais especificamente, no primeiro semestre daquele ano, durante a disciplina seminário especial. No ano anterior tinham ocorrido eleições para os governos estaduais e federal. No ano de 2004 tivemos eleições municipais, e este ano teremos uma nova disputa para os postos executivos e legislativos nos estados e no nível federal. Durante a elaboração da Tese, portanto, em vários momentos foram divulgadas notícias de manipulação eleitoral dos gastos. A idéia de que gastos públicos são elevados em anos eleitorais parece ser aceita por todos como uma verdade indisputável.

Menos disseminada que a idéia de que os políticos são oportunistas, mas também presente na discussão eleitoral está a crença de que os políticos são ideológicos. A maioria dos políticos brasileiros se enxerga como pertencente à esquerda, pela elevada preocupação que dizem possuir com os “graves problemas sociais” enfrentados pelo Brasil<sup>2</sup>. Mas neste caso, entre os cientistas políticos parece predominar a idéia de que não há ideologia no Brasil. Num sistema classificado como clientelista em que predominam interesses individuais e não partidários, a

---

<sup>2</sup> Ver a este respeito Kinzo (1993).

maioria parece não acreditar que a ideologia seja uma variável importante para explicar os resultados fiscais. Predomina, portanto, a idéia de que é impossível verificar uma regularidade empírica entre ideologia e variáveis fiscais.

Embora não diretamente relacionada às eleições, mas uma questão frequentemente mencionada para justificar a dificuldade em promover ajustes fiscais no Brasil é a elevada fragmentação política, fruto principalmente, do sistema eleitoral e partidário, que criam inúmeros pontos de veto que impedem mudanças no *status quo*, e que se refletem, no lado fiscal, num desarranjo das contas públicas. Na ausência de uma autoridade com poder suficiente para determinar ajustes, tem-se como resultado desequilíbrios freqüentes privilegia-se gastos clientelistas.

Assim, no quarto capítulo apresenta-se a teoria que relaciona a fragmentação política aos resultados fiscais e os resultados empíricos para os estados brasileiros.

O quinto capítulo conclui o trabalho, apontando os principais resultados obtidos e questões ainda abertas.



## **2 Os Ciclos Eleitorais e as Finanças Públicas Estaduais**

Neste capítulo o objetivo é testar a existência de ciclos eleitorais oportunistas para os governos estaduais brasileiros no período 1986-2002. Os candidatos oportunistas como já mencionado, não têm preferências sobre qual tipo de política seguir, escolherão aquela que lhes permita agradar ao maior número de eleitores e com isto, serem reeleitos ou garantirem a vitória de seu partido nas urnas. A idéia de que nos anos de eleição os políticos gastam mais, inauguram obras e fazem tudo que está ao seu alcance para mostrarem aos eleitores as realizações de seu governo faz parte do senso comum no Brasil. O que se pretende investigar neste capítulo é se esta crença pode ser comprovada para os governos estaduais, isto é, se as variáveis fiscais nos governos subnacionais sofrem a influência do calendário eleitoral.

Este capítulo está dividido em cinco seções além desta introdução. Na primeira seção serão apresentados de forma breve os modelos teóricos de ciclos eleitorais e os resultados gerados. A seguir, são apresentados os resultados dos trabalhos empíricos, com ênfase nos trabalhos realizados para o Brasil. Na terceira seção discutem-se os dados utilizados e o método escolhido, e na seguinte, serão apresentados e analisados os resultados empíricos. Finalmente, é apresentado um breve resumo dos resultados obtidos.

### **2.1 Os Modelos Teóricos dos Ciclos Eleitorais**

A literatura de Ciclo Político Eleitoral teve início com o modelo de Nordhaus (1975), em que os eleitores são sistematicamente enganados por políticos oportunistas que manipulam a política monetária de modo a provocar um crescimento econômico de curto prazo no período próximo às eleições e assim aumentar as suas chances de reeleição. Após as eleições, a fim de combater a inflação gerada pela política

monetária frouxa<sup>3</sup> o político eleito é obrigado a adotar uma política monetária mais apertada, e provocar uma redução na taxa de crescimento. Os impactos sobre o crescimento econômico, portanto, são temporários.

Com o surgimento nos anos 1970 das expectativas racionais, Rogoff (1988) e Rogoff e Sibert (1990) introduziram novos modelos em que a manipulação eleitoral surge não mais como um resultado da possibilidade de enganar sistematicamente eleitores ingênuos, mas como fruto da existência uma assimetria informacional entre os políticos e os eleitores. Além de incorporar expectativas racionais, estes modelos ressaltaram a importância da política fiscal como principal instrumento da manipulação à disposição dos políticos. Apesar da maior importância dos modelos racionais para este trabalho, optou-se por apresentar ao leitor também o modelo oportunista tradicional. Nas próximas duas subseções serão apresentadas as principais hipóteses resultados esperados destes modelos, de modo a tornar mais claro os testes empíricos que serão realizados para os governos estaduais no Brasil.

### **2.1.1 O modelo tradicional**

No modelo de Nordhaus (1975), os candidatos à reeleição usam a política monetária<sup>4</sup> para explorar a curva de Phillips e obter votos de eleitores, que não procuram prever o comportamento futuro dos políticos. A Curva de Phillips estabelece uma relação negativa entre inflação e desemprego (crescimento econômico), de modo que uma redução do desemprego poderia ser obtida através de um aumento da inflação. As hipóteses do modelo, bem como suas principais características serão apresentadas nos próximos parágrafos.

No modelo oportunista tradicional, a economia é caracterizada pela curva de Phillips, isto é, existe um dilema entre inflação e desemprego, ou dito de outra forma, entre crescimento e inflação:

---

<sup>3</sup> O político poderia também usar a política fiscal para estimular o crescimento. O importante é que haja um movimento de expansão da demanda agregada.

<sup>4</sup> Drazen (2001) mostra que também pode ser utilizada a política fiscal.

$$y_t = \hat{y} + \pi_t - \pi_t^e \quad (1)$$

Onde  $y_t$  é a taxa de crescimento do produto no período  $t$ ,  $\hat{y}$  é a taxa de crescimento natural do produto,  $\pi_t$  é a taxa de inflação em  $t$  e  $\pi_t^e$  é a inflação esperada para o período  $t$ . A equação (1) significa que se a inflação ocorrida no período  $t$  for maior que a esperada para este período, o produto irá crescer a uma taxa superior à natural.

Os eleitores formam suas expectativas de inflação com base nas taxas de inflação passada, isto é, têm expectativas adaptativas. Políticas de estímulo à economia que surpreendam os eleitores provocam um crescimento do produto e do emprego, e, mesmo que gerem inflação, proporcionam um aumento do bem-estar dos cidadãos. E os cidadãos podem ser surpreendidos sucessivas vezes, uma vez que eles formam expectativas para o futuro sempre com base no passado e não reconhecem que os políticos têm incentivos para surpreendê-los, isto é, não aprendem com seus erros.

$$\pi_t^e = \pi_{t-1} + \lambda (\pi_{t-1}^e - \pi_{t-1}) \quad 0 < \lambda < 1 \quad (2)$$

A equação (2) nos diz que a inflação esperada no período  $t$  é igual à inflação do período anterior ( $t-1$ ) mais uma parcela da diferença entre a expectativa para ( $t-1$ ) e o ocorrido no período em ( $t-1$ ). O que significa que a inflação esperada é igual à inflação do período passado, se houve acerto na previsão. Se houve um erro na expectativa de inflação no período anterior ( $t-1$ ), a expectativa de inflação procura se ajustar aos erros passados, e o parâmetro  $\lambda$  determina a velocidade deste ajuste. Se  $\lambda$  for próximo de um (1), a diferença observada no passado é praticamente toda absorvida à expectativa do período  $t$ , se ao contrário,  $\lambda$  for próximo de zero (0), isto significa que os indivíduos não ajustam suas expectativas imediatamente ao serem surpreendidos<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Esta é a hipótese que permite o surgimento de um dilema entre desemprego e inflação representado pela curva de Phillips. O indivíduo não age estrategicamente, não considera as possíveis ações que o político pode tomar.

Da equação (2) acima, conclui-se que:

$$\pi_t^e = (1 - \lambda) [\pi_{t-1} + \lambda\pi_{t-2} + \lambda^2\pi_{t-3} + \dots]. \quad (3)$$

Ou seja, a inflação esperada em  $t$  é baseada nas taxas de inflação dos períodos anteriores.

Substituindo a equação que descreve a formação de expectativas (3) na equação que indica o comportamento da economia (do produto) (1), tem-se que:

$$y_t = \hat{y} + \pi_t - (1 - \lambda) [\pi_{t-1} + \lambda\pi_{t-2} + \lambda^2\pi_{t-3} \dots] \text{ ou ;}$$

$$y_t = \hat{y} + \pi_t - (1 - \lambda) \sum_{j=0}^{\infty} \lambda^j [\pi_{t-j-1}] \quad (4)$$

A equação (4) nos diz que o produto irá crescer acima da taxa natural se a inflação for acima da inflação esperada, ou, a aceleração da inflação irá provocar, portanto, um crescimento do produto e redução do desemprego.

Os eleitores preferem votar nos políticos que governam com baixa inflação e crescimento da economia e do emprego. Ou seja, os resultados eleitorais dependem significativamente do desempenho econômico. Além disso, os eleitores atribuem maior importância aos resultados mais recentes em detrimento dos obtidos em períodos anteriores. Isto significa que os bons resultados econômicos obtidos no período imediatamente antes das eleições rendem maiores dividendos eleitorais aos candidatos.

Os políticos são idênticos e têm como único objetivo serem reeleitos. Esta hipótese significa que os políticos não têm preocupações programáticas e preferem uma política que os reeleja ou ao seu partido, ou seja, são oportunistas.

Os candidatos à reeleição são capazes de implantar políticas de estímulo à economia baseadas na curva de Phillips, isto é, dispõem de um instrumento de

política que permite afetar a demanda agregada. Este instrumento pode ser a política monetária ou a fiscal.

Dadas estas hipóteses, os candidatos que são racionais e maximizam votos irão estimular a economia de modo a melhorar os resultados econômicos no período imediatamente anterior às eleições, e colher os benefícios deste comportamento por meio dos votos recebidos na eleição. Após a realização da eleição, os políticos adotarão políticas contracionistas, de modo a combater a inflação e preparar a economia para ser novamente estimulada no período imediatamente anterior às eleições seguintes.

Este modelo prevê crescimento econômico, redução do desemprego e uma leve aceleração da inflação no período imediatamente anterior às eleições. Após as eleições deve-se observar uma aceleração mais forte da inflação que é reduzida por meio da adoção de medidas contracionistas. Assim, o resultado deste modelo é que o comportamento dos políticos oportunistas introduz flutuações econômicas desnecessárias, apenas com o objetivo de ganhar as eleições.

### **2.1.2 Políticos oportunistas e cidadãos racionais**

O modelo retrospectivo apresentado anteriormente é irrealista no que diz respeito ao comportamento dos eleitores, que são sistematicamente “enganados” pelos políticos que estimulam a economia no período pré-eleitoral com objetivo de aumentar a taxa de crescimento do produto, provocando inflação no período pós-eleitoral<sup>6</sup>. A pergunta que surge naturalmente é por que os eleitores continuam a formar suas expectativas sobre o futuro com base apenas no passado, sem levar em consideração que os políticos têm incentivos para estimular a economia no período imediatamente anterior às eleições. Como tentativa de dar respostas a esta questão,

---

<sup>6</sup> O modelo apresentado na seção anterior é retrospectivo por dois motivos: em primeiro lugar porque as expectativas de inflação para o futuro dependem apenas das taxas de inflação passadas, e, além disso, a decisão sobre o voto e a votação do político depende do seu desempenho passado imediato.

novos modelos em que os eleitores têm um comportamento estratégico, isto é levam em conta o comportamento esperado dos políticos foram desenvolvidos.

Como visto anteriormente, a utilização de expectativas adaptativas, que torna possível que o político explore a relação inversa entre inflação e desemprego (Curva de Phillips), permite que os eleitores sejam sistematicamente enganados<sup>7</sup>. Se os eleitores são racionais, sabem que os políticos têm incentivos para estimular a economia imediatamente antes das eleições, e, portanto, são capazes de antecipar os ciclos, o que tornaria o estímulo realizado pelos políticos inócuo e as eleições não provocariam nenhum impacto sobre a economia. Entretanto, há evidências empíricas da existência de ciclos eleitorais.

No final da década de 1980 Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) propuseram modelos em que os eleitores formam expectativas, racionalmente, isto é, tentam prever o futuro, mas ainda se verifica a presença de ciclos eleitorais devido à assimetria de informação sobre a competência dos candidatos entre os mesmos e os eleitores<sup>8</sup>. Estes modelos justificam a existência de ciclos eleitorais, mesmo que os eleitores se comportem estrategicamente, e busquem prever qual será o comportamento dos políticos. A competência, utilizada por todos estes modelos, é definida como uma capacidade de oferecer um nível mais elevado bem-estar material – por meio de uma oferta mais elevada de bens públicos ou de melhor situação econômica – com os mesmos recursos. A informação é assimétrica, os eleitores não conhecem a competência dos políticos e escolhem em quem votar com base nas informações disponíveis no período anterior. Estes modelos, portanto, tornam compatível o voto retrospectivo com o comportamento racional e estratégico do eleitor.

---

<sup>7</sup> Na teoria econômica a introdução das expectativas racionais pôs fim ao dilema representado pela Curva de Phillips. Na versão fraca da Curva de Phillips os agentes aprendem com seus erros, e tentam prever o futuro, mas como nem sempre acertam, existe um dilema entre inflação e desemprego no curto prazo, se os agentes econômicos forem surpreendidos. Na sua versão forte os agentes sempre acertam suas previsões e não há dilema algum, mesmo no curto prazo. No longo prazo, portanto, não há possibilidade de uma política expansionista ter qualquer impacto sobre a economia, simplesmente não há dilema entre inflação e desemprego.

<sup>8</sup> Há outros modelos oportunistas racionais importantes como Cukierman e Meltzer (1986), Persson e Tabellini (1990, 2002) e Shi e Svensson (2002a), entretanto Rogoff (1990) e Rogoff e Sibert (1988) estão mais diretamente ligados a este trabalho, uma vez que utilizam a política fiscal.

O trabalho que introduz a assimetria informacional nos modelos de ciclos eleitorais foi realizado por Rogoff & Sibert (1988), e considera o orçamento do governo no lugar da curva de Phillips. Um candidato é mais competente se ele consegue oferecer aos eleitores uma quantidade maior de benefícios com o mesmo nível de tributos. Embora os candidatos conheçam sua própria competência, os eleitores não têm esta informação. Os políticos podem reduzir impostos antes das eleições com o objetivo de sinalizar competência e caso um déficit seja gerado, podem financiá-lo através de empréstimo ou emissão monetária, gerando aumento da dívida ou inflação após as eleições. A implicação empírica deste modelo é que nos períodos pré-eleitorais deve-se observar um nível de tributação abaixo do esperado e déficits mais elevados. Caso estes déficits sejam financiados por meio de emissão monetária, deve-se esperar adicionalmente, inflação mais elevada, e se foram financiados por meio de empréstimos isto irá significar um aumento do endividamento.

No modelo de Rogoff e Sibert (1989) a restrição orçamentária do governo é dada pela seguinte equação:

$$g = T_t + S_t + \varepsilon_t \quad (5)$$

Onde  $g$  representa os gastos do governo,  $\tau$  é a tributação que não provoca distorções,  $s$  a arrecadação obtida por meio da senhoriagem, ou também denominada arrecadação que provoca distorções na economia, e  $\varepsilon$  a competência do governo. A equação nos diz, portanto, que os gastos são determinados exogenamente, e podem ser financiados por impostos que não criam distorções na economia ou pela senhoriagem que provoca distorções. A competência é a capacidade de prover mais bens públicos com os mesmos recursos.

A competência nestes modelos, por hipótese, é definida como um processo de média móvel de primeira ordem com a seguinte estrutura:

$$\varepsilon_t = \mu_t + \mu_{t-1} \quad (6)$$

Segundo a equação (6), portanto, a competência no período  $t$  é resultado de realizações do político no período  $t$  e  $t - 1$ . O modelo considera, para efeito de simplificação que eleições ocorrem a cada dois períodos<sup>9</sup>.

Os eleitores têm expectativas racionais e tentam inferir  $\varepsilon_t$  a partir do valor observado  $\tau_t$ :

$$\varepsilon_t^e = E(\varepsilon_t | \tau_t) \quad (7)$$

Os eleitores observam  $g$  e  $\tau$ , mas não observam  $s_t$ . Ou seja, os eleitores sabem quanto estão pagando de impostos e o quanto o governo está gastando, mas existe a possibilidade do governo financiar parte do gasto por meio da senhoriagem, que não é observável.

A utilidade dos eleitores é representada pela seguinte função:

$$U = E \left\{ \sum_{t=0}^{\infty} \beta^t u_t \right\} \quad (8)$$

A equação (8) representa a soma das utilidades dos eleitores individuais que é determinada pela equação  $u_t = x' - \tau_t - s_t - \Delta(s_t)$  onde  $x'$  é o nível de renda, determinado exogenamente,  $s_t$  é a senhoriagem e  $\Delta(s_t)$  é o custo da distorção provocada pela senhoriagem. Um político preocupado com o bem-estar da população jamais utilizaria a senhoriagem para financiar os gastos governamentais, pois esta forma de financiamento ao criar distorções, reduz a utilidade dos indivíduos mais que se o aumento de gastos fosse financiado pelos impostos *lump-sum* (que não gera distorções).

O resultado do modelo é que sempre existe um equilíbrio separador, em que todo candidato à reeleição, com exceção do menos competente, escolhe uma quantidade positiva de senhoriagem, ou provoca déficits, e reduz a tributação.

---

<sup>9</sup> Como as eleições ocorrem a cada dois períodos e a competência é um processo de média móvel de primeira ordem, isto simplifica a análise, pois não há ligações entre eleições diferentes.



Em Rogoff (1990) o mesmo autor apresenta uma outra versão que justifica o surgimento de um ciclo eleitoral, mais uma vez considerando o orçamento. Nesta versão, a forma do candidato mostrar competência se dá através da manipulação dos gastos com investimentos, que são menos visíveis. Isto é, o candidato procura aumentar gastos para sinalizar competência, mas na verdade os aumenta à custa de uma diminuição dos investimentos, o que provoca apenas uma mudança na composição do gasto orçamentário. Este modelo enfatiza, portanto, a importância de distinguir entre tipos de gastos, pois o comportamento oportunista prevê o adiamento dos gastos menos visíveis, enquanto aqueles mais facilmente atribuíveis aos candidatos, e que, portanto, geram benefícios facilmente verificáveis são privilegiados. O modelo prevê um equilíbrio separador, isto é, os eleitores conseguem separar o político competente que corta gastos de investimentos e aumenta os gastos mais visíveis tais como transferências, ou reduz a tributação.

Persson e Tabellini (1990) apresentam um modelo oportunista racional em que utilizam política monetária. Neste modelo a competência dos políticos é definida como uma maior capacidade de gerenciar a economia, e os eleitores não conseguem observar  $\pi_t$ , este valor só se torna conhecido em  $t + 1$ . Assim, a competência também é observada pelos eleitores com um atraso.

Shi e Svensson (2002a) e Tabellini (2000) apresentam ainda mais uma versão para o surgimento de um ciclo eleitoral. Estes autores supõem que o ciclo ocorre devido a uma assimetria informacional relativa à escolha do instrumento de política pelo *policy-maker*. Não há como nos modelos apresentados anteriormente a sinalização de competência. Os eleitores se deparam com um problema de perigo moral, pois o candidato à reeleição tenta parecer mais competente do que é na realidade. Os eleitores entendem a existência destes objetivos, mas nada podem fazer, pois a política não é observável.

O que é importante destacar é que, em todos os modelos citados, o ciclo surge não como um produto da “miopia” dos eleitores, mas de uma assimetria informacional, seja por que não se conhece a qualidade do político – competente ou incompetente – ou o tipo de política que ele irá adotar. Apesar dos eleitores serem racionais o comportamento oportunista é o resultado de um jogo com informação assimétrica.

Nos modelos de ciclos eleitorais com expectativas racionais, portanto, os políticos possuem vantagens de informação em relação aos eleitores, além disso, possuem características que são capazes de afetar os resultados econômicos e controlam políticas que podem ser utilizadas para sinalizar ou esconder estas características. Os eleitores, nestes modelos, apesar de se comportarem racionalmente e estrategicamente, isto é, maximizarem a sua utilidade esperada e levarem em consideração os incentivos que os políticos possuem para agir, ainda assim são retrospectivos, pois utilizam o desempenho passado para formarem suas expectativas, uma vez que não dispõem de todas as informações necessárias. Assim, estes modelos tornam o voto retrospectivo compatível com o comportamento racional e estratégico, e como se sabe, há fortes evidências empíricas do voto retrospectivo<sup>10</sup>.

De modo geral nos modelos oportunistas racionais os ciclos eleitorais são gerados por instrumentos, isto é, os políticos não precisam controlar as variáveis reais tais como o crescimento econômico, apenas instrumentos de política à sua disposição, como a política fiscal ou a política monetária, o que parece muito mais plausível. Uma crítica sempre feita aos modelos de ciclos eleitorais que utilizam a política monetária como instrumento para estimular a economia é que em diversos países esta política é conduzida por um Banco Central independente. O reconhecimento de que a política monetária em diversos países não está sob controle do executivo, mas é conduzida por um banco central independente<sup>11</sup>, torna difícil justificar, como o fazem alguns modelos, a política monetária como força motriz por trás dos ciclos eleitorais. Uma abordagem alternativa à utilização da política monetária como a força por trás dos ciclos é a utilização da política fiscal, em especial, dos gastos, receitas, transferências e investimentos.

A utilização da política fiscal é não somente mais realista, como pode ter um efeito sobre a decisão da eleição ainda que não haja impactos reais sobre o nível de atividade econômica, e nem mesmo sobre o total de gastos. Alguns modelos

---

<sup>10</sup> Como já apontado, Beck e Stegmaier (2000) fazem uma ampla revisão dos trabalhos que associam as condições econômicas vigentes no período próximo das eleições e os resultados dos pleitos.

<sup>11</sup> Em diversos países, inclusive EUA, a política monetária é conduzida por um Banco Central independente.

recentes que apontam a possibilidade de que mesmo sem elevação de gastos os políticos apresentem comportamentos oportunistas, pois eles podem alterar a composição dos gastos ou reduzir as receitas de modo a parecerem mais eficientes (Drazen, Eslava, 2004, 2005).

<b>Tabela 2.1</b>	
Resultados Empíricos Previstos pelos Modelos Oportunistas	
Modelos Tradicionais	Modelos Racionais
As políticas fiscal e monetária são expansionistas um ano ou dois antes das eleições e contracionistas nos anos seguintes.	As políticas monetária e fiscal são expansionistas no período imediatamente anterior às eleições e contracionistas logo após. Ambos os movimentos têm uma duração curta (inferiores a um ano).
A inflação aumenta antes das eleições, continua a crescer algum tempo depois, e então é reduzida.	O efeito inflacionário previsto é semelhante ao do modelo tradicional, mas menor e com duração mais curta.
A votação do político aumenta com a taxa de crescimento do ano eleitoral e decresce com a taxa de desemprego.	A votação do candidato depende de resultados passados de crescimento e desemprego, dependendo da informação disponível para o eleitor.
	O candidato à reeleição reduzir impostos, gerar déficits ou mudar a composição dos gastos, favorecendo aqueles mais visíveis, de modo a sinalizar competência pra o eleitor.

Os modelos que utilizam a política fiscal como instrumento prevêm a possibilidade que não haja necessariamente um aumento da atividade econômica no período imediatamente anterior às eleições, e que a manipulação ocorra por meio de variáveis fiscais. A partir destes modelos deve-se esperar um aumento dos gastos, ou mesmo, uma modificação dos tipos de gastos nos anos eleitorais, com aumento dos gastos mais visíveis e uma queda da receita devido à redução de impostos. Se estes efeitos foram combinados, e ou suficientemente intensos, pode-se esperar a deterioração fiscal nos anos eleitorais. A Tabela 2.1 apresenta um resumo dos principais resultados empíricos previstos pelos modelos apresentados nesta seção.

## 2.2 O que nos dizem os estudos empíricos sobre os Ciclos Eleitorais?

Há uma significativa literatura de testes empíricos dos ciclos eleitorais. Drazen (2000a, 2000b), Alesina, Roubini e Cohen (1999), Franzese (2002) estão entre as revisões mais recentes sobre ciclos eleitorais. Drazen (2000) faz uma avaliação da Teoria de Ciclos Eleitorais e cita os principais trabalhos realizados na área e os resultados obtidos. Block (2003) cria uma tabela que resume os resultados obtidos pelos trabalhos citados por Drazen (2000a), e adiciona alguns estudos voltados para países em desenvolvimento. Bittencourt (2002) também apresenta um quadro que resume resultados empíricos obtidos por diversos estudos, com ênfase especial nos trabalhos realizados para América Latina e Brasil, e naqueles que fazem testes empíricos com variáveis fiscais<sup>12</sup>.

De modo geral, os resultados empíricos mostram evidências de ciclos eleitorais em variáveis macroeconômicas. As evidências são mais fracas para variáveis reais, tais como crescimento econômico e desemprego, e mais fortes para variáveis nominais, como preços e taxa de câmbio, e para os instrumentos de política econômica como as políticas fiscal e monetária. A seguir serão apresentados os principais resultados para os EUA e países da OECD em geral. Os resultados para países em desenvolvimento são introduzidos em seguida, assim como trabalhos para a América Latina.

Alesina, Roubini e Cohen (1999) mostram que não há aumento pré-eleitoral significativo no nível de atividade econômica no período pré-eleitoral, medida pelo desemprego ou pelo PIB nos EUA ou nos países da OCDE. Já no que diz respeito à inflação, Alesina, Roubini e Cohen (1992, 1999) verificam um aumento da inflação no período pós-eleitoral para os países da OECD. Nos EUA há evidência de aceleração da inflação no período pós-eleitoral antes de 1979, mas não depois deste ano. Para a política monetária os resultados são compatíveis com os obtidos para a inflação, há evidência de expansão monetária no período pré-eleitoral em vários países e nos Estados Unidos até os anos 1980.

---

<sup>12</sup> A revisão da literatura de Ciclos Políticos realizada por Alesina, Roubini e Cohen (1999), Drazen (2000), Franzese (2002) inclui os ciclos partidários. No próximo capítulo serão apresentados os principais trabalhos para os ciclos partidários, ou seja, aqueles que verificam a influência das variáveis ideológicas sobre as políticas públicas e sobre os déficits fiscais.

Embora a maior parte da literatura empírica sobre este assunto esteja voltada para os países de renda elevada onde os regimes democráticos vigoram há mais tempo, houve um crescimento dos trabalhos que incluem países em desenvolvimento entre os quais pode-se citar Block (2002, 2003), Schuknecht (1994, 1996, 1998, 2000), Shi e Svenson (2002) e Brender e Drazen (2004). De forma geral, o resultado destes trabalhos é que nas novas democracias os ciclos oportunistas são ainda mais fortes.

Com a democratização, a América Latina tornou a região um objeto de estudo interessante para avaliações empíricas sobre a relação entre eleições e variáveis macroeconômicas, em especial, a política fiscal. De modo geral, os trabalhos empíricos para os países em desenvolvimentos e a América Latina sugerem que os ciclos eleitorais estão presentes nas democracias do continente. Para a América Latina, merecem destaque os trabalhos de Remmer (1993), Kraemer (1997), Borsani (2002), Mejia Acosta e Coppedge (2001) e Amorim Neto e Borsani (2003). Utilizando amostras de países e períodos diferentes estes autores encontram evidências da existência de ciclos eleitorais na América Latina<sup>13</sup>.

Em estudos para apenas um país da América Latina, destaca-se Gonzalez (2002) que testa a existência de ciclos eleitorais no México, e constata que o governo Mexicano manipulou sistematicamente a política fiscal com propósitos políticos, e que a principal variável utilizada foram os gastos com infra-estrutura. Mais recentemente, foi realizado por Drazen e Eslava (2004) para a Colômbia um estudo de painel, utilizando dados de governos estaduais e locais<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Uma vez que existe uma literatura ampla que relaciona os principais trabalhos realizados empíricos, optou-se por no texto apenas apontar as principais regularidades observadas. Mais detalhes sobre os trabalhos que focam em variáveis fiscais e são voltados para países em desenvolvimento, governos subnacionais e países da América Latina, tais como variáveis incluídas, período considerado, método aplicado e resultados obtidos estão disponíveis no Quadro A.2.1 no Apêndice.

<sup>14</sup> Vale a pena mencionar também o trabalho de Akhmedov e Zhuravskaya (2004) para regiões da Rússia, que compartilha com a América Latina e o Brasil a democratização recente. Estes autores encontram evidência de ciclos oportunistas de pequena duração, e que estes têm as suas magnitudes reduzidas ao longo do tempo e pelas variáveis democracia, transparência, liberdade de imprensa e preocupação do eleitor. Os autores atribuem os resultados obtidos, que afirmam estar em desacordo com estudos anteriores para a Rússia, à curta duração dos ciclos, que só pode ser verificado com o uso de dados mensais. O curto período de duração dos ciclos explica a subestimativa em resultados anteriores que utilizavam dados com maiores frequências (geralmente anuais ou trimestrais).

É importante ainda mencionar um grupo de estudos recentes com análises empíricas de efeitos de variáveis políticas sobre a política fiscal de governos subnacionais tais como Khemani (2004) para a Índia, Kennebone e McKenzie (2001) para o Canadá e Seitz (2000) para a Alemanha. Khemani (2004) aponta evidências da manipulação da arrecadação de impostos no período eleitoral, bem como do aumento de gastos com investimentos, enquanto gastos de alcance geral são reduzidos. Kennebone e McKenzie (2001) identificam nas províncias canadenses a interrupção, nos anos eleitorais, da tendência de crescimento da arrecadação de impostos e um aumento dos gastos mais visíveis como construção de escolas e estradas. Nestes dois trabalhos, portanto, as eleições têm impacto sobre a composição do gasto e sobre a receita, confirmando os resultados previstos pelos modelos oportunistas racionais de Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990).

### **2.2.1 Resultados para o Brasil**

Há uma literatura crescente sobre ciclos políticos voltada para o Brasil, e como os resultados obtidos por estes trabalhos são muito importantes para o teste que se quer realizar, além de resumidos no quadro A.2.1 no Apêndice, as principais características e resultados serão descritos nesta seção.

Alguns trabalhos procuram verificar a existência de ciclos políticos com dados do governo federal. Fialho (1997) examina a existência de ciclos políticos para variáveis macroeconômicas para o Brasil no período 1953-95 e verifica empiricamente efeitos significativos das eleições tanto sobre a política monetária quanto sobre o crescimento do PIB<sup>15</sup>. Mais importante, esta autora conclui que as evidências de ciclo político sobre estas duas variáveis mostrou-se um fenômeno característico do período de abertura política e redemocratização, para a autora, iniciado em 1975.

---

<sup>15</sup> Os resultados não foram significativos para as variáveis taxa de desemprego e inflação.

Mais recentemente, Ogura (2002) realizou um teste empírico com dados para o Brasil dos modelos de ciclo político para o período 1980-99. Além das variáveis desemprego, inflação, crescimento do produto e oferta monetária, que já haviam sido testadas por Fialho (1997), este autor verificou o impacto de eleições sobre gastos com custeio e investimento, despesa com pessoal e encargos para o governo central, a taxa de juros real, o crédito ao setor privado e a taxa de câmbio efetiva. Este autor encontra indícios de redução do desemprego antes das eleições e de expansão do PIB (Produto Interno Bruto) para as eleições presidenciais<sup>16</sup>. Quanto aos gastos governamentais, há indicações da existência de um ciclo, mas não significativo. O autor confirma, ainda, no que diz respeito ao câmbio, um resultado já apontado por um trabalho anterior<sup>17</sup>, que no ano pré-eleitoral o câmbio tende a valorizar-se e no ano pós-eleitoral tende a desvalorizar-se.

Por que testar a existência de ciclos eleitorais em governos estaduais uma vez estes não têm à sua disposição instrumentos de política monetária e podem enfrentar limitações legais para ampliar gastos e receitas? Além disso, qualquer que seja a política fiscal seguida pelos estados, o impacto sobre as taxas de crescimento do produto e redução do desemprego não deve ser significativo<sup>18</sup>.

Embora os governadores não possam explorar uma curva de Phillips, os modelos de Rogoff (1989,1990) justificam teoricamente um comportamento oportunista no nível subnacional. Os governadores podem manipular a política fiscal com o objetivo de sinalizar competência para os eleitores. Além disso, há alguns outros motivos que favorecem a utilização das variáveis fiscais de modo oportunista pelos governos estaduais. O fato de não dispor de instrumentos de política monetária torna as variáveis fiscais o único instrumento de manipulação à disposição dos governadores. Além disso, as ações dos governos estaduais podem ser direcionadas com maior precisão e são mais facilmente sujeitas à pressão de grupos locais<sup>19</sup>. Mesmo

---

<sup>16</sup> Para as variáveis taxa de juro real e crédito ao setor privado, encontra indícios de que as eleições provocam uma elevação dos juros no período anterior às eleições, simultaneamente a uma expansão do crédito. Não verifica efeito claro das eleições sobre a inflação.

<sup>17</sup> Bonomo e Terra (1999).

<sup>18</sup> Políticas de estímulo econômico realizadas por governos estaduais são ineficientes, pois uma parcela dos resultados “transborda” para os estados vizinhos.

existindo restrições, por exemplo, ao aumento da arrecadação por meio do estabelecimento de novos impostos, há liberdade para alterar alíquotas.

Finalmente, mas não menos importante, há motivos metodológicos para testar ciclos políticos em governos subnacionais. Considerar um único país permite ao pesquisador controlar melhor uma série de variáveis, como instituições e choques econômicos, mas o deixa com poucas observações, o que é superado com o uso de dados estaduais, pois isto aumenta significativamente o número de observações disponíveis.

Este trabalho, portanto, adiciona-se a esta literatura existente e já permite algumas comparações entre resultados obtidos. Com o objetivo de facilitar o leitor, serão apresentados, a seguir as principais características e resultados obtidos por estes trabalhos, e como estes estudos são muito próximos do que se pretende fazer neste capítulo, eles serão apresentados com detalhes. Para os governos estaduais Cossio (2002) foi o pioneiro<sup>20</sup>, seguido por Teixeira (2002), Bittencourt (2002), Botelho (2002) e Bender e Nakaguma (2004). Sakurai e Gremaud (2004) realizaram um teste do ciclo político e variáveis fiscais para os municípios paulistas.

O trabalho de Cossio (2000,2002) foi pioneiro e tem como objetivo examinar o impacto de variáveis políticas sobre os gastos dos estados brasileiros no período 1985-97 por meio de uma análise de painel. Além da ocorrência de eleições<sup>21</sup> este autor considera também como variáveis políticas com possíveis impactos sobre os gastos primários<sup>22</sup> tais como a competitividade do sistema político, o grau de

---

<sup>19</sup> Acredita-se que políticos estaduais têm incentivos mais elevados para realizar projetos *pork-barrel*. Drazen (2000b) denomina projeto *pork-barrel* aquele cujos “benefícios são concentrados em um grupo pequeno, e que possui custos sociais que excedem os benefícios gerados” (pág. 327).

<sup>20</sup> Cossio (2002) é a Tese de Doutorado deste autor, mas uma versão anterior foi apresentada no Prêmio do Tesouro Nacional em 2000, por isto considera-se que este autor inaugurou esta literatura.

<sup>21</sup> Este autor testa o impacto do ano eleitoral por meio da inclusão de uma variável *dummy* que assume o valor 1 (um) nos anos eleitorais, e 0 (zero) nos demais.

<sup>22</sup> A ideologia e a fragmentação serão objeto de estudo dos próximos capítulos, e por isso, não se pretende por enquanto, em realizar uma análise destas variáveis, apenas descrevê-las. A competitividade do sistema político é medida por Cossio (2000, 2002) pelo número de candidatos por cadeira da assembleia estadual, e o grau de fragmentação é medido pelo inverso do índice de Herfindhal de concentração e a taxa de participação do eleitorado é dada pela razão entre votantes e eleitores. A ideologia é representada por duas variáveis *dummy* uma para esquerda e direita. A variável que mede a coincidência com o governo federal também é uma *dummy*, que assume o valor



fragmentação das Assembleias estaduais, a taxa de participação do eleitorado nas eleições, a ideologia do partido do governador e a coincidência partidária entre os governos estadual e federal. Os resultados obtidos confirmam a ocorrência de ciclos eleitorais, ou seja, em anos eleitorais os gastos são elevados, e verifica ainda, que o aumento da participação do eleitorado tem um impacto redutor sobre as despesas, assim como a coincidência com a administração federal tem um efeito disciplinador sobre os gastos<sup>23</sup>.

Embora bastante completo no que diz respeito às variáveis políticas que podem ter impacto sobre os resultados fiscais, este autor procura verificar apenas o impacto sobre os gastos primários. Não há nenhum teste sobre o impacto destas variáveis sobre as receitas nem sobre o resultado primário, isto é, não é possível verificar, com este trabalho, se o comportamento oportunista tem impacto sobre as receitas e os déficits orçamentários ou mesmo tipos de gastos priorizados. Além disso, o autor utiliza para verificar o comportamento oportunista apenas uma *dummy* para o ano eleitoral, de modo que não é possível verificar se o impacto das eleições se dá apenas no ano eleitoral ou afeta também o ano seguinte às eleições, ou mesmo todo o período do governo.

Como visto na seção anterior, e resumido na Tabela 2.1, os modelos oportunistas racionais prevêm ciclos mais curtos, mas que incluem além do aumento de gastos no período eleitoral, a contração dos gastos no período pós-eleitoral. Os modelos oportunistas tradicionais prevêm ciclos mais longos que poderiam incorporar todo o período do governo. Embora os modelos oportunistas racionais prevejam ciclos mais curtos, mas não há justificativa para não verificar o ano pós-eleitoral, o que o autor não faz.

Com um objetivo um pouco diferente, Botelho (2002) procura avaliar os principais determinantes do ajuste fiscal dos estados brasileiros. Este autor classifica os estados segundo suas condutas fiscais, ou seja, suas capacidade de produzir

---

um quando o partido do governador pertence à coalizão do presidente. Além das variáveis políticas, o autor utiliza o produto estadual (PIB) como controle.

<sup>23</sup> A fragmentação política produz um crescimento dos gastos e os resultados quanto à orientação ideológica não são conclusivos.

resultados que aumentem ou reduzam seus níveis de endividamento, e procura explicar estes resultados por variáveis políticas e econômicas. Não se trata de verificar a ocorrência de déficits ou superávits, pois mesmo um resultado positivo (superávit) pode ser acompanhado de um aumento do endividamento se o saldo positivo for insuficiente para saldar os encargos das dívidas existentes. Este autor classifica as situações fiscais dos governos estaduais em quatro grupos e estima o impacto de variáveis econômicas e políticas sobre os resultados obtidos<sup>24</sup>. Com base nos dados de 1986-2000 este autor encontra evidência de existência dos ciclos eleitorais sobre os resultados fiscais: observa-se um aumento dos gastos nos anos eleitorais e uma redução nos anos anteriores às eleições. Verificou, ainda, que a renegociação de 1997 impôs aos estados a necessidade de um maior controle fiscal e os estados menos dependentes de transferências foram mais propensos a aumentar o endividamento<sup>25</sup>.

Em mais um trabalho sobre política fiscal dos estados brasileiros, Teixeira (2002) testou o impacto das variáveis políticas sobre o nível e a composição dos gastos. O objetivo desta autora é verificar em que medida as variáveis políticas têm impacto sobre as escolhas entre as diferentes áreas de gastos, tais como infra-estrutura, sociais e administrativos. O objetivo principal deste trabalho não é verificar a existência de ciclo eleitoral, mas verificar quais são os tipos de gastos que são utilizados pelos políticos oportunistas. Para estimar o efeito do ciclo político, esta autora incluiu três variáveis *dummy*, para os anos eleitoral, pré-eleitoral e pós-eleitoral. Os resultados encontrados, mais uma vez, são de que há efeito das eleições sobre os gastos: nos anos eleitorais e pré-eleitorais são mais elevadas tanto as despesas totais quanto as despesas sociais.

---

<sup>24</sup> Como variáveis políticas explicativas este autor utiliza um índice de fracionalização, que mede a dispersão das preferências do eleitorado, e um índice que mede o número efetivo de partidos efetivos. Além disso, inclui duas variáveis *dummy* para indicar a ideologia (esquerda e direita) do partido do governador e três variáveis *dummy* para captar a presença de ciclo eleitoral, testando o impacto não apenas do ano eleitoral, mas também dos anos pré e pós-eleitoral. Inclui duas variáveis *dummy* para testar mudanças institucionais: uma para o período anterior à Constituição de 1988 e outra para o programa de ajuste financeiro dos estados de 1997.

<sup>25</sup> A fracionalização política, medida pelo índice de dispersão do eleitorado piorou os resultados fiscais estaduais. As demais variáveis testadas, ou seja, ideologia, número efetivo de partidos e a *dummy* referente ao período pré-Constituição 1988 não foram significativas. Um resultado fraco para o número de efetivo de partidos deveria ser esperado, uma vez que as variáveis duas variáveis são fortemente correlacionadas. No capítulo 4 a fragmentação será analisada com maior atenção.

O trabalho de Bittencourt (2002) amplia Cossio(2002), pois avalia o impacto de eleições não apenas sobre os gastos, mas também sobre a sua composição, receitas e resultados orçamentários<sup>26</sup>. Para verificar a presença de um ciclo eleitoral, este autor também inclui três variáveis *dummy* para o primeiro, segundo e terceiro anos de mandato. Ou seja, o ano eleitoral é considerado como o ano base. Embora não encontre um padrão do ciclo, isto é, uma contração no início do governo e uma recuperação contínua até a eleição, tanto as receitas quanto as despesas e os resultados são afetados pelo calendário eleitoral. Mas ao contrário do esperado, este autor verifica um crescimento da receita no ano eleitoral. Os gastos também são elevados, e o resultado apresenta uma piora no ano eleitoral. Gastos que têm um prazo de maturação mais longo, como investimentos e as funções habitação e urbanismo e transportes, têm um pico de gastos, isto é, atingem ponto máximo no ano pré-eleitoral<sup>27</sup>. Uma crítica que se pode fazer a este trabalho é que ele não usa o PIB como uma variável de controle, a ao contrário da maioria dos trabalhos apresentados, não usa efeitos fixos para cada Estado, nem nenhum tipo de controle que indique a situação social naquele estado. Ele procura explicar a variável fiscal apenas por seus valores defasados e pelas variáveis políticas, ou seja, as *dummies* que indicam o ciclo, a que indica que a identidade ideológica entre o governo central e o governo estadual e a que indica se o partido do governo é majoritário na Assembléia. Finalmente o autor inclui uma *dummy* para identificar os governos de direita, que ele classifica segundo o partido do governador<sup>28</sup>. No que diz respeito aos gastos o autor realizou o mesmo teste para todas as variáveis disponíveis, e ofereceu poucas explicações para os resultados obtidos.

---

<sup>26</sup> Este autor utiliza como medida do resultado fiscal o resultado orçamentário, que é igual à diferença entre receita e despesa total.

<sup>27</sup> O autor testa ainda outras variáveis políticas tais como ideologia, identificação dos governos estaduais com o governo federal, competição eleitoral e se o governador dispõe de maioria na Assembléia. Não encontra evidência de impacto da variável ideológica sobre a maioria das variáveis, com exceção dos gastos com investimento e trabalho que tendem a aumentar em governos de direita, e gastos com educação, que tendem a ser reduzidos neste caso. O autor não chega a um resultado conclusivo sobre o impacto da identificação política entre esferas de governo sobre as despesas nos estados. Encontra indícios que a despesa pública cresce quando o executivo possui maioria na Assembléia, e que a competição eleitoral parece induzir a um estado menor.

<sup>28</sup> Esta *dummy* assume valor igual a 1 se o governo pertencer aos seguintes partidos: PPB (PDS E PPR), PFL, PTR e PSC.

Bender e Nakaguma (2004) têm como objetivo testar o impacto de duas mudanças institucionais recentes, a possibilidade de reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal sobre os ciclos políticos orçamentários dos governos estaduais no Brasil no período 1986-2002. Estes autores testaram variáveis de receita, despesa e algumas despesas classificadas por funções<sup>29</sup>. Para as variáveis de receita os autores encontram evidência de ciclos políticos num resultado contrário ao que seria esperado de acordo com Rogoff (1990), com elevação das receitas no período pré-eleitoral, e retorno aos valores usuais no ano seguinte. É notado um comportamento diferenciado apenas para a receita de capital que apresenta dois “picos”, ou seja, valores mais elevados um no ano eleitoral e outro que coincide com as eleições municipais<sup>30</sup>. Para as variáveis de despesa os autores também encontram evidência de um padrão cíclico motivado pelas eleições, com despesas concentradas no período pré-eleitoral, de modo a garantir o maior retorno possível em termos de votos recebidos. Verificam, ainda, o mesmo padrão nos resultados orçamentários, mas um padrão diferenciado para os itens de despesa testados. Não verificam ciclos para despesas com segurança, embora o façam para despesas com saúde e saneamento, educação e principalmente transporte.

Entretanto, o principal objetivo dos autores era testar a reeleição e a LRF. A reeleição, conforme esperado pelos autores<sup>31</sup>, aumentou os incentivos para comportamentos oportunistas, ampliando o ciclo orçamentário. A LRF não teve impacto sobre os ciclos eleitorais, mas contribuiu para a redução das receitas de capital e das operações de crédito e para a elevação das receitas tributárias e no lado da despesa, para a diminuição das despesas de custeio<sup>32</sup>. Outro fato que

---

<sup>29</sup> Mais especificamente, foram as seguintes do lado da receita: receita total, receita corrente, receita tributária, receita de capital e operações de crédito. Do lado da despesa: despesa total, despesa corrente, despesa de custeio, despesa de capital, e as seguintes despesas classificadas por função: educação e cultura, saúde e saneamento, assistência e previdência e transporte.

<sup>30</sup> Estes autores incluem uma variável *dummy* para indicar governos de esquerda e encontram um efeito positivo destes governos sobre as receitas, de modo que governos de esquerda apresentam receitas mais elevadas.

<sup>31</sup> Bugarin e Meneguim (2001) sugeriram que a reeleição reduziria o incentivo para comportamentos oportunistas.

<sup>32</sup> Os autores verificaram que diferenças partidárias têm impacto apenas sobre a receita tributária e os gastos com educação, que parecem significativamente mais elevados sob governos de esquerda.

merece destaque apontado pelos autores é que os ciclos diminuíram ao longo do tempo.

De forma bastante sintética, podemos resumir que autores mencionados anteriormente encontram evidência da existência de ciclos eleitorais: em anos eleitorais os gastos aumentam. Sobre as receitas Bittencourt (2002) e Bender e Nakaguma (2004) observaram, ao contrário do sugerido por Rogoff (1990), um aumento da receita no ano eleitoral. Quanto aos tipos de gastos que são utilizados pelos políticos, não parece haver uma regularidade encontrada.

Alguns dos autores<sup>33</sup> mencionados anteriormente, incluem duas variáveis políticas, que teriam impacto sobre a política fiscal, e, portanto, sobre os ciclos eleitorais: a participação política e o grau de competitividade do sistema eleitoral. Segundo estes autores, quanto maior a taxa participação política, maior a qualidade dos gastos públicos, e o maior o controle da população sobre os gastos, ou seja, a participação política tem um impacto disciplinador sobre os gastos, tende a reduzi-los e dotá-los de mais qualidade. Isto ocorre por que a participação política torna mais difícil, segundo estes autores, a ação de grupos de interesse sobre as políticas públicas.

A competitividade eleitoral agiria no mesmo sentido: sistemas mais competitivos propiciariam um maior grau de informação para o eleitorado e maior transparência da administração estadual, tornando o comportamento fiscal mais disciplinado e induzindo um aumento na qualidade do gasto.

Segundo Cossio (2002), por exemplo, um sistema mais competitivo significa a existência de um número maior de alternativas políticas, o que amplia as discussões sobre estas alternativas, aumenta as informações disponíveis para o eleitorado, e, confere, portanto, mais transparência às ações governamentais. A participação política é medida pela razão entre o número de votantes e o total de eleitores. O grau de competitividade é dado pelo número de opções políticas entre os quais os eleitores podem escolher, é medido pelo número de candidatos por vaga. Este autor não observa nenhuma influência da competitividade sobre os gastos, verifica apenas

---

<sup>33</sup> Cossio (2002), Bittencourt (2002) e Teixeira (2002).

impacto da participação sobre a despesa. Bittencourt (2002) inclui apenas a competitividade política, e encontra relação negativa significativa apenas com alguns tipos de gastos, mas não explica este fato.

O autor menciona Reemer e Wibbels (2000) para justificar a inclusão desta variável. Para estes autores deveríamos experimentar gastos mais baixos com patronagem, déficits inferiores e níveis de endividamento mais reduzidos quando as eleições são mais competitivas. Quanto, ao contrário há um partido dominante ou o apoio está fragmentado entre um número elevado de partidos os políticos não perseguem a austeridade fiscal. Neste caso, como geralmente no Brasil um governador ganha uma eleição estadual com apoio de diversos partidos, não há como garantir que os políticos vão perseguir a austeridade fiscal.

Pode-se criticar a utilização de uma variável que mede o comparecimento eleitoral como uma medida de participação política, uma vez que o voto é obrigatório no Brasil. Kinzo (2004) para verificar a participação política restringe o conceito de participação eleitoral à parcela de eleitores que compareceu às urnas e efetivamente escolheu um candidato, isto é, não votou em branco ou nulo, o que não foi feito pelos autores.

Não se encontrou na literatura pertinente nenhum trabalho que utilize estas variáveis para explicar ciclos eleitorais ou partidários, e as explicações dadas pelos autores são insuficientes. Acredita-se que estas variáveis sejam pouco relevantes para explicar gastos de governos estaduais, ao menos como foram consideradas<sup>34</sup>. O que os autores parecem estar procurando é uma medida de *accountability*, ou seja, de responsabilização dos governantes pelos eleitores. Difícil de medir, a prestação de contas não se dá apenas no momento das eleições, e não está relacionada ao número de opções políticas oferecidas<sup>35</sup>. A inclusão destas variáveis parece não se justificar e por este motivo optou-se por não incluí-las.

---

<sup>34</sup> Rogers e Rogers (2000) testam a relação entre a competição política e o tamanho do governo e apresentam evidências que as eleições mais disputadas produzem orçamentos mais apertados, e que maior competição política funciona, portanto, como um limitador ao crescimento do governo.

<sup>35</sup> Gonzalez (2002) parece procurar o mesmo que os autores brasileiros mencionados, e para tal, utiliza uma um índice de democracia como variável explicativa de resultados fiscais para a economia do México. Muito embora uma discussão a sobre este tema fuja completamente do escopo deste trabalho, esta autora introduz a questão do eleitorado com mais cuidado.

## 2.3 Dados e método

O objetivo deste trabalho é verificar se existe ciclo orçamentário nos estados brasileiros no período 1986-2002. Em relação aos trabalhos anteriores, o objetivo principal é avançar testando o impacto de eleições sobre os gastos, as receitas e os resultados primários. Testa-se, portanto, além do tamanho do governo \_ que é medido pelo total de gastos e receitas \_ se as eleições têm impacto sobre o controle fiscal, que é medido pelo déficit. Como a literatura enfatiza a importância da composição dos gastos (Rogoff 1990, Brender 2005), procurou-se, analisar adicionalmente, a evolução dos gastos com investimento, em infra-estrutura, sociais, e com pessoal a fim de verificar se estes são afetados pelo calendário eleitoral.

Este trabalho estende o período estudado pelos trabalhos anteriores até 2002<sup>36</sup>. É importante ressaltar que este trabalho inclui dados de duas eleições em que a reeleição dos governadores era possível (1998 e 2002), o que deve tornar mais forte o impacto do ciclo eleitoral<sup>37</sup>. Finalmente, mas não menos importante, o período estudado conta com duas eleições (1998 e 2002) e um governo completo após a renegociação das dívidas estaduais realizada em 1997<sup>38</sup> (1998-2002). Além da extensão do período estudado, este é o único trabalho que testa o impacto de do ciclo eleitoral sobre o resultado primário e a receita primária.

Pretende-se estimar a seguinte equação:

---

<sup>36</sup> Apenas Bender e Nakaguma (2004) avaliam o mesmo período, mas estes autores utilizam variáveis diferentes.

<sup>37</sup> No período analisado 1986-2002 foram realizadas eleições para os governos estaduais em 1986, 1990, 1994, 1998 e 2002. Neste mesmo período foram realizadas para a Presidência nos anos 1989 e 1994, 1998 e 2002. Somente a partir de 1994 as eleições para os governos federal e estaduais passaram a ocorrer simultaneamente.

<sup>38</sup> Em 1997 o governo federal promoveu uma ampla renegociação das dívidas dos governos estaduais. Para uma descrição detalhada e análise das finanças públicas estaduais a partir de meados da década de 1980, ver Mora (2002) e Bevilacqua (2002).

$$Y_{i,t} = \gamma Y_{i,t-1} + \theta W_{i,t} + \beta ELEC_{i,t} + \mu PRELEC_{i,t} + \eta POSELEC_{i,t} + \sigma DUMREAL + \xi_i + \omega_t + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

Onde  $Y_t$  são as variáveis fiscais que se deseja verificar, no caso, receita, despesa e resultado primários, investimento, gastos em infra-estrutura e sociais. O índices  $i$  e  $t$  indicam, respectivamente o estado e o ano,  $\theta W$  é a matriz com as variáveis de controle,  $\xi_i$  e  $\omega_t$ , os efeitos fixos para estados e para ano, e  $\varepsilon_{i,t}$  o termo de erro.  $ELEC$ ,  $PRELEC$  e  $POSELEC$  são as variáveis *dummy* que indicam os anos eleitoral, pré-eleitoral e pós-eleitoral.  $DUMREAL$  é a *dummy* para indicar o Plano Real, assume o valor um (1) todos os anos a partir de 1994, e zero nos anos anteriores.

Com base nos modelos apresentados nas sessões iniciais deste trabalho, os resultados obtidos por estudos empíricos sugerem a existência de uma relação positiva entre a ocorrência de eleições e os gastos estaduais; e, negativa, entre as receitas e as eleições, embora trabalhos para os estados brasileiros tenham verificado aumento das receitas motivado pelas eleições (Bittencourt, 2002, Bender e Nakaguma, 2004). Se estes dois efeitos forem significativos, deve-se esperar um impacto negativo das eleições sobre o resultado primário. Ou seja, políticos tendem a ampliar os gastos nos anos eleitorais e reduzi-los no ano seguinte às eleições, de modo a voltar a ampliar os gastos no próximo período eleitoral. Há uma dúvida quanto à intensidade do ciclo, se ele é curto, ou mais longo, envolvendo todos os anos do governo.

#### Quadro 1 – Variáveis Dependentes e Comportamento Esperado no Ciclo Eleitoral

Variáveis Dependentes	Comportamento Esperado no Ciclo Eleitoral
Gasto Primário	Espera-se que os políticos gastem mais no período mais próximo da eleição, como forma de permanecer no cargo ou indicar seu sucessor.
Receita Primária	Os políticos podem reduzir a tributação sobre alguns grupos, de modo a angariar votos para permanecer no cargo ou indicar seu sucessor.
Resultado Primário	Espera-se uma piora no resultado primário nos anos eleitorais, seja pelo impacto do aumento dos gastos, quanto da redução das receitas.
Investimento	Tanto pode ser ampliado antes das eleições como forma do político obter apoio, quanto pode ser reduzido em detrimento de gastos mais visíveis. Sinal Incerto.



Gastos Sociais	Os gastos sociais correspondem à soma dos gastos com educação, cultura, saúde, saneamento e habitação, e podem ser utilizados pelos políticos oportunistas para obter apoio da população no momento eleitoral. Comportamento esperado incerto.
Gastos com Infra-estrutura	Os gastos com infra-estrutura correspondem à soma dos gastos com energia, transporte, comunicações e indústria, comércio e serviços, e podem ser utilizados, assim como os gastos sociais, pelos políticos oportunistas. Comportamento esperado incerto.
Gastos com Pessoal	Os gastos com pessoal correspondem aos gastos com salários e encargos do funcionalismo público. Diante de um comportamento oportunista, os salários deveriam ser elevados no período próximo às eleições.

Os dados fiscais estaduais que serão utilizados para o trabalho são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, e os Produto Interno Brutos (PIBs) estaduais são calculados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). As variáveis orçamentárias estaduais foram obtidas no *site* da Secretaria do Tesouro Nacional, e resultaram da junção de dois bancos de dados de finanças públicas estaduais: o primeiro referente à execução financeira do período 1986-1995, e o segundo com dados de 1995-2002.

Conforme apontado por Bittencourt (2002), no período 1995-2000<sup>39</sup> alguns estados apresentam dados consolidados para o setor público (Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos), enquanto para o período 1986-1995 todos os estados haviam apresentado dados apenas para a administração direta. Possivelmente por este motivo, os dados para o ano de 1995 em cada um dos arquivos são diferentes, e para este ano optou-se por utilizar o banco de dados mais recente. Restava ainda decidir o que fazer com os demais anos. Como não havia possibilidade de compatibilizar os dados utilizando o mesmo critério, para garantir comparabilidade dos mesmos poderíamos descartar os dados do período 1986-1995 ou descartar as observações dos estados em que o critério não era igual, isto é, incluía apenas a administração direta.

---

<sup>39</sup> A partir do ano 2001, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) todos os estados passaram a apresentar os dados segundo este critério, conforme indica o manual de elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, editado pela Secretaria do Tesouro nacional.

A primeira solução imaginada foi descartar os dados para o período 1986-1995, pois além do problema já mencionado, nestes anos foram freqüentes as trocas de moedas e congelamentos de preços estabelecidos por planos econômicos e de aceleração da inflação, ou seja, de intensa volatilidade na economia. Isto, entretanto, implicaria em uma redução significativa do número de observações, nos deixaria com oito anos, e duas eleições apenas. Bittencourt (2002) optou pela segunda opção, isto é, por excluir as observações para os estados em que havia ocorrido uma mudança de critério de informação dos dados, o que também significou uma redução das observações disponíveis, especialmente dos dados mais recentes. Os demais autores não mencionam esta dificuldade. Botelho (2002)<sup>40</sup> apresentou um quadro com os dados utilizados, e aparentemente, desconsiderou a diferença mencionada.

Para evitar a perda de observações optou-se por incluir uma variável *dummy* para indicar os anos em que as séries foram alteradas. Assim, para cada estado foi criada uma variável categórica que assume o valor um (1) quando houve alteração no conceito utilizado. Por exemplo, DMAC é uma variável *dummy* para o estado do Acre que assume valor um nos anos em que os dados para o Acre foram para o setor público consolidado. Não houve alteração dos resultados, acredita-se que isto tenha ocorrido porque a variável *dummy* para o Plano Real tenha captado também um possível efeito da mudança das séries.

Para o período 1986-94 o Tesouro não apresentava os dados de receita primária, despesa primária e resultado primário. Para calcular estas variáveis baseei-me em Botelho (2002), que inclui, em apêndice, os resultados primários estaduais calculados para o período 1986-2000. Entretanto, os dados utilizados por este autor para calcular as variáveis anteriormente mencionadas apresentam algumas diferenças em relação aos disponibilizados pelo Tesouro. Quando houve diferença entre os dois, os dados do Tesouro foram utilizados.

---

<sup>40</sup> Este autor é funcionário do Tesouro Nacional.

Inicialmente, para medir o impacto do ciclo sobre a política fiscal, inclui-se como variáveis dependentes o gasto primário, a receita primária e o resultado primário, calculados como proporção dos PIB estaduais. O resultado primário é em geral a medida utilizada para avaliar a situação fiscal dos governos, pois mede o esforço fiscal no momento, sem considerar a dívida já acumulada, que implica o pagamento de juros e amortizações. Para medir os gastos, alguns autores, como, por exemplo, Bender e Nakaguma (2004), utilizam o gasto total como variável dependente. Cossio (2002), entretanto, usa o gasto primário que exclui dos gastos totais as despesas com juros e amortizações. A justificativa deste autor é semelhante à mencionada anteriormente, que juros e amortizações não representam uma escolha do governante, em geral, ele tem pouca influência sobre o total destes gastos. Assim, o gasto primário, que exclui estes itens, portanto, refletiria melhor a escolha de gasto. Se estivermos interessados em medir o impacto de variáveis políticas sobre o gasto dos governos estaduais devemos utilizar como medida a variável que pode ser afetada pelas decisões atuais dos governos estaduais. O gasto total pode ser elevado pelo aumento dos pagamentos de amortizações e juros, que estão relacionados a uma dívida contraída no passado, não relacionada ao governo atual.

Assim, como foram utilizados o gasto e o resultado primários, do lado da arrecadação, optou-se por utilizar também a receita primária. Dois foram os motivos que levaram a esta decisão: em primeiro lugar, a receita primária exclui as receitas financeiras e provenientes de operações de crédito, pois estes são entendidos como itens “extraordinários”, e não espelham a receita disponível para o estado. Além disso, como se decidiu utilizar a despesa e o resultado primários, nada mais natural que usar a receita primária, para facilitar a comparação. Como os dados são apresentados pelo Tesouro em moeda corrente do período para usá-los nas regressões e evitar o problema que a inflação traria nos resultados, as variáveis fiscais foram calculadas como proporção do PIB de cada estado<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Garand (1988) aponta que os gastos do governo apresentam um crescimento acima da taxa de inflação, e que isto responde por parte do crescimento do tamanho do estado. A solução para isto seria dispor de um índice de preços para o governo. Alguns autores, contudo contestam esta argumentação, pois afirmam que isto só acontece porque para calcular o índice de preços do governo pressupõe-se um crescimento nulo da produtividade governamental, e que isto não é próximo da realidade.

Para avaliar a relação entre as variáveis eleitorais e a composição do gasto, a equação (1) será estimada para as seguintes variáveis dependentes: gastos sociais, investimentos, infra-estrutura e com pessoal. Os gastos sociais correspondem à soma dos gastos com educação e cultura, saneamento e habitação e saúde. Os gastos com infra-estrutura representam a soma dos gastos com energia, transporte, comunicação e indústria, comércio e serviços. Mais uma vez, estas variáveis foram calculadas como proporção dos PIBs estaduais.

Como variáveis de controle, seguindo a literatura, incluiu-se a variação anual dos PIBs estaduais, o logaritmo natural dos PIBs reais *per capita* e a participação das transferências sobre a receita total dos estados. A variação anual dos produtos estaduais e o PIB foram obtidas no IBGE, e estão disponíveis no *site* e na publicação Contas Regionais do Brasil. Calculou-se o PIB em valores constantes, utilizando-se como base o ano de 1995. Com base na população estimada também calculada pelo IBGE para cada ano, em julho, obteve-se o PIB per capita, e os logaritmos naturais do PIB em valores constantes. A justificativa para utilizar a variação do PIB é simples: como a variável dependente é calculada como proporção do PIB estadual, a sua variação tem um impacto direto sobre a variável dependente. Quanto à participação das transferências sobre a receita, é usual na literatura considerar que os estados em que esta proporção é mais elevada devem apresentar políticas fiscais “mais frouxas”, pois o ônus da tributação recai proporcionalmente mais sobre os contribuintes de outros estados<sup>42</sup>. O logaritmo do PIB per capita indica o nível de renda estadual e tem impacto direto sobre as variáveis fiscais.

Para estimar o impacto das eleições sobre a política fiscal dos estados no período foram incluídas três variáveis *dummy* para indicar os anos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral. Variáveis *dummy* ou categóricas procuram capturar o impacto de uma determinada característica ou condição sobre a variável dependente. Neste caso específico o que se procura com a inclusão das variáveis categóricas é verificar a existência de um impacto diferenciado sobre as variáveis fiscais a cada ano de governo, ou seja, observar um ciclo eleitoral. Assim, é possível verificar, como

---

<sup>42</sup> Quando os governos subnacionais financiam seus gastos por recursos arrecadados e transferidos pelo governo central, ao invés de tributar, os políticos não internalizam os custos de aumentar os gastos, uma vez que o seu eleitorado não está pagando pelo valor total dos gastos públicos com seus tributos. (Remmer e Wibbels, 2000)

apontam o senso comum e a literatura de ciclo político se os governos estaduais tendem a adotar políticas fiscais mais restritivas no início do mandato, e ampliar os gastos, à medida que as eleições se aproximam.

Por acreditar que a inclusão das três variáveis permite uma verificação mais precisa do ciclo eleitoral, optou-se, da mesma forma que Blais e Nadeau (1992)<sup>43</sup>, e nos estudos para o Brasil, Teixeira (2002), Botelho (2002), Bittencourt (2002) e Nakaguma e Bender (2004), pela inclusão de três *dummies*, embora isto signifique a perda de graus de liberdade. Em geral, os estudos empíricos sobre a relação entre o comportamento fiscal e as variáveis incluem apenas uma variável *dummy*, que assume valor um (1) nos anos eleitorais e zero (0) nos demais, para verificar o impacto apenas do ano eleitoral. Isto permite responder à pergunta se existe uma modificação do comportamento fiscal no ano eleitoral, mas não é possível verificar a existência de ciclo. Uma variável *dummy* apenas é utilizada por autores como Persson e Tabellini (2002), Shi e Svensson (2002) e Brender e Drazen (2004), entre outros, e, para os estados brasileiros, Cossio (2002).

Uma forma alternativa de verificar a existência de um ciclo eleitoral, adotada por Shi e Svensson (2001) e Schucknecht (1994), entre outros, é utilizar uma variável que assume valores -1 e 1 nos anos pós-eleitoral e eleitoral, respectivamente, e 0 nos demais anos. A vantagem deste método é que se utiliza apenas uma variável para verificar o ciclo. Entretanto, utilizar uma variável deste tipo pressupõe uma simetria entre as condições que se deseja testar. No caso específico, entre as variáveis fiscais e as eleições, significa que o ano pós-eleitoral deve ter o mesmo impacto que o ano pré-eleitoral, apenas com sinal contrário, e que todo o impacto sobre as variáveis fiscais deve ocorrer nestes dois anos. No caso dos gastos, por exemplo, uma variável deste tipo testaria se a realização de eleições provoca um efeito expansivo sobre as variáveis fiscais, que é compensado por uma contração da mesma magnitude no ano pós-eleitoral, e nada se teria a dizer sobre os segundo e terceiro anos de governo. Além disso, utilizando-se uma variável deste tipo pode-se obter, ao estimar os coeficientes das regressões, como resultado um impacto significativo com sinal esperado do ciclo causado pelo impacto de apenas um dos

---

<sup>43</sup> Gonzalez (2002) explica porque utiliza três variáveis *dummy* ao invés de apenas uma.

anos considerados, ou seja, a utilização desta variável poderia “mascarar” os resultados<sup>44</sup>.

Embora não se acredite que esta seja a melhor forma de se testar a existência de ciclo eleitoral, testou-se a equação (1) acima, com esta variável como uma medida alternativa para verificar a existência do ciclo. Calculou-se, portanto, a equação (2) abaixo:

$$Y_{i,t} = \gamma Y_{i,t-1} + \theta W_{i,t} + \beta \text{CICLELEIT}_{i,t} + \sigma \text{DUMREAL} \xi_i + \omega_t + \varepsilon_{i,t} \quad (2)$$

Além das variáveis fiscais e do ciclo eleitoral, foram incluídas algumas variáveis com o objetivo de testar mudanças que podem ter gerado alterações nas variáveis fiscais. A primeira é o conjunto de variáveis que indicam mudanças na série causadas pela alteração no modo de contabilizar os dados, que passaram a se referir ao setor público consolidado. Foi testada ainda se houve alguma alteração a partir do Plano Real por meio da inclusão de uma variável *dummy* que assume o valor um (1) de 1994 em diante. Além disso, procurou-se verificar se a renegociação das dívidas estaduais ocorrida em 1997 provocou uma alteração nas séries fiscais, com a inclusão de uma *dummy* que assume o valor um a partir do ano 1998. Finalmente foi testado se houve uma alteração nas variáveis fiscais com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, e para isso, por meio de uma variável categórica que assume valor um (1) nos anos 2001 e 2002 e zero nos demais anos. As equações que testam estas possíveis quebras nas séries junto com a equação de Prais-Winsten foram incluídas em apêndice do capítulo 2. Foram incluídas ainda neste apêndice as equações completas estimadas segundo o modelo dado pela equação (1), ou seja, com os efeitos fixos para estados e anos.

Os dados fiscais e as variáveis indicativas do ciclo eleitoral formaram um conjunto de dados *cross-section* temporais<sup>45</sup>, no qual cada estado a cada ano constitui uma observação diferente. Como a análise inclui o universo dos estados brasileiros, e

<sup>44</sup> Ver Edin e Ohlsson (1991).

<sup>45</sup> Um conjunto de dados deste tipo é usualmente denominado painel, ou dados longitudinais, entretanto Beck (2001, 2004) diferencia painel de *cross-section* temporais, o primeiro pressupõe que os dados se refiram a uma amostra a partir da qual se deseja inferir comportamentos da população, e o segundo se refere a um conjunto de dados em que toda a população está incluída.

não uma amostra, Wooldridge (2002) e Greene (2000) indicam a inclusão de efeitos fixos para os estados, uma vez que a análise inclui o universo dos estados brasileiros e não uma amostra. Além disso, parecia provável que o efeito não observado \_ características específicas de cada estado não observáveis \_ esteja correlacionado com as variáveis explicativas, reforçando a escolha do método de efeitos fixos<sup>46</sup>. Como grande parte dos anos considerados na amostra foi marcada por uma significativa instabilidade macroeconômica, com inflação acelerada e choques sucessivos provocados por programas de estabilização, foram incluídos também efeitos fixos para os anos. Assim, os efeitos fixos para os estados capturam efeitos que são específicos dos estados e que não variam ao longo do tempo. Os efeitos fixos para anos captam os efeitos comuns a todos os estados ocorridos a cada ano.

A estimação de regressões com conjunto de dado deste tipo viola algumas hipóteses do modelo de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Em primeiro lugar a estrutura temporal pode gerar correlação entre os erros, violando a hipótese de que os erros são independentes. Além disso, é possível que a variância dos erros seja diferente para cada painel, no caso, cada estado.

Para lidar com os problemas mencionados, as equações foram estimadas com a técnica de erros-padrão corrigidos por painel<sup>47</sup> (PCSE) conforme sugerido por conforme por Beck e Katz (1995) e Beck (2001), que indicam, adicionalmente, a inclusão da variável dependente defasada para correção dos erros serialmente correlacionados. A inclusão da variável dependente defasada, entretanto, como apontado por Achen (2000) pode falsamente reduzir a importância das variáveis independentes, e este efeito deve ser mais pronunciado na medida em que estas apresentem valores estáveis, ou seja, pouca variação, ao longo do tempo. Para comparar com estes resultados, e testar a sua robustez, estimou-se a mesma equação por Prais-Winsten, em que os erros-padrão são corrigidos por um processo autoregressivo de primeira ordem comum para todos os estados.

---

<sup>46</sup> O método de efeitos aleatórios supõe que o efeito não-observado é não correlacionado às variáveis explicativas.

<sup>47</sup> Em inglês, *Panel Corrected Standard Errors* (PCSE).

A tabela a seguir contém os nomes das variáveis utilizadas e uma descrição sucinta das mesmas. Os valores máximos e mínimos, médias e desvios-padrão e o número de observações para cada uma das variáveis são apresentados no quadro A.2.1 no Apêndice.

<b>Quadro 2 – Variáveis Utilizadas nas Regressões</b>	
Nome da Variável	Descrição
Cicleit	<i>Dummy</i> contínua que assume valores –1 (menos um) e 1(um) nos anos pós-eleitoral e eleitoral, respectivamente, e 0 (zero) nos demais anos
Despif	Despesas com infra-estrutura (soma dos gastos com energia, transporte, comunicações e indústria, comércio e serviços) como proporção do PIB
Despri	Despesa Primária como proporção do PIB estadual
Despso	Despesas sociais (soma dos gastos com educação, cultura, saúde, saneamento e habitação) como proporção do PIB
Despe	Despesas com Pessoal e Encargos
Dmreal	<i>Dummy</i> que indica o período pós-1994, assume o valor um nos anos 1994-2002
Dmren	<i>Dummy</i> para indicar a renegociação das dívidas estaduais, assume valor um (1) para os anos a partir de 1998.
Dmlrf	<i>Dummy</i> para Lei de Responsabilidade Fiscal, assume valor um (1) a partir de 2001.
Elec	<i>Dummy</i> para o ano eleitoral. Assume o valor 1 (um) nos anos eleitorais, 0 (zero) nos demais anos
Invest	Investimento como proporção do PIB estadual
Lnpibpc	Logaritmo do PIB per capita constante (a preços de 1995)
Poselec	<i>Dummy</i> para o ano pós-eleitoral. Assume 1(um) no ano seguinte às eleições, 0(zero) nos demais anos
Prelec	<i>Dummy</i> para o ano pré-eleitoral. Assume o valor 1(um) no ano anterior às eleições, 0(zero) nos demais anos
Recpr	Receita Primária como proporção do PIB estadual
Rectr	Receita Tributária como proporção do PIB estadual
Respri	Resultado Primário (Receita Primária – Despesa Primária) como proporção do PIB estadual
Transf	Transferências do governo federal como proporção da Receita Total Estadual
Trancor	Transferências do governo federal como proporção do PIB estadual
Varpib	Variação anual do PIB estadual

## 2.4 Resultados Empíricos para os Estados Brasileiros no período 1986-2002

### 2.4.1 Os ciclos oportunistas e as variáveis fiscais



### 2.4.1.1 Os ciclos oportunistas e as receitas primárias

As eleições parecem ter um efeito redutor sobre as receitas primárias dos estados brasileiros no período 1986-2002, conforme previsto por Rogoff e Sibert (1988). Em todas as equações estimadas o coeficiente para o ano eleitoral é negativo e significativo.

Outros trabalhos, tais como Khemani (2004) para os governos subnacionais na Índia, Kneebone e McKenzie (2001) para as províncias canadenses, Shi e Svensson (2001,2002) e Persson e Tabellini (2002) para países em desenvolvimento também encontram como resultado uma redução da receita nos anos eleitorais.

**Tabela 2.1 – Ciclos Eleitorais e Receita Primária**

	(1) recpri	(2) recpri	(3) recpri	(4) recpri
L.recpri	0.523*** (0.070)	0.523*** (0.070)	0.523*** (0.070)	0.523*** (0.070)
transf	-0.036 (0.023)	-0.036 (0.023)	-0.036 (0.023)	-0.036 (0.023)
lnpibpc	-0.004 (0.010)	-0.004 (0.010)	-0.004 (0.010)	-0.004 (0.010)
varpib	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
dmreal	-0.030*** (0.002)	-0.030*** (0.002)	-0.030*** (0.002)	0.041*** (0.003)
prelec			0.004*** (0.001)	
elec	-0.025*** (0.004)	-0.025*** (0.004)	-0.021*** (0.003)	
poselec		-0.014*** (0.002)	-0.009*** (0.001)	
cicleleit				0.030*** (0.001)
constante	0.305*** (0.086)	0.305*** (0.086)	0.301*** (0.085)	0.250*** (0.084)
Observações	428	428	428	428
Núm. de estados	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses * significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%				

De acordo com as equações acima, portanto, a receita aumenta no ano anterior às eleições, é reduzida no ano das eleições e também diminui no ano seguinte às eleições, embora em menor magnitude.

Os resultados obtidos com a forma alternativa, isto é, utilizando a variável ciclo eleitoral, que assume valor 1 (um) no ano eleitoral e -1 (menos um) no ano seguinte às eleições, são apresentados na última coluna da tabela. O ciclo eleitoral tem o impacto positivo, isto é, as receitas são elevadas no ano eleitoral e reduzidas no ano seguinte às eleições, ao contrário do observado nas equações anteriores. Este resultado demonstra a dificuldade em utilizar este tipo de variável.

Apesar de o resultado estar em acordo com o que nos diz a teoria, e também com resultados empíricos obtidos por estudos para outros países, é contrário ao que foi encontrado por Bender e Nakaguma (2004) e Bittencourt (2002) para os governos estaduais brasileiros. Estes autores, utilizando a receita total como variável dependente, verificaram um aumento das receitas no período pré-eleitoral.

Bender e Nakaguma (2002) atribuem o comportamento da receita total ao crescimento da arrecadação do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) induzido pelo próprio ciclo político dos estados e do governo federal. Ou seja, os gastos mais elevados nos anos eleitorais provocam um crescimento do produto, que acabam por aumentar a arrecadação.

Com o objetivo de entender melhor este resultado, decidiu-se estimar duas regressões, tendo a receita tributária e as transferências como variáveis dependentes, uma vez que estas são as principais fontes de recursos estaduais. O resultado é um aumento significativo da receita tributária e uma redução das transferências correntes no ano eleitoral<sup>48</sup>. No ano pré-eleitoral tanto a receita tributária quanto as transferências correntes aumentam, e nos anos seguinte às eleições o resultado é quase nulo, e não significativo.

É possível afirmar que em anos eleitoral e pré-eleitoral a receita tributária é elevada, e embora verificar porque isto acontece esteja além do escopo deste trabalho, é possível levantar algumas possibilidades. A primeira e mais óbvia explicação para o aumento da arrecadação seria a elevação das alíquotas dos impostos. Bender e

---

<sup>48</sup> De acordo com a Lei eleitoral, a partir de três meses antes das eleições só podem ser realizadas transferências voluntárias que já estavam previstas. Logo, este resultado deveria ser esperado.

Nakaguma (2004) acreditam que seja difícil para os políticos num ano eleitoral enfrentar o desgaste associado à elevação de impostos.

Entretanto, se a base tributária é pequena, ou os impostos não são claros, elevar as alíquotas pode não ser um problema. Os principais impostos para os governos estaduais são o ICMS e o IPVA. Do ICMS dificilmente se poderia dizer que possui uma pequena base tributária, uma vez que é cobrado em todas as transações de venda, mas pode-se dizer que não é claro, pois o preço pago geralmente embute o imposto. Já o IPVA é cobrado dos veículos automotivos anualmente, embora não atinja toda a população – apenas os proprietários de veículos – é claro, ou seja, todos aqueles que pagam sabem qual o seu valor.

**Tabela 2.2 – Ciclo Eleitoral e Receita Tributária e Transferências Correntes**

	(1) receita tributária	(2) transferências correntes
L.rectr	0.561*** (0.058)	
L.trancor		0.555*** (0.081)
transf	-0.049*** (0.008)	
lnpibpc	-0.005 (0.009)	-0.028*** (0.010)
varpib	0.000 (0.000)	-0.001** (0.000)
dmreal	-0.004*** (0.001)	-0.007*** (0.002)
prelec	0.034*** (0.003)	0.007*** (0.000)
elec	0.031*** (0.001)	-0.005** (0.002)
poselec	0.002 (0.001)	-0.000 (0.000)
constante	0.083 (0.066)	0.369*** (0.087)
Observações	424	428
Núm. estados	27	27
Erros-padrão entre parênteses		
* significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%		

A outra possível justificativa para o crescimento da receita tributária é que haja um maior esforço de arrecadação nestes anos, ou seja, não haja alteração de alíquotas, mas um maior empenho em reduzir a evasão fiscal. Mesmo se aceitamos que é possível fazer isto, é difícil encontrar uma explicação para este esforço não ocorrer em todos os anos de governo.

Os resultados obtidos permitem concluir que aumentar o recolhimento de impostos não parece ser uma medida impopular, ou ao menos os custos associados com esta medida são inferiores aos possíveis dividendos eleitorais que o aumento da arrecadação permite, pois não justificativa para aumentar as receitas se não for para tornar possível também o aumento de gastos.

Os governos estaduais, portanto, aumentam as receitas primárias no ano anterior às eleições, por um efeito combinado do aumento das transferências e das receitas tributárias.

#### **2.4.1.2 Ciclos oportunistas e os gastos primários**

Os gastos, conforme esperado, foram influenciados pelo calendário eleitoral, mas de uma forma um pouco diferente da verificada por outros autores: o maior aumento foi observado no ano anterior às eleições. Observou-se uma pequena elevação da despesa no ano pré-eleitoral, que é acentuada no ano eleitoral, e uma redução dos gastos no ano seguinte às eleições. Os resultados apontam, então, que os gastos dos governos estaduais apresentam o seguinte padrão: são reduzidos no primeiro ano de governo, se mantêm no segundo, aumentam fortemente no ano pré-eleitoral e apresentam um aumento significativo, porém menor, no último ano, em que novas eleições são realizadas. Ou dito de outra forma, os gastos são reduzidos nos primeiros anos de mandato e esta contração é paulatinamente relaxada a cada ano de governo, aumentam e atingem o ponto máximo no terceiro ano de governo e continuam elevados no último ano. Os resultados oferecem, portanto, indícios de um comportamento oportunista por parte dos políticos nos governos subnacionais brasileiros, mas diferem dos obtidos por outros autores, uma vez que a maior expansão parece ocorrer no ano pré-eleitoral.

Os trabalhos anteriores para o Brasil, Cossio (2002), Bender e Nakaguma (2004) e Bittencourt (2002), também verificaram oportunismo nas despesas dos governos estaduais. Cossio (2002) testou apenas o efeito eleitoral sobre o ano eleitoral, e

obteve como resultado uma expansão dos gastos neste ano. Bittencourt (2002) também verificou um comportamento cíclico das despesas, entretanto não encontra um padrão no ciclo em que se verifica uma contração da despesa no início do mandato e uma recuperação contínua até a eleição. Para este autor na maioria das séries por ele analisadas o coeficiente no segundo ano do governo é o menor. Bender e Nakaguma (2004) verificam um aumento dos gastos no ano eleitoral, e redução nos anos anterior e seguinte aos pleitos.

Com a utilização da variável ciclo eleitoral confirma-se o resultado obtido com a inclusão das três variáveis categóricas: o resultado é positivo e significativo, embora pelo modo como esta variável seja construída o efeito redutor no ano pós-eleitoral por ela previsto seja muito elevado, superior ao estimado com as *dummies*.

**Tabela 2.3 – Eleições e Despesa Primária**

	(1) despri	(2) despri	(3) despri	(4) despri
L.despri	0.374*** (0.076)	0.374*** (0.076)	0.374*** (0.076)	0.374*** (0.076)
transf	-0.004 (0.040)	-0.004 (0.040)	-0.004 (0.040)	-0.004 (0.040)
lnpibpc	-0.023 (0.017)	-0.023 (0.017)	-0.023 (0.017)	-0.023 (0.017)
varpib	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
dmreal	-0.023*** (0.004)	-0.023*** (0.004)	-0.023*** (0.004)	0.032*** (0.005)
prelec			0.014*** (0.001)	
elec	-0.006 (0.004)	-0.006 (0.004)	0.008** (0.004)	
poselec		-0.018*** (0.001)	-0.004*** (0.002)	
cicleleit				0.034*** (0.002)
Constante	0.481*** (0.148)	0.481*** (0.148)	0.467*** (0.148)	0.441*** (0.146)
Observações	428	428	428	428
Estados	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses * significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%				

O resultado obtido, de que o maior crescimento das despesas ocorre no ano pré-eleitoral, embora seja contrário ao senso comum, deveria ser esperado, uma vez que há limitações na Lei eleitoral, que impedem uma série de aumentos de gastos

no período imediatamente anterior à eleição, obviamente estabelecidas com objetivo de reduzir comportamentos oportunistas. Assim, nos três meses antes, até a posse do novo governo, como o primeiro turno das eleições ocorre no primeiro domingo de outubro, desde julho alguns comportamentos são vedados, tais como aumentos salariais ao funcionalismo acima da inflação, a participação em inaugurações de obras públicas, contratação de novos funcionários, e decidir sobre novas transferências voluntárias neste período.

Depois das eleições decididas o objetivo passa ser a reduzir os gastos, especialmente no caso dos candidatos que foram reeleitos. Os candidatos que não foram reeleitos, e que não fossem entregar o cargo para sucessores por ele escolhidos, poderiam fazer uso estratégico do gasto, e expandi-lo após as eleições, mas a lei veda este comportamento, e principalmente após a aprovação da lei de Responsabilidade Fiscal, deve prevalecer o comportamento previsto pelo modelo oportunista, de redução dos gastos.

Um ponto que também merece destaque é que os resultados obtidos para governos estaduais parecem confirmar não os modelos racionais, nos quais os ciclos são curtos, mas os modelos oportunistas com ciclos longos que associam cada ano de governo com um comportamento diferente no que se refere aos gastos.

#### **2.4.1.3 O ciclo eleitoral e o resultado primário**

As estimativas na Tabela 2.4, a seguir, apresentam um quadro pouco claro do efeito de eleições sobre o resultado primário. Observa-se, em todos os anos, uma piora significativa do resultado primário. Se observamos a magnitude do impacto, verifica-se uma piora dos resultados no ano eleitoral.

A utilização da variável ciclo eleitoral indica que as eleições têm impacto negativo sobre o resultado primário. Como nos anos eleitorais esta variável assume o valor 1 (um), nestes anos o resultado primário é reduzido, e no ano seguinte às eleições, em que esta variável assume o valor -1 (menos um), o resultado primário é elevado.

**Tabela 2.4 – Eleições e Resultado Primário**

	(1) respri	(2) respri	(3) respri	(4) respri
L.respri	0.212** (0.099)	0.212** (0.099)	0.212** (0.099)	0.212** (0.099)
transf	-0.050* (0.030)	-0.050* (0.030)	-0.050* (0.030)	-0.050* (0.030)
lnpibpc	0.027 (0.020)	0.027 (0.020)	0.027 (0.020)	0.027 (0.020)
varpib	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
dmreal	-0.005 (0.003)	-0.005 (0.003)	-0.005 (0.003)	0.011*** (0.004)
prelec			-0.006*** (0.002)	
elec	-0.028*** (0.002)	-0.028*** (0.002)	-0.034*** (0.002)	
poselec		-0.004 (0.003)	-0.010*** (0.002)	
cicleleit				-0.005** (0.002)
Constante	-0.163 (0.153)	-0.163 (0.153)	-0.157 (0.154)	-0.186 (0.152)
Observações	428	428	428	428
Estados	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses * significante a 10%; ** significante a 5%; *** significante a 1%				

### 2.4.2 O ciclo eleitoral e a composição dos gastos

Os resultados, portanto, apresentam indícios da existência de ciclos eleitorais oportunistas para os governos estaduais no Brasil no período 1986-2002. Em anos eleitorais os governos estaduais ampliam os gastos, mas somente uma parcela deste aumento dos gastos se traduz em déficits mais elevados, uma vez que as receitas também aumentam. Uma primeira questão que se coloca é saber em que os governos gastam mais em períodos eleitorais. Nesta subseção procuraremos verificar se é possível estabelecer um padrão para o aumento de gastos, ou seja, se existe um tipo de gasto mais utilizado pelos políticos para influenciar votos. Como já foi mencionado, serão testados os gastos com investimento, sociais, em infraestrutura e com pessoal.

Com base em Rogoff (1990), uma primeira opção seria verificar se os investimentos são elevados em anos eleitorais. O argumento deste autor é que o político procura gastar de forma a sinalizar competência, e para financiar este aumento de gastos sem provocar uma deterioração da situação fiscal, ele reduz os gastos menos visíveis, e por isso, este autor argumenta que o político procura reduzir os gastos em investimentos. Contudo, nem sempre os investimentos são pouco visíveis, isto é, entre os investimentos há alguns mais, outros menos visíveis. Por exemplo, gastos com a construção de uma estrada são mais visíveis do que gastos com a implantação de um sistema de saneamento. Entretanto, não há dados disponíveis para que se separem os investimentos segundo este critério.

Tufte (1978) lembra-nos sobre a importância de transferências como um dos mais poderosos instrumentos à disposição de políticos para serem utilizados para conceder benefícios para um grupo de eleitores e com isto obter mais votos. Entre as transferências, Tufte (1978) cita as pensões e aposentadorias e benefícios à ex-combatentes como os principais candidatos à manipulação. Estes pagamentos, contudo, são de responsabilidade do governo federal. Em governos estaduais, os salários de funcionários públicos, ou mesmo o aumento da contratação de funcionários, têm um impacto semelhante às transferências.

Analisaremos, então além dos gastos com investimento, os gastos sociais, com infra-estrutura e com pessoal. Conforme já mencionado, os gastos sociais correspondem à soma dos gastos com educação, cultura, saúde, saneamento e habitação, e os gastos com infra-estrutura são iguais à soma dos gastos com energia, transporte, comunicações e indústria, comércio e serviços.

#### **2.4.2.1 Gastos com investimento**

A visão de Rogoff (1990) que os gastos com investimentos são menos visíveis que os gastos correntes não é compartilhada por todos os autores. Schucknecht (2000), por exemplo, argumenta que é possível utilizar gastos correntes e gastos com investimentos para sinalizar competência, mas que a facilidade com que projetos de



investimento público podem ser iniciados e interrompidos os torna mais atraentes para candidatos à reeleição, uma vez que não geram compromissos de longo prazo.

Os resultados indicam uma redução dos gastos com investimentos no ano eleitoral e também no ano seguinte às eleições. Os investimentos, portanto, não parecem ser utilizados como instrumento de oportunismo eleitoral.

A variável ciclo eleitoral, entretanto, apresenta o sinal esperado, e um comportamento semelhante ao observado para a receita e despesa, ou seja, este resultado indica um pequeno aumento nos investimentos no ano das eleições e uma redução no ano seguinte, mas este resultado deve-se, pelo resultado das equações anteriores, à redução no período pós-eleitoral.

**Tabela 2.5 – Eleições e Investimentos**

	(1) invest	(2) invest	(3) invest	(4) invest
L.invest	0.234*** (0.088)	0.234*** (0.088)	0.234*** (0.088)	0.234*** (0.088)
varpib	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
transf	0.009 (0.035)	0.009 (0.035)	0.009 (0.035)	0.009 (0.035)
lnpibpc	0.032*** (0.011)	0.032*** (0.011)	0.032*** (0.011)	0.032*** (0.011)
dmreal	-0.016*** (0.003)	-0.016*** (0.003)	-0.016*** (0.003)	-0.005* (0.003)
prelec			-0.000 (0.001)	
elec	-0.004*** (0.002)	-0.004*** (0.002)	-0.004*** (0.001)	
poselec		-0.005*** (0.001)	-0.005*** (0.001)	
cicleleit				0.006*** (0.002)
Constante	-0.203** (0.092)	-0.203** (0.092)	-0.203** (0.092)	-0.213** (0.090)
Observações	428	428	428	428
Estados	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses * significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%				

Assim, no ano das eleições e no seguinte ocorre uma redução dos investimentos. Este resultado está em desacordo com o obtido por Bender e Nakaguma (2004) e Bittencourt (2002) que verificam um “pico” dos investimentos no ano pré-eleitoral.

#### 2.4.2.2 Os ciclos eleitorais e os gastos sociais

Os resultados apresentados na tabela 2.6 a seguir indicam que as despesas sociais são significativamente elevadas no ano pré-eleitoral, e reduzidas nos dois anos seguintes. A variável ciclo eleitoral reforça os resultados anteriores.

**Tabela 2.6 - Eleições e Despesas Sociais**

	(1) despso	(2) despso	(3) despso	(4) despso
L.despso	0.447*** (0.058)	0.447*** (0.058)	0.447*** (0.058)	0.447*** (0.058)
varpib	-0.001 (0.001)	-0.001 (0.001)	-0.001 (0.001)	-0.001 (0.001)
transf	-0.008 (0.041)	-0.008 (0.041)	-0.008 (0.041)	-0.008 (0.041)
lnpibpc	-0.031 (0.025)	-0.031 (0.025)	-0.031 (0.025)	-0.031 (0.025)
dmreal	0.010** (0.005)	0.010** (0.005)	0.010** (0.005)	0.000 (0.005)
prelec			0.018*** (0.001)	
elec	-0.025*** (0.003)	-0.025*** (0.003)	-0.007*** (0.003)	
poselec		-0.024*** (0.002)	-0.006*** (0.002)	
cicleleit				-0.005** (0.002)
Constante	0.459** (0.185)	0.459** (0.185)	0.441** (0.184)	0.439** (0.182)
Observações	428	428	428	428
Estados	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses * significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%				

### 2.4.2.3 Os ciclos eleitorais e os gastos com infra-estrutura

Procurou-se testar o impacto das eleições sobre os gastos com infra-estrutura, pois neste tipo de gasto estão incluídos os gastos com a construção de estradas e outras obras que são sempre apontadas como candidatas ao “uso eleitoral”. Com a inclusão de três *dummies* tem-se um aumento significativo dos gastos no ano eleitoral e reduções não significativas nos anos pré e pós-eleitoral.

**Tabela 2.7 – Eleições e Investimentos em Infra-estrutura**

	(1) despif	(2) despif	(3) despif	(4) despif
L.despif	0.170* (0.094)	0.170* (0.094)	0.170* (0.094)	0.170* (0.094)
varpib	0.001 (0.001)	0.001 (0.001)	0.001 (0.001)	0.001 (0.001)
transf	-0.188*** (0.066)	-0.188*** (0.066)	-0.188*** (0.066)	-0.188*** (0.066)
lnpibpc	-0.064 (0.046)	-0.064 (0.046)	-0.064 (0.046)	-0.064 (0.046)
dmreal	-0.010 (0.007)	-0.010 (0.007)	-0.010 (0.007)	-0.033*** (0.007)
elec	0.023*** (0.007)	0.023*** (0.007)	0.021*** (0.005)	
poselec		0.001 (0.004)	-0.001 (0.004)	
prelec			-0.002 (0.002)	
cicleit				-0.000 (0.004)
Constant	0.721** (0.351)	0.721** (0.351)	0.723** (0.350)	0.744** (0.347)
Observations	428	428	428	428
Number of estado	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses * significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%				

O teste com a variável contínua não mostra um efeito significativo sobre as despesas de infra-estrutura. Um aspecto interessante também, e que deve ser ressaltado é relativamente baixa “inércia” dos gastos em infra-estrutura. Ao contrário dos resultados obtidos para as demais variáveis dependentes, pois o coeficiente da variável defasada além de não ser elevado, somente é significativo ao nível de 10%. Estes gastos, portanto, parecem ser mais semelhantes ao comportamento atribuído por Schucknecht (2000), isto é, podem ser elevados e reduzidos com maior

facilidade, e elevá-los no ano eleitoral não implica a sua manutenção nos anos seguintes.

#### 2.4.2.4 Os ciclos eleitorais e os gastos com pessoal

Finalmente, procurou-se testar o impacto do ciclo eleitoral sobre as despesas com pessoal, uma vez que as despesas com funcionalismo representam um aumento da renda disponível de um grupo de pessoal da sociedade. Verifica-se um claro impacto do ano eleitoral sobre os gastos com pessoal que apresentam aumento significativo neste ano. Entretanto, o mesmo aumento ocorre nos anos pré e pós-eleitoral, de modo que não existe um comportamento muito diferenciado a cada ano de governo.

**Tabela 2.8 - Eleições e Despesas com Pessoal**

	(1) despes	(2) despes	(3) despes	(4) despes
L.despes	0.575*** (0.103)	0.575*** (0.103)	0.575*** (0.103)	0.575*** (0.103)
varpib	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
transf	0.055** (0.026)	0.055** (0.026)	0.055** (0.026)	0.055** (0.026)
lnpibpc	-0.014 (0.016)	-0.014 (0.016)	-0.014 (0.016)	-0.014 (0.016)
dmreal	-0.012*** (0.002)	-0.012*** (0.002)	-0.012*** (0.002)	0.020*** (0.004)
prelec			0.011*** (0.002)	
elec	0.003 (0.003)	0.003 (0.003)	0.014*** (0.005)	
poselec		0.009*** (0.001)	0.020*** (0.001)	
cicleleit				0.013*** (0.001)
Constant	0.169 (0.135)	0.169 (0.135)	0.158 (0.136)	0.158 (0.133)
Observations	428	428	428	428
Number of estado	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses * significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%				

É importante notar, contudo, que este efeito surge apesar da lei eleitoral impedir a contratação de novos funcionários no período que se inicia nos três meses

anteriores às eleições até a posse do novo governo, e vedar também a concessão de reajustes reais de salários<sup>49</sup>.

## **2.5 Principais resultados do modelo oportunista nos estados brasileiros**

Como resumo das equações estimadas, podemos dizer que se observam indícios de ciclos eleitorais nos gastos, que se traduzem em gastos mais elevados com infraestrutura no ano eleitoral. Salários e encargos do pessoal empregado na administração pública também são elevados nos anos eleitorais. As receitas são diminuídas, o que provoca em associação com o aumento de gastos, uma redução dos gastos primários nos anos eleitorais, ou seja, uma piora da situação fiscal. Nos anos eleitorais ocorre uma clara e significativa deterioração das finanças públicas estaduais.

---

<sup>49</sup> A Lei 9.504, de 30/09/1997 ou Lei eleitoral prevê as exceções: cargos em comissão, alguns funcionários do judiciário, concursos públicos homologados no período válido, isto é, em que novos funcionários podem ser contratados.



## Apêndice B – Equações Prais-Winsten para variáveis fiscais

**Tabela A.4.1.2 – Equações Prais-Winsten para Eleições e Variáveis Fiscais**

	(1) recpr	(2) despri	(3) respri	(4) rectr	(5) trancor
transf	-0.061* (0.036)	-0.007 (0.055)	-0.055* (0.032)	-0.085*** (0.009)	0.105*** (0.024)
lnpibpc	0.008 (0.027)	-0.028 (0.030)	0.035* (0.021)	-0.011 (0.012)	-0.043*** (0.016)
varpib	-0.001** (0.000)	-0.001 (0.000)	0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
dmreal	0.416* (0.218)	0.638*** (0.243)	-0.221 (0.162)	0.010*** (0.001)	0.016*** (0.002)
elec	0.371* (0.214)	0.618*** (0.239)	-0.246 (0.158)	0.189** (0.093)	0.514*** (0.132)
poselec	-0.013*** (0.001)	-0.002 (0.002)	-0.244 (0.159)	0.199** (0.094)	0.521*** (0.132)
prelec	-0.028*** (0.001)	0.604** (0.239)	-0.015*** (0.001)	0.211** (0.094)	0.521*** (0.133)
Constant	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
Observações	455	455	455	451	455
Estados	27	27	27	27	27
Standard errors in parentheses * significant at 10%; ** significant at 5%; *** significant at 1%					

## APÊNDICE C – Impacto de mudança nas séries sobre as variáveis fiscais

**Tabela A.4.1.3 – Impacto de Mudanças nas Séries de Variáveis Fiscais**

	(1) respri	(2) despri	(3) recpr	(4) rectr	(5) trancor
L.respri	0.096 (0.094)				
L.despri		0.296*** (0.077)			
L.recpr			0.442*** (0.077)		
L.rectr				0.482*** (0.064)	
L.trancor					0.391*** (0.098)
transf	-0.034 (0.035)	-0.042 (0.044)	-0.061** (0.028)	-0.051*** (0.009)	
lnpibpc	0.074** (0.034)	-0.055 (0.041)	0.002 (0.028)	-0.008 (0.012)	-0.014 (0.023)
varpib	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	-0.001** (0.000)
elec	-0.025*** (0.002)	0.038*** (0.003)	0.015*** (0.002)	0.031*** (0.001)	0.016*** (0.002)
poselec	0.002 (0.003)	-0.005 (0.004)	-0.001 (0.002)	0.003** (0.001)	0.003*** (0.001)
prelec	-0.004*** (0.001)	0.008*** (0.002)	0.004*** (0.001)	0.011*** (0.001)	0.010*** (0.001)
dmsac	0.022 (0.017)	0.021 (0.017)	0.035* (0.020)	0.003 (0.004)	0.038*** (0.014)
dmsal	0.005 (0.014)	0.024 (0.016)	0.025** (0.010)	-0.000 (0.002)	0.005 (0.004)
dmsam	-0.039** (0.017)	0.036* (0.022)	0.003 (0.015)	0.005 (0.009)	-0.004 (0.010)
dmsap	-0.005 (0.030)	-0.026 (0.056)	-0.026 (0.042)	-0.003 (0.003)	-0.004 (0.038)
dmsba	-0.024*** (0.008)	0.032*** (0.011)	0.012 (0.007)	0.000 (0.002)	0.001 (0.005)
dmsce	-0.031*** (0.009)	0.046*** (0.011)	0.018* (0.009)	0.004 (0.003)	-0.001 (0.005)
dmsdf	-0.011 (0.008)	0.040** (0.019)	0.022 (0.019)	0.003 (0.003)	0.007 (0.014)
dmses	-0.007 (0.008)	0.007 (0.010)	-0.000 (0.009)	0.000 (0.006)	-0.011** (0.004)
dmsgo	-0.008 (0.013)	0.010 (0.016)	0.004 (0.009)	-0.002 (0.005)	-0.004 (0.004)
dmsma	-0.003 (0.013)	0.003 (0.019)	0.001 (0.009)	-0.001 (0.002)	-0.003 (0.007)
dmsgmg	-0.013 (0.009)	0.000 (0.009)	-0.008 (0.007)	-0.003 (0.002)	-0.013*** (0.005)
dmsms	-0.006 (0.007)	0.006 (0.008)	-0.000 (0.006)	-0.014*** (0.004)	-0.001 (0.003)
dmsmt	0.010 (0.011)	-0.002 (0.014)	0.005 (0.010)	-0.002 (0.006)	-0.001 (0.006)
dmspa	-0.006 (0.007)	0.029*** (0.010)	0.020*** (0.007)	0.003 (0.003)	0.007 (0.006)
dmspb	-0.023*** (0.008)	0.029** (0.012)	0.003 (0.012)	-0.000 (0.004)	0.007 (0.007)
dmspe	-0.019	0.041***	0.026***	-0.003	-0.002



dmspi	(0.013) 0.003 (0.009)	(0.014) 0.014 (0.009)	(0.006) 0.014* (0.008)	(0.002) 0.000 (0.002)	(0.003) 0.004 (0.004)
dmspr	-0.039*** (0.013)	0.034*** (0.011)	0.004 (0.005)	-0.002 (0.004)	-0.007*** (0.002)
dmsrj	-0.005 (0.007)	0.003 (0.009)	-0.001 (0.007)	-0.007* (0.004)	-0.015** (0.006)
dmsrn	-0.004 (0.016)	0.018 (0.024)	0.008 (0.012)	0.006 (0.004)	0.001 (0.006)
dmsro	-0.004 (0.017)	-0.031 (0.025)	-0.029** (0.013)	-0.009** (0.004)	-0.029*** (0.010)
dmsrr	0.027 (0.022)	-0.052* (0.030)	-0.028 (0.023)	0.002 (0.005)	0.044** (0.022)
dmsrs	-0.026*** (0.005)	0.015** (0.007)	-0.004 (0.005)	-0.005*** (0.002)	-0.010** (0.005)
dmssc	0.009 (0.009)	-0.004 (0.010)	0.002 (0.006)	-0.001 (0.002)	0.001 (0.003)
dmsse	-0.020** (0.009)	0.036** (0.017)	0.013 (0.012)	-0.004 (0.003)	0.008 (0.005)
dmssp	0.007 (0.008)	-0.013 (0.010)	-0.007 (0.006)	-0.003 (0.002)	-0.015*** (0.005)
dmsto	0.044 (0.037)	0.010 (0.041)	0.025 (0.019)	0.004 (0.004)	0.005 (0.014)
Constant	-0.554** (0.257)	0.712** (0.319)	0.229 (0.222)	0.107 (0.091)	0.261 (0.178)
Observações	428	428	428	424	428
Estados	27	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses. * significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%					

## APÊNDICE D – Equações com efeitos fixos para estados e anos

**Tabela A.4.1.4 – Equações completas com efeitos fixos para estados e anos**

	(1) recpr	(2) despri	(3) respri	(4) rectr	(5) trancor
L.recpr	0.523*** (0.070)				
L.despri		0.374*** (0.076)			
L.respri			0.212** (0.099)		
L.rectr				0.561*** (0.058)	
L.trancor					0.558*** (0.080)
transf	-0.036 (0.023)	-0.004 (0.040)	-0.050* (0.030)	-0.049*** (0.008)	0.036 (0.023)
lnpibpc	-0.004 (0.010)	-0.023 (0.017)	0.027 (0.020)	-0.005 (0.009)	-0.031*** (0.009)
varpib	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	-0.000* (0.000)
dmreal	-0.030*** (0.002)	-0.023*** (0.004)	-0.005 (0.003)	-0.004*** (0.001)	-0.006*** (0.002)
elec	-0.021*** (0.003)	0.008** (0.004)	-0.034*** (0.002)	0.031*** (0.001)	-0.005** (0.002)
poselec	-0.009*** (0.001)	-0.004*** (0.002)	-0.010*** (0.002)	0.002 (0.001)	-0.001 (0.001)
prelec	0.004*** (0.001)	0.014*** (0.001)	-0.006*** (0.002)	0.034*** (0.003)	0.007*** (0.000)
AL	-0.121*** (0.020)	-0.165*** (0.026)	0.012 (0.017)	-0.009** (0.004)	-0.098*** (0.019)
AM	-0.145*** (0.027)	-0.166*** (0.030)	-0.029 (0.023)	-0.010 (0.008)	-0.081*** (0.021)
AP	-0.007 (0.018)	-0.007 (0.020)	0.003 (0.011)	-0.001 (0.004)	-0.005 (0.014)
BA	-0.147*** (0.026)	-0.176*** (0.030)	-0.016 (0.019)	-0.015*** (0.004)	-0.099*** (0.023)
CE	-0.130*** (0.023)	-0.161*** (0.027)	-0.008 (0.017)	-0.009*** (0.004)	-0.099*** (0.021)
DF	-0.125*** (0.029)	-0.135*** (0.030)	-0.039 (0.032)	-0.005 (0.014)	-0.045** (0.019)
ES	-0.141*** (0.027)	-0.151*** (0.031)	-0.041* (0.024)	-0.004 (0.009)	-0.082*** (0.022)
GO	-0.144*** (0.027)	-0.153*** (0.032)	-0.041* (0.022)	-0.007 (0.007)	-0.095*** (0.024)
MA	-0.091*** (0.018)	-0.150*** (0.027)	0.043** (0.021)	-0.007 (0.007)	-0.095*** (0.018)
MG	-0.158*** (0.029)	-0.173*** (0.032)	-0.038 (0.024)	-0.017** (0.008)	-0.087*** (0.023)
MS	-0.139*** (0.026)	-0.152*** (0.031)	-0.036 (0.023)	-0.007 (0.008)	-0.084*** (0.022)
MT	-0.129*** (0.024)	-0.136*** (0.027)	-0.036* (0.019)	-0.002 (0.007)	-0.086*** (0.022)
PA	-0.147*** (0.024)	-0.183*** (0.027)	-0.008 (0.015)	-0.018*** (0.003)	-0.096*** (0.021)
PB	-0.119*** (0.020)	-0.155*** (0.023)	0.004 (0.014)	-0.006 (0.004)	-0.093*** (0.018)
PE	-0.147***	-0.175***	-0.019	-0.014***	-0.098***

PI	(0.025) -0.089***	(0.028) -0.124***	(0.019) 0.017	(0.004) -0.001	(0.022) -0.086***
PR	(0.018) -0.171***	(0.022) -0.184***	(0.017) -0.047*	(0.006) -0.026***	(0.017) -0.083***
RJ	(0.030) -0.171***	(0.035) -0.178***	(0.027) -0.056*	(0.008) -0.023**	(0.023) -0.078***
RN	(0.032) -0.120***	(0.036) -0.145***	(0.030) -0.011	(0.011) -0.005	(0.023) -0.091***
RO	(0.020) -0.106***	(0.022) -0.112***	(0.014) -0.028*	(0.003) 0.001	(0.018) -0.081***
RR	(0.018) 0.089***	(0.020) 0.112***	(0.015) 0.007	(0.004) 0.013***	(0.016) 0.046***
RS	(0.022) -0.165***	(0.025) -0.173***	(0.013) -0.051*	(0.004) -0.020*	(0.015) -0.076***
SC	(0.031) -0.164***	(0.036) -0.179***	(0.030) -0.043	(0.011) -0.018**	(0.023) -0.081***
SE	(0.030) -0.107***	(0.034) -0.132***	(0.027) -0.007	(0.009) -0.006	(0.023) -0.081***
SP	(0.019) -0.166***	(0.021) -0.168***	(0.013) -0.060*	(0.004) -0.016	(0.017) -0.071***
TO	(0.032) 0.015	(0.039) 0.020	(0.033) -0.000	(0.012) 0.017***	(0.024) -0.023**
_lano_1987	(0.013) -0.071***	(0.026) -0.055***	(0.023) -0.016***	(0.006) 0.000	(0.011) -0.031***
_lano_1988	(0.003) -0.079***	(0.006) -0.068***	(0.005) -0.018***	(0.000) 0.000	(0.003) -0.033***
_lano_1989	(0.004) -0.068***	(0.005) -0.065***	(0.004) -0.015***	(0.000) -0.022***	(0.003) -0.030***
_lano_1990	(0.006) 0.000	(0.007) 0.000	(0.005) 0.000	(0.003) 0.000	(0.004) 0.000
_lano_1991	(0.000) -0.060***	(0.000) -0.057***	(0.000) -0.001	(0.000) 0.008***	(0.000) -0.026***
_lano_1992	(0.003) -0.066***	(0.004) -0.051***	(0.004) -0.016***	(0.001) 0.008***	(0.002) -0.027***
_lano_1993	(0.002) -0.066***	(0.004) -0.058***	(0.004) -0.014***	(0.001) -0.029***	(0.002) -0.023***
_lano_1994	(0.004) 0.000	(0.005) 0.000	(0.004) 0.000	(0.002) 0.000	(0.003) 0.000
_lano_1995	(0.000) -0.002	(0.000) 0.004**	(0.000) -0.009***	(0.000) 0.027***	(0.000) 0.004**
_lano_1996	(0.002) -0.021***	(0.002) -0.006***	(0.001) -0.017***	(0.001) 0.024***	(0.001) -0.010***
_lano_1997	(0.001) -0.026***	(0.001) -0.025***	(0.001) -0.008***	(0.002) -0.011***	(0.001) -0.012***
_lano_1998	(0.002) 0.008***	(0.001) 0.012***	(0.002) -0.001	(0.001) -0.007***	(0.001) 0.005***
_lano_1999	(0.002) 0.000	(0.003) 0.000	(0.002) 0.000	(0.002) 0.027***	(0.002) 0.000
_lano_2000	(0.000) 0.000	(0.000) 0.000	(0.000) 0.000	(0.002) 0.034***	(0.000) 0.000
_lano_2001	(0.000) 0.000	(0.000) 0.000	(0.000) 0.000	(0.002) 0.000	(0.000) 0.000
_lano_2002	(0.000) 0.017***	(0.000) -0.001	(0.000) 0.029***	(0.000) 0.002	(0.000) 0.014***
Constante	(0.005) 0.301***	(0.005) 0.467***	(0.002) -0.157	(0.003) 0.083	(0.003) 0.361***
Observações	(0.085) 428	(0.148) 428	(0.154) 428	(0.066) 424	(0.086) 428
Núm. Estados	27	27	27	27	27

Erros-padrão entre parênteses; \* significativa a 10%; \*\* significativa a 5%; \*\*\* significativa at 1%



## APÊNDICE F – Equações Prais-Winsten para itens de gastos

**Tabela A.4.2.2 – Equações Prais-Winsten para Composição dos Gastos**

	(1) despsso	(2) invest	(3) despif	(4) despes
varpib	-0.001 (0.001)	-0.000 (0.000)	0.000 (0.001)	-0.000 (0.000)
transf	0.033 (0.049)	0.025 (0.041)	-0.174** (0.068)	0.056* (0.029)
lnpibpc	-0.013 (0.042)	0.055** (0.025)	-0.084 (0.055)	-0.029 (0.019)
prelec	0.027*** (0.008)	-0.390* (0.200)	0.904** (0.411)	0.398*** (0.154)
elec	0.016* (0.009)	-0.384* (0.200)	0.936** (0.408)	0.371** (0.151)
poselec	-0.009** (0.003)	-0.401** (0.199)	0.872** (0.414)	0.365** (0.151)
Constante	0.430 (0.319)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
Observações	455	455	455	455
Estados	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses				
* significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa at 1%				

## APÊNDICE G – Impacto de mudanças nas séries sobre itens de gasto

**Tabela A.4.2.3 – Impacto de Mudanças nas Séries sobre a Composição dos Gastos**

	(1) despsso	(2) despif	(3) invest	(4) despes
L.despsso	0.367*** (0.058)			
L.despif		0.100 (0.095)		
L.invest			0.161* (0.086)	
L.despes				0.452*** (0.125)
varpib	-0.002** (0.001)	0.001 (0.001)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
transf	-0.006 (0.052)	-0.223*** (0.069)	-0.041 (0.036)	0.088*** (0.031)
lnpibpc	0.061 (0.053)	-0.078 (0.067)	0.064** (0.026)	-0.026 (0.027)
elec	-0.002 (0.004)	0.011* (0.006)	-0.002 (0.002)	0.012*** (0.003)
poselec	0.005*** (0.001)	-0.014*** (0.003)	-0.003 (0.003)	0.000 (0.002)
prelec	0.002 (0.002)	0.012*** (0.004)	0.007*** (0.002)	-0.004** (0.002)
dmsac	0.035 (0.023)	0.034 (0.023)	0.043*** (0.013)	0.013 (0.013)
dmsal	0.003 (0.023)	0.001 (0.014)	0.012*** (0.005)	0.007 (0.010)
dmsam	-0.023 (0.039)	0.013 (0.053)	-0.027** (0.011)	0.015 (0.011)
dmsap	0.065* (0.036)	0.039** (0.018)	-0.016 (0.030)	-0.011 (0.038)
dmsba	0.003 (0.022)	0.033** (0.014)	0.022*** (0.008)	-0.001 (0.006)
dmsce	0.007 (0.026)	0.051*** (0.015)	0.013** (0.006)	0.011 (0.007)
dmsdf	-0.037* (0.020)	-0.001 (0.019)	0.003 (0.006)	0.044** (0.018)
dmses	-0.058*** (0.017)	0.005 (0.008)	0.008 (0.009)	-0.001 (0.003)
dmsgo	0.027* (0.014)	-0.022 (0.037)	0.002 (0.008)	-0.008 (0.005)
dmsma	0.020 (0.024)	-0.034* (0.019)	-0.017* (0.009)	0.011** (0.005)
dmsmg	0.032* (0.017)	-0.009 (0.023)	-0.005 (0.006)	0.010* (0.006)
dmsms	-0.025 (0.017)	0.069*** (0.025)	0.007 (0.005)	-0.016*** (0.006)
dmsmt	-0.040* (0.023)	0.011 (0.024)	-0.010 (0.008)	-0.004 (0.009)
dmspa	0.001 (0.013)	0.050*** (0.017)	0.021*** (0.005)	-0.008 (0.007)
dmspb	0.019 (0.024)	0.025** (0.011)	0.009* (0.005)	-0.006 (0.010)
dmspe	-0.025 (0.032)	0.059 (0.036)	0.010 (0.011)	0.013*** (0.005)
dmspi	-0.023*	-0.001	-0.012**	0.016**

dmspr	(0.013) -0.032*	(0.010) 0.067	(0.005) 0.021	(0.008) -0.007*
dmsrj	(0.019) 0.040**	(0.062) -0.002	(0.013) 0.006	(0.004) 0.002
dmsrn	(0.016) -0.045*	(0.012) 0.022	(0.006) -0.001	(0.006) 0.018**
dmsro	(0.026) -0.021	(0.019) 0.049	(0.012) -0.012	(0.008) -0.000
dmsrr	(0.024) 0.072***	(0.056) 0.052	(0.008) -0.075**	(0.011) -0.025
dmsrs	(0.021) 0.030*	(0.044) 0.032**	(0.032) 0.011*	(0.035) 0.001
dmssc	(0.017) -0.036*	(0.015) -0.025	(0.006) -0.003	(0.005) -0.003
dmsse	(0.020) 0.005	(0.023) 0.003	(0.008) 0.016*	(0.005) 0.008
dmssp	(0.010) 0.027	(0.011) -0.034*	(0.009) -0.003	(0.009) -0.001
dmsto	(0.028) -0.017	(0.019) 0.053	(0.008) 0.019	(0.007) -0.020**
Constante	(0.038) -0.238	(0.038) 0.861*	(0.033) -0.438**	(0.010) 0.228
Observações	(0.384) 428	(0.498) 428	(0.198) 428	(0.210) 428
Estados	27	27	27	27

Erros-padrão entre parênteses

\* significativa a 10%; \*\* significativa a 5%; \*\*\* significativa at 1%



## APÊNDICE H – Equações completas com efeitos fixos para estados e anos para itens de gasto

**Tabela A.4.2.4 – Equações Composição dos gastos Completas com Efeitos Fixos para Estados e Anos**

	(1) despsos	(2) invest	(3) despif	(4) despes
varpib	-0.001 (0.001)	-0.000 (0.000)	0.000 (0.001)	-0.000 (0.000)
transf	0.033 (0.049)	0.025 (0.041)	-0.174** (0.068)	0.056* (0.029)
lnpibpc	-0.013 (0.042)	0.055** (0.025)	-0.084 (0.055)	-0.029 (0.019)
elec	0.016* (0.009)	-0.384* (0.200)	0.936** (0.408)	0.371** (0.151)
poselec	-0.009** (0.003)	-0.401** (0.199)	0.872** (0.414)	0.365** (0.151)
prelec	0.027*** (0.008)	-0.390* (0.200)	0.904** (0.411)	0.398*** (0.154)
_lano_1987	0.018*** (0.006)	0.007 (0.006)	0.045*** (0.006)	0.000 (0.000)
_lano_1988	0.022*** (0.008)	-0.398** (0.200)	0.903** (0.411)	0.359** (0.152)
_lano_1989	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	-0.030*** (0.005)	-0.030*** (0.003)
_lano_1990	0.001 (0.007)	0.011** (0.006)	-0.039*** (0.008)	0.016*** (0.002)
_lano_1991	0.021*** (0.003)	0.000 (0.000)	0.005 (0.004)	0.010*** (0.001)
_lano_1992	0.006 (0.007)	-0.402** (0.199)	0.890** (0.411)	0.368** (0.151)
_lano_1993	-0.022*** (0.006)	-0.005 (0.005)	0.000 (0.000)	-0.036*** (0.002)
_lano_1994	-0.013** (0.006)	-0.019*** (0.005)	-0.032*** (0.007)	0.003 (0.002)
_lano_1995	0.000 (0.000)	-0.011*** (0.002)	0.000 (0.000)	0.048*** (0.002)
_lano_1996	-0.026*** (0.003)	-0.407** (0.202)	0.878** (0.415)	0.404*** (0.153)
_lano_1997	-0.058*** (0.007)	-0.017*** (0.006)	-0.024*** (0.005)	0.000 (0.000)
_lano_1998	-0.042*** (0.009)	-0.012** (0.006)	-0.028** (0.011)	0.027*** (0.004)
_lano_1999	-0.003 (0.002)	-0.005 (0.004)	0.008*** (0.003)	0.037*** (0.003)
_lano_2000	0.000 (0.000)	-0.402** (0.203)	0.878** (0.419)	0.385** (0.155)
_lano_2001	-0.005 (0.009)	-0.012* (0.007)	-0.028*** (0.008)	-0.013*** (0.001)
_lano_2002	0.003 (0.010)	-0.019*** (0.007)	-0.069*** (0.014)	0.045*** (0.004)
AL	-0.061* (0.033)	-0.005 (0.019)	-0.140*** (0.029)	-0.115*** (0.020)

AM	-0.000 (0.045)	-0.036 (0.027)	-0.020 (0.057)	-0.120*** (0.020)
AP	-0.050** (0.025)	0.030 (0.025)	0.007 (0.028)	-0.036 (0.023)
BA	-0.029 (0.034)	-0.012 (0.025)	-0.103** (0.040)	-0.130*** (0.019)
CE	-0.083*** (0.030)	0.001 (0.022)	-0.086** (0.035)	-0.134*** (0.019)
DF	0.129* (0.072)	-0.107*** (0.039)	0.039 (0.090)	-0.082** (0.036)
ES	-0.079* (0.048)	-0.036 (0.029)	-0.099* (0.060)	-0.105*** (0.023)
GO	-0.113*** (0.037)	-0.020 (0.028)	-0.066 (0.054)	-0.105*** (0.022)
MA	-0.034 (0.045)	0.062** (0.026)	-0.127*** (0.048)	-0.142*** (0.021)
MG	-0.073 (0.046)	-0.046 (0.030)	-0.072 (0.059)	-0.116*** (0.024)
MS	-0.106** (0.043)	-0.038 (0.029)	-0.054 (0.059)	-0.099*** (0.023)
MT	-0.118*** (0.039)	-0.022 (0.027)	-0.072 (0.046)	-0.096*** (0.019)
PA	-0.011 (0.026)	-0.014 (0.019)	-0.099*** (0.032)	-0.132*** (0.017)
PB	-0.072*** (0.024)	0.008 (0.019)	-0.125*** (0.028)	-0.130*** (0.018)
PE	-0.093** (0.041)	-0.018 (0.024)	-0.120*** (0.041)	-0.119*** (0.018)
PI	-0.037 (0.035)	0.027 (0.023)	-0.137*** (0.039)	-0.093*** (0.019)
PR	-0.045 (0.049)	-0.047 (0.031)	-0.037 (0.080)	-0.117*** (0.025)
RJ	-0.070 (0.058)	-0.071** (0.035)	-0.071 (0.077)	-0.104*** (0.028)
RN	-0.012 (0.024)	-0.005 (0.019)	-0.104*** (0.025)	-0.116*** (0.014)
RO	-0.056* (0.032)	-0.008 (0.016)	-0.072 (0.044)	-0.073*** (0.016)
RR	-0.069*** (0.026)	0.134*** (0.032)	0.045 (0.034)	-0.040 (0.032)
RS	-0.136** (0.058)	-0.069* (0.036)	-0.071 (0.078)	-0.100*** (0.028)
SC	-0.094* (0.051)	-0.059* (0.032)	-0.063 (0.068)	-0.113*** (0.025)
SE	-0.034 (0.024)	0.000 (0.019)	-0.071*** (0.026)	-0.110*** (0.015)
SP	-0.042 (0.069)	-0.077* (0.040)	-0.031 (0.089)	-0.095*** (0.031)
TO	0.008 (0.065)	0.239*** (0.054)	0.073 (0.056)	-0.056*** (0.020)
Constante	0.430 (0.319)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
Observações Estados	455 27	455 27	455 27	455 27
Erros-padrão entre parênteses * significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%				

### **3 Ciclos Partidários e as Finanças Estaduais**

Enquanto no capítulo anterior buscava-se avaliar se os governadores alteram suas políticas fiscais no período eleitoral de modo a aumentar sua votação, neste capítulo o objetivo é verificar se e com que intensidade a ideologia explica diferenças nos comportamentos das políticas fiscais dos governos subnacionais. Trata-se de responder, portanto, à pergunta se diferenças ideológicas afetaram resultados fiscais em governos estaduais brasileiros no período 1986-2002. Para responder esta questão este capítulo está dividido em cinco seções além desta breve introdução. Na primeira seção são apresentados os modelos teóricos que justificam a influência da ideologia sobre os resultados fiscais, em seguida, são apresentados os principais testes empíricos desta teoria, com ênfase especial nos trabalhos já realizados para a América Latina e para o Brasil. Na seção seguinte são apresentados os dados utilizados e os métodos selecionados. A seguir, na quarta seção são apresentados os resultados dos testes empíricos realizado para os governos estaduais brasileiros no período 1986-2002, e uma análise dos mesmos. Finalmente, os principais resultados são resumidos. São poucos os efeitos significativos das variáveis ideológicas sobre a receita, despesa e resultado primários. Sobre a composição dos gastos, foi observado que tanto os governos de esquerda ampliam os gastos sociais, e que os partidos de esquerda e centro-esquerda tendem a ampliar os gastos com investimento.

#### **3.1 Quando os políticos são orientados ideologicamente**

Para a teoria partidária, tanto os candidatos disputam quanto os eleitores julgam as eleições em termos ideológicos, e os políticos tomam decisões de política econômica com base na preferência de seus eleitores. Os partidos e eleitores cultivam laços fortes, de modo que os candidatos conduzem a política econômica de modo distinto, gerando resultados diferentes. Os partidos de direita são favoráveis à redução de impostos, orçamentos equilibrados e inflação baixa. Os partidos de esquerda atribuem maior importância à igualdade, e têm preferências por baixo desemprego e maiores orçamentos, aceitando com maior facilidade inflações mais

elevadas em troca de redução do desemprego. Estas preferências diversas são causadas pelas diferentes bases sócio-econômicas dos eleitores dos partidos. As plataformas e ideologia diferem, os eleitores reconhecem estas diferenças e votam com base nelas.

### **3.1.1 O Modelo Partidário Tradicional**

Hibbs (1977) é o trabalho seminal que relaciona o partido às políticas seguidas pelos governantes. Para este autor, as duas mais importantes influências sobre as decisões de política macroeconômica são os incentivos partidários e eleitorais, e os partidários são mais fortes. Isto se dá porque a inflação, apesar dos seus impactos distributivos, tem efeitos mais reduzidos sobre os mais pobres do que sobre os mais ricos. O desemprego, ao contrário, é uma ameaça maior para os mais pobres que para os mais ricos. Assim, como os diferentes grupos de eleitores sofrem de forma diferente com o desemprego e a inflação, as percepções do público refletem estas diferenças, a aprovação dos candidatos segue o mesmo padrão, produzindo incentivos partidários diferentes para combater o desemprego ou a inflação. Os partidos de esquerda tendem a gerar maiores taxas de inflação em troca de desemprego mais baixo, e maior crescimento do produto<sup>50</sup>. Os partidos de esquerda também tendem a buscar maior igualdade<sup>51</sup>. Neste caso, ao contrário dos modelos oportunistas, os políticos desejam ganhar as eleições para implantar um determinado programa, e não o contrário.

O modelo apresentado por Hibbs (1977) é semelhante aos modelos oportunistas tradicionais, e tem como hipóteses que a economia pode ser representada por uma curva de Phillips e expectativas adaptativas, e que ademais, os políticos controlam instrumentos que têm impacto direto sobre os resultados econômicos. As principais características deste modelo serão descritas em seguida.

---

<sup>50</sup> Hibbs (1977) concorda que não há dilemas entre inflação e desemprego no longo prazo, mas enfatiza que estabilizar preços e manter o desemprego baixo são objetivos conflitantes.

<sup>51</sup> No que diz respeito à política fiscal, um grupo (esquerda) favorece gastos mais elevados. O outro (direita) é a favor de menor intervenção do governo e, portanto, gastos menores.

Em Hibbs (1977) a economia é caracterizada por uma curva de Phillips:

$$y_t = \hat{y} + \pi_t - \pi_t^e \quad (1)$$

Ou seja, o produto no período  $t$  se desviará do produto natural quando houver uma diferença entre a taxa de inflação ocorrida e a esperada. Portanto, assim como no modelo de Nordhaus (1975), a taxa de crescimento do produto é afetada pelas diferenças entre as taxas de inflação ocorrida e a esperada para o período  $t$ . Toda vez que os indivíduos forem surpreendidos pela aceleração da inflação, o produto crescerá acima da taxa natural de crescimento.

As expectativas de inflação são adaptativas, isto é, a expectativa de inflação para o período  $t$  é formada com base na taxa de inflação do período anterior ( $t-1$ ) mais a diferença entre a inflação esperada e a ocorrida para ( $t-1$ ):

$$\pi_t^e = \pi_{t-1} + \lambda (\pi_{t-1}^e - \pi_{t-1}); \quad 0 < \lambda < 1 \quad (2)$$

A velocidade com que a diferença entre a inflação prevista e a realizada no período anterior ( $t-1$ ) será incorporada à expectativa do período  $t$  é dada por  $\lambda$ . Se  $\lambda$  for próximo de 1 (um), a diferença entre a inflação esperada e a ocorrida no período anterior ( $t-1$ ) será quase integralmente incorporada à expectativa de inflação para o período  $t$ .

Ao contrário do modelo oportunista, os políticos não são idênticos, os membros de partidos de esquerda são mais preocupados com o desemprego e o crescimento e relativamente menos preocupados com a inflação. A justificativa é que eleitores de partidos de esquerda pertencem aos grupos da sociedade mais ameaçados pelo desemprego. Já os membros de partidos de direita têm preferências opostas, pois pertencem a grupos sociais de mais alta renda, e maior qualificação profissional, que são, portanto, menos afetados pelo desemprego, e como em geral possuem poupança financeira, são mais prejudicados pela inflação. As preferências dos partidos refletem as preferências de seus eleitores, e assumem a seguinte forma:

$$U^E = E \left\{ \sum_{t=0}^{\infty} \beta_t [ -(\pi_t - \pi^E)^2 + b^E y_t ] \right\} \quad \text{para partidos de esquerda e;} \quad (3)$$

$$U^D = E \left\{ \sum_{t=0}^{\infty} \beta_t [ -(\pi_t - \pi^D)^2 + b^D y_t ] \right\} \quad \text{para partidos de direita;} \quad (4)$$

$$\text{onde } \pi^E \geq \pi^D \geq 0 \text{ e } b^E > b^D \geq 0. \quad (5)$$

As utilidades dos partidos de direita e de esquerda são diferentes, e estas diferenças se traduzem em diferentes objetivos de inflação e crescimento econômico, embora ambos prefiram taxas de crescimento mais elevadas e taxas de inflação mais baixas. É preciso fazer a exigência de que crescimento seja mais importante para partidos de esquerda ( $b^E > b^D$ ), embora os partidos possam ter objetivos iguais no que diz respeito à inflação.

Para resolver o modelo, algumas hipóteses adicionais são necessárias. Para efeitos de simplificação há apenas dois candidatos ou partidos. Os eleitores, assim como os políticos, possuem preferências diferentes sobre a inflação e o desemprego, e com base nas suas preferências, eles votam no partido que lhes ofereça a mais elevada utilidade esperada. Os políticos têm à sua disposição um instrumento, tal como a política monetária ou a política fiscal que afete a demanda agregada. As datas das eleições são fixadas exogenamente, ou seja, o calendário eleitoral é pré-determinado, não há possibilidade de alteração. Para este modelo funcionar é necessário que, além das preferências diferentes, os partidos efetivamente ajam de forma diferente quando eleitos<sup>52</sup>. Se os partidos agirem da mesma forma quando eleitos, não haverá nenhuma alteração na taxa de inflação e conseqüentemente, na taxa de crescimento do produto, logo, não será possível verificar nenhuma diferença entre taxas de crescimento, desemprego e inflação sobre os governos dos dois partidos.

Neste modelo os eleitores são retrospectivos, pois votam com base nos resultados para o crescimento e a inflação esperada, que é determinada a partir dos resultados

---

<sup>52</sup> Em eleições com dois partidos, segundo o teorema do eleitor mediano (Person, Tabellini 2000, Drazen 2000b) num sistema bipartidário, as plataformas de partidos que maximizam votos deveriam convergir, e, portanto, não se deveriam esperar diferenças significativas entre os partidos.

passados. Assim como no modelo eleitoral de Nordhaus (1975), os eleitores não utilizam o passado para fazer previsões para o futuro, o que torna válida a mesma crítica feita ao modelo oportunista tradicional sobre por que os eleitores formam suas expectativas apenas com base nos resultados passados, sem levar em conta que os políticos possuem prioridades diferentes. O resultado principal deste modelo é que os dois partidos podem sustentar níveis diferentes de atividade econômica durante seus períodos de governo com taxas de inflação também diferentes. Na teoria partidária com expectativas adaptativas \_ modelos tradicionais \_ , os políticos de esquerda preferem taxas de crescimento mais elevadas e taxas de desemprego mais baixas, e toleram inflação mais alta que os de direita, cujas preferências são exatamente opostas. Com curvas de Phillips, os políticos são capazes de controlar a política de modo a alcançar seus objetivos. Como já mencionado, com expectativas adaptativas, é possível, no curto prazo, obter taxas de crescimento mais elevadas à custa de taxas de inflação maiores. Isto é, existe *trade-off* entre inflação e desemprego, representado pela curva de Phillips. No longo prazo não existe dilema algum.

### 3.1.2 O Modelo Partidário Racional

Com objetivo de responder à crítica à formação de expectativas do modelo tradicional, Alesina (1987) desenvolveu um modelo com cidadãos racionais, e que ainda assim permite um efeito sobre o nível de atividade. No modelo de Alesina (1987) os eleitores formam suas expectativas sobre a taxa de inflação racionalmente e, portanto, somente políticas monetária ou fiscal inesperadas podem criar efeitos reais. Quando governos de esquerda assumem, como isto não era completamente previsto, o desemprego cai, o produto cresce, assim como os preços. O mesmo pode-se dizer sobre um governo de direita, os preços caem e o desemprego aumenta. Os efeitos reais sobre a economia serão maiores quanto maior for a incerteza que cerca o resultado eleitoral e resultantes da rigidez dos salários determinadas pelos acordos salariais. Quando os trabalhadores renegociam os contratos de trabalho com novos preços, as taxas de crescimento e emprego retornam aos seus níveis naturais, enquanto a inflação permanece elevada. Isto é,

só há dilema entre inflação e desemprego no curto prazo. Este dilema surge no curto prazo devido à rigidez de preços (salários) e à incerteza quanto ao candidato que vencerá as eleições.

A economia é caracterizada por uma curva de oferta, na qual a taxa de crescimento depende dos salários reais, que são estabelecidos a partir da inflação esperada<sup>53</sup>:

$$y_t = \hat{y} + \zeta(\pi_t - \pi_t^e) \quad (6)$$

Onde  $y_t$  é a taxa de crescimento do produto no período  $t$ ,  $\hat{y}$  é a taxa “natural” de crescimento do produto  $\zeta$  é um número positivo. Assim como para Hibbs (1977), os políticos de diferentes partidos possuem diferentes objetivos, o partido de esquerda tem como objetivo um nível de atividade mais elevado ou pode atribuir um custo mais elevado a desvios de atividade econômica em relação ao nível desejado que aos desvios da inflação.

$$U^E = E \left\{ \sum_{t=1}^2 \beta_t \left[ \frac{-(\pi_t - \pi^E)^2}{2} + \frac{b^E (y_t - y^E)}{2} \right] \right\} \quad \text{para partidos de esquerda e;} \quad (7)$$

$$U^D = E \left\{ \sum_{t=1}^2 \beta_t \left[ \frac{-(\pi_t - \pi^D)^2}{2} + \frac{b^D (y_t - y^D)}{2} \right] \right\} \quad \text{para partidos de direita;} \quad (8)$$

onde  $\pi^E \geq \pi^D \geq 0$  e  $b^E > b^D \geq 0$ .

Ou seja, os dois partidos podem ter como meta taxas de inflação iguais, mas o partido de esquerda é mais sensível a reduções no nível de atividade.

Mais uma vez supõe-se que há apenas dois candidatos ou partidos e que os eleitores, assim como os políticos, possuem preferências diferentes sobre a inflação

---

<sup>53</sup>  $y_t = \hat{y} + \zeta(\pi_t - w_t)$ , e  $w_t = \pi_t^e$ , substituindo o crescimento dos salários na equação anterior, obtém-se a equação (6). O taxa de crescimento dos salários nominais ( $w_t$ ) é estabelecida com base na inflação esperada. É a mesma curva de oferta utilizada no modelo partidário tradicional.



e o desemprego. Com base em suas preferências eles votam no partido que lhes ofereça a mais elevada utilidade esperada. O político dispõe de um instrumento que tenha impacto sobre a demanda agregada e as datas das eleições são fixadas exogenamente.

A diferença fundamental em relação ao modelo tradicional é que a expectativa de inflação para o período  $t$  é formada a partir de todas as informações disponíveis no período  $t-1$ :

$$\pi_t^e = E(\pi_t | I_{t-1}) \quad (9)$$

$$\pi_t^e = q^E \pi_{t+}^E + (1-q^E) \pi_t^D. \quad (10)$$

As eleições ocorrem no período  $t$ , mas expectativa de inflação para o período  $t$  é formada em  $(t-1)$ , antes do resultado das eleições. A equação (10) formaliza como o eleitor estima a inflação esperada, a partir de uma média entre os valores de inflação previstos em cada um dos dois estados da natureza possíveis (partido de esquerda ganha ou partido de direita ganha) ponderada pela probabilidade de que cada um dos partidos vença as eleições, que é conhecida por todos. Embora não haja assimetria informacional, pois tanto eleitores quanto candidatos têm acesso à mesma informação, há incerteza associada à imprevisibilidade do resultado das eleições.

A crítica mais importante que se faz a esta teoria é que a flutuação do nível de atividade causada pelas incertezas associadas aos resultados eleitorais poderia ser evitada, pois como a data das eleições é previamente conhecida, os trabalhadores poderiam adiar as negociações salariais e os demais agentes poderiam também adiar as negociações de preço para após as eleições. Ou os trabalhadores poderiam negociar acordos salariais contingentes aos resultados de inflação, por exemplo. Alesina e Rosenthal (1995) argumentam que acordos salariais contingentes a determinados resultados não apenas são de difícil elaboração, como os ganhos resultantes destes acordos podem não justificá-los.

Outra crítica a este modelo é que o voto não é retrospectivo, e, portanto, as condições econômicas no período imediatamente anterior às eleições não afetam os votos, e em consequência, os resultados eleitorais. Isto é inconsistente com a regularidade empírica de que a situação da economia no período no período pré-eleitoral é um importante determinante do comportamento dos eleitores no momento da votação<sup>54</sup>.

Alesina e Rosenthal (1995) estendem o modelo partidário racional incorporando a votação retrospectiva. Para isto eles adicionam um elemento de competência à equação que define o valor esperado do comportamento do produto do partido de tenta a reeleição. Desta forma adiciona-se um componente do modelo oportunista racional ao modelo partidário, e os eleitores tomarão suas decisões sobre em quem votar com base não apenas nas suas preferências (e dos partidos), mas também na competência sinalizada pelo governante que busca a reeleição. Quanto maior a competência esperada do candidato ou partido que tenta reeleger-se, maior será o número de eleitores dispostos a votar nele, pois a competência mais que compensa as preferências ideológicas. Para inferirem a competência do candidato, assim como nos modelos oportunistas racionais os eleitores avaliam a economia, isto é, são retrospectivos.

É importante perceber, que esta os modelos partidários racionais prevêm ciclos induzidos por alteração ideológica do governo apenas no curto prazo. Uma vez que o novo governo tenha se iniciado, as expectativas são ajustadas e os efeitos reais sobre a economia desaparecem. O quadro abaixo, adaptado de Alesina, Roubini e Cohen (1999), resume os resultados previstos pelos modelos partidários tradicionais e racionais.

Quadro 3.1	
Resultados Empíricos dos Modelos Partidários	
Modelos Partidários Tradicionais	Modelos Partidários Racionais

<sup>54</sup> Como já mencionado Beck e Stegmaier (2000) fazem uma revisão sobre trabalhos que associam os resultados eleitorais à situação econômica vigente antes das eleições, e encontram uma forte relação entre estas variáveis.

<p>Maior crescimento do produto e menor desemprego quando partidos de esquerda estão no governo</p>	<p>Crescimento e emprego temporariamente mais elevados após a vitória eleitoral da esquerda, desemprego e crescimento voltam às suas taxas naturais na segunda metade dos governos.</p> <p>Desvios em relação às taxas naturais estão correlacionados à surpresa eleitoral</p> <p>Gastos e receitas mais elevados com a vitória da esquerda</p>
---	---

### 3.2 O que nos dizem os estudos empíricos sobre os Ciclos Partidários?

No que diz respeito à atividade econômica nos EUA há indícios de existência de ciclos partidários: Alesina (1988), Alesina e Sachs (1988) mostraram que a economia tende a crescer acima da média nos dois primeiros anos de administrações democratas e abaixo da média nos dois primeiros anos de administrações republicanas. Chappell e Keech (1988) encontram evidência de que o crescimento monetário é sistematicamente mais elevado quando presidentes democratas estão no governo, e que isto poderia, portanto, explicar diferenças nos níveis de desemprego. Faust e Irons (1999) confirmam os ciclos partidários apresentando evidência empírica de que nos EUA a atividade econômica é mais elevada sob democratas que sob republicanos na primeira metade de seus mandatos.

Alesina e Roubini (1992) encontram evidência de diferenças partidárias temporárias sobre o produto a taxa de desemprego para uma amostra de 18 países da OCDE, estendendo, portanto, o modelo para países em que não vigora o bipartidarismo.

Apesar destes resultados, para Franzese (2002) os resultados empíricos suportam mais fortemente os efeitos partidários do tamanho do governo em termos do emprego público, receita e gasto governamentais. Drazen (2000) também manifesta a sua preferência pela utilização da política fiscal como força por trás dos resultados

macroeconômicos. Para este autor, não precisa haver surpresa eleitoral para que a política fiscal tenha impacto, e ele sugere que considerando um conjunto de influências mais amplo que a política monetária não antecipada sugere “causa reversa”, ou seja, os eleitores votam em um determinado candidato porque este candidato está associado a uma política, e não o contrário.

Alesina, Roubini e Cohen (1997,1999) testam a evidência de ciclo partidário sobre variáveis fiscais na economia americana, e obtém indícios de déficits mais elevados nas administrações republicanas, uma análise mais cuidadosa dos dados, contudo, demonstra que estes efeitos são resultantes das administrações Reagan e Bush.

No que diz respeito especificamente a gastos e receitas, Alt e Lowry (1994) apresentam evidência de comportamentos distintos das despesas e receitas dos estados norte-americanos em governos republicanos e democratas durante o período 1968-74. Governos democratas apresentam valores mais elevados para ambas (receitas e despesas), confirmando a suposição de uma preferência por maior intervenção econômica.

Imbeau, Pétry e Lamari (2001) apresentam uma tabela com resumo com os resultados obtidos em trabalhos empíricos em todos os trabalhos por eles identificados que relacionam o impacto da ideologia sobre determinadas áreas de política. Embora os casos de fracasso, isto é, que a ideologia não consegue explicar a escolha de determinada política, sejam mais freqüentes, os casos de sucesso se concentram nas variáveis fiscais, especialmente no tamanho dos gastos, e nas políticas associadas ao estado do bem-estar, o que significa que a ideologia pode ter impacto sobre políticas de educação e saúde.

Há pouca evidência, contudo, que os governos de esquerda apresentem déficits mais elevados. Alesina e Perotti (1995) mostraram que a probabilidade de que uma política fiscal mais apertada seja adotada é um pouco maior em um governo de esquerda. Os mesmos autores encontraram como resultado que partidos de centro tendem a adotar políticas fiscais mais frouxas, e que estes são incapazes de promover estabilidade fiscal. Segundo estes autores, portanto, partidos de esquerda e de direita possuem habilidades semelhantes de promoção de ajustes fiscais, com

uma pequena vantagem para os governos de esquerda<sup>55</sup>. Este resultado prevê que não há uma justificativa partidária para um desequilíbrio fiscal, e que o impacto, se houver, se verifica apenas sobre as receitas e despesas.

Imbeau e Chenard (2002) reafirmam este resultado, a partir de um quadro síntese que inclui todos os resultados empíricos de variáveis políticas sobre os déficits públicos. Os autores incluem as seguintes explicações: os ciclos eleitorais, os partidários, a coesão/ fragmentação do governo, a instabilidade e as regras orçamentárias. Em nenhum trabalho mencionado pelos autores os ciclos partidários explicam os déficits públicos.

Um aspecto que chama atenção na análise dos resultados empíricos da ideologia sobre a política fiscal e tipos de gastos é a completa ausência de trabalhos para países fora da OCDE. No que diz respeito à literatura de ciclos eleitorais, esta dificuldade parece já estar superada, sendo possível observar um número crescente de trabalhos voltados para países em desenvolvimento e novas democracias.

Schuknecht (1994) apresenta o seguinte argumento para não estudar ciclos partidários em países em desenvolvimento: "...the results for partisan-cycle models crucially depend on a left-right ideological polarization with different preferences for inflation and unemployment. This approach is hardly applicable to developing countries where the distinctions between parties do not always exhibit the typical western right-left pattern." Shi e Svensson<sup>56</sup> (2004) apontam a ausência de trabalhos empíricos voltados para os países em desenvolvimento, atribuindo este fato à dificuldade em estabelecer diferenças em preferências econômicas e ideológicas entre partidos, e que esta diferenciação não costuma exibir o tradicional padrão ocidental esquerda-direita, ou seja, repetem o argumento de Schuknecht (1994).

Mainwaring (2001) reforça a idéia apresentada acima de que não é possível classificar os partidos. Em seu estudo sobre o sistema partidário no Brasil afirma que

---

<sup>55</sup> Estes autores neste estudo se referem a governos constituídos por um partido único.

<sup>56</sup> <http://www.iies.su.se/~svenssoj/nope2nd.pdf>.

entre os eleitores brasileiros o voto partidário tem pequena participação, predominando o voto pessoal, ou seja, os eleitores escolhem em que candidatos irão votar com base principalmente em qualidades pessoais dos candidatos e não no partido ao qual pertencem. Ainda segundo este autor predominam no Brasil os partidos “catch-all”<sup>57</sup>, que para ele são todos com exceção daqueles classificados como esquerda, que são o PT, PCB/PPS, PCdoB e PSB. Segundo este autor, portanto, se no Brasil não é possível verificar diferenças entre os partidos, não se deve esperar diferenças nas políticas fiscais seguidas pelos governos estaduais.

Kinzo (1993), entretanto, menciona que verificou a partir da votação de matérias importantes durante a Assembléia Constituinte que os partidos defenderam posições diferenciadas, compatível com um espectro esquerda-direita. Entretanto, este resultado poderia se dever a uma dinâmica própria da Assembléia Constituinte, e desaparecer nas votações de matérias usuais. Para confirmar esta avaliação, a autora realizou pesquisa junto aos membros dos legislativos estaduais e pode confirmar que os partidos mais importantes assumem posições diferenciadas.

Figueiredo e Limongi (2002) também verificam, a partir de resultados de votações realizadas no período 1989-1994, que há partidos que possuem posições semelhantes nas votações do Congresso Nacional, possíveis de serem classificados no espectro esquerda-direita. Estes autores apontam que a partir da análise das legislações eleitoral e partidária é comum um diagnóstico do legislativo de que os partidos políticos são pouco coesos e os parlamentares têm um comportamento individual. A realidade que emerge da análise feita pelos autores a partir das votações nominais na Câmara dos Deputados indica um comportamento bastante diferente. Os autores concluem que os partidos apresentaram razoável coesão média e o padrão das coalizões partidárias é condizente com a disposição dos partidos no espectro político-ideológico, ou seja, pode-se falar em partidos de direita, centro e esquerda.

---

<sup>57</sup> Mainwaring denomina partidos “catch-all” “aqueles que buscam conquistar o maior número possível de votos, atraindo os eleitores situados nas mais diversas porções do espectro de distribuição de preferências político-ideológicas, mediante um discurso genérico que evita a retórica de classe” (Mainwaring, 2001, pág.34).

Há evidências, portanto, de que é possível identificar diferenças ideológicas entre os partidos brasileiros, e que estas diferenças persistem mesmo no nível subnacional. Logo, deve ser possível verificar diferenças no que diz respeito às variáveis fiscais e à composição dos gastos estaduais.

Nos trabalhos já realizados para o Brasil, as evidências de ciclos partidários, ou seja, de que a ideologia do governo tem impacto sobre os gastos são fracas, e o principal problema apontado pelos autores é a dificuldade em classificar a ideologia dos governos estaduais, principalmente por que os mesmos geralmente são formados por coalizões partidárias. Embora entre os trabalhos conhecidos, apenas Avelino, Arvate e Lucinda (2005) tenha como objetivo verificar o impacto da ideologia sobre a política fiscal, diversos estudos já mencionados no capítulo anterior incluem uma variável ideológica. Cossio (2000,2002), Botelho (2001), Teixeira (2001), Bittencourt (2002), Sakurai e Gremaud (2004) e Nakaguma e Bender (2004) incluem, de alguma forma, variáveis ideológicas. Além destes, Kemahlioglu (2003), embora tenha como objetivo verificar se estados gastam mais se pertencem à coalizão do governo federal e se os estados têm um peso diferente dependendo do número de parlamentares do estado, inclui uma variável *dummy* para verificar se há qualquer impacto da mesma sobre os gastos.

Botelho (2001) classifica a postura fiscal dos estados brasileiros, de acordo com o nível suportado pelas finanças estaduais em quatro categorias, e depois utiliza um modelo LOGIT para verificar se um grupo de variáveis explica aos resultados fiscais das unidades subnacionais. Entre as variáveis testadas este autor inclui não apenas as fiscais e econômicas como também políticas, como a ideologia dos governantes, o ciclo eleitoral e a fragmentação. Para verificar o impacto da ideologia o autor insere uma variável *dummy* que, segundo ele assume o valor 1 (um) quando o governador pertence a um partido de esquerda, e 0 (zero) quando de direita. O autor não explica como considera os partidos de centro, nem a classificação utilizada. Menciona apenas que considera como esquerda os seguintes partidos: PT, PCB, PC do B, PPS, PSB, PV, PDT e PSTU<sup>58</sup>. Imagina-se que o autor tenha testado apenas se os partidos de esquerda se comportam de forma diferente que todos os demais.

---

<sup>58</sup> Partido dos Trabalhadores, Partido Popular Socialista, Partido Socialista Brasileiro, Partido Verde, Partido Democrático Trabalhista e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

O resultado obtido pelo autor é que a variável que indica que o governo pertence à esquerda não tem impacto algum sobre a postura fiscal dos estados.

Teixeira (2001) inclui três *dummies* para verificar o impacto da ideologia, uma para partidos de esquerda, uma para partidos de centro, e uma para partidos de direita<sup>59</sup>. Observa que governos de esquerda gastam mais com o que a autora denomina *overhead*<sup>60</sup> e menos em infra-estrutura, mas não consegue afirmar nada com relação ao gasto social. Para esta autora partidos de centro-esquerda provocam uma elevação na despesa total per capita (no caso é o PSDB, uma vez que este é o único partido classificado desta forma pela autora). Este aumento pode ser atribuído principalmente, ao crescimento dos gastos com *overhead*, comportamento semelhante ao observado para partidos de esquerda.

Bittencourt (2002) também encontra indícios de influência ideológica sobre alguns tipos de gastos: este autor verifica que governos de direita tendem a investir mais e a ampliar os gastos com trabalho, e os de esquerda a gastar mais com educação. Não encontra impacto da ideologia sobre as despesas, receitas ou resultado orçamentário, apenas sobre os tipos de gastos mencionados anteriormente. O problema do autor é a classificação ideológica dos partidos por ele utilizada, todos os partidos são incluídos em duas categorias: direita ou esquerda, para ele não há partidos de centro<sup>61</sup>. Após fazer esta classificação, o autor inclui uma variável *dummy* para identificar os governos de direita e centro-direita. Ao considerar partidos de centro como direita ou esquerda este autor faz com que os resultados obtidos tenham pouco significado, pois não há teoria sobre como se comportam os partidos de centro, apenas sobre os de direita e esquerda.

---

<sup>59</sup> Classifica como partidos de esquerda o PDT, PSB e PT; de direita, o PFL, PPR, PRT, PSD, PTB e PTR; de centro PMDB e PSC, e de centro-esquerda o PSDB. A autora menciona seguir Kinzo, mas não há registro do trabalho utilizado na bibliografia. A classificação é a mesma de Cossio (2002). Os nomes dos partidos citados estão na Tabela 3.1 na próxima seção.

<sup>60</sup> A autora denomina despesas de “overhead” ou administrativas à soma dos gastos com as funções legislativa, judiciária, e de administração e planejamento. Segundo Ames (2003) juros sobre a dívida são classificados na categoria despesa com Administração e Planejamento, o que pode ser a justificativa para o resultado obtido por esta autora.

<sup>61</sup> São classificados como partidos de direita e centro-direita o PPB (PDS e PPR), PFL, PTR e PSC e como esquerda e centro-esquerda, o PMDB, PDT, PTB, PSDB, PRS, PSB e PT.



Cossio (2002) também testa o impacto de partidos de direita e esquerda por meio da inclusão de duas variáveis *dummy*: uma para governo de direita, outra para governos de esquerda<sup>62</sup>. Para classificar os partidos segundo sua orientação ideológica, o autor diz ter-se inspirado em Kinzo (1993), e apresenta uma tabela com esta informação<sup>63</sup>. Como resultado obtém que partidos de esquerda tendem a ampliar os gastos, mas este resultado deixa de ser significativo quando inclui a *dummy* para indicar coincidência com a administração federal. Os resultados para direita e esquerda, portanto, não são conclusivos. Governos de esquerda tendem a ampliar os gastos, mas este impacto não é significativo. Governos de direita têm impacto quase nulo e não significativo. Como o centro é categoria residual, o resultado é que os partidos de direita e centro não possuem impacto diferenciado.

Kemahlioglu (2003) faz uma análise dos gastos dos estados brasileiros para o período 1995-99. Sua principal argumentação é que a importância política dos governadores e a influência que eles têm na esfera nacional são fatores significativos que podem explicar altos níveis de gastos em alguns estados. O autor afirma não ter como objetivo verificar o impacto da ideologia, pois acredita que os partidos no Brasil não possam ser diferenciados no que diz respeito a suas políticas econômicas. Apesar, portanto, de não testar efeitos partidários sobre os gastos, inclui uma *dummy* para testar se o Partido dos Trabalhadores (PT) se comporta de modo diferente dos demais. Os resultados empíricos obtidos pelo autor confirmam o por ele esperado de que a maior influência dos governadores na política nacional está relacionada a um nível mais elevado de gastos estaduais, mas não verifica nenhum efeito do Partido dos Trabalhadores (PT) sobre os gastos.

No que diz respeito à questão ideológica Nakaguma e Bender (2004) introduzem uma *dummy* para indicar governos de esquerda, que são, para os autores, aqueles

---

<sup>62</sup> Para este autor são considerados de esquerda e centro-esquerda os seguintes partidos: PDT, PSB, PSDB e PT, como direita considera o PFL, PPR, PRT, PDS, PTB e PTR. O PMDB e PSC são considerados centro.

<sup>63</sup> Há algumas pequenas diferenças em relação à classificação de Coppedge. O PDT foi considerado por Cossio como esquerda, e para Coppedge, como centro-esquerda. O PTB e o PTR foram classificados por Cossio (2002) como direita, e por Coppedge, como centro-direita. A principal diferença é o PRT, que Cossio denominou Partido Republicano Trabalhista e classificou como direita. Acredita-se que tal autor esteja se referindo ao Partido Renovador Trabalhista (o único partido registrado sob a sigla PRT é o Partido Renovador Trabalhista), cuja orientação ideológica para Coppedge é desconhecida, e que, portanto, para fins deste trabalho foi considerado como centro.

pertencentes aos seguintes partidos: PDT, PTB, PRS, PSB e PT. Concluem que, de modo geral, as diferenças partidárias não influem de maneira relevante no comportamento fiscal. Duas exceções se referem à receita tributária e aos gastos com educação, ambos significativamente mais elevados sob administrações de esquerda.

Sakurai e Gremaud (2004) procuram verificar se há um impacto da ideologia sobre o comportamento das despesas dos municípios paulistas, e incluem esta variável de modo diferente. Para testar ideologia inclui 6 (seis) *dummies* para identificar os seguintes partidos: PFL, PPB/PDS, PMDB, PSDB, PTB e grupo de outros partidos<sup>64</sup>. O PT não é incluído para evitar o problema da multicolinearidade perfeita, sendo, portanto, o partido de referência na análise do comportamento dos partidos. Estes autores, portanto, não estão interessados em avaliar o impacto da ideologia, mas de cada um dos partidos sobre as variáveis fiscais. Como o número de partidos é muito elevado, torna-se difícil inserir uma *dummy* para cada um, e a solução é agrupar os partidos menores em uma categoria, do qual nenhuma conclusão será obtida. Observam os autores que na maior parte dos testes efetuados não há significância estatística. Mesmo assim, algumas regularidades são observadas. Em primeiro lugar, o PT é o partido que menos gasta em transferências correntes<sup>65</sup>, todos os partidos apresentam gastos significativamente mais elevados neste item, o que é de certa forma inesperado, considerando-se quais são as despesas incluídas neste item. Percebe-se também que o PFL, o grupo de “outros partidos” e PTB apresentam gastos mais elevados e que no caso dos dois primeiros, e a origem desta elevação são seus maiores gastos em investimentos públicos. Os autores não fornecem explicações possíveis para os resultados obtidos.

Arvate, Avelino e Lucinda (2005) testaram o impacto da ideologia nos gastos e nos gastos sociais dos governos estaduais no Brasil no período 1985-2000, e encontram

---

<sup>64</sup> No grupo de outros foram incluídos os partidos PDT, PL, PSL, PTN, PPS, PSDC, PMN, PTC, PSB, PV, PRP, PSD, PCDN, PDC, PTR e PRN.

<sup>65</sup> Transferências correntes dos municípios são recursos destinados pelo município a outras pessoas de direito público ou privado sem contraprestação direta de bens e serviços. Enquadram-se nesta conta despesas como, por exemplo, o salário-família, os benefícios da previdência social, a assistência médica-hospitalar, as contribuições para o PASEP (Fundo do Patrimônio do Servidor Público), o apoio financeiro a estudantes, as subvenções para atender a manutenção de entidades públicas ou privadas e os encargos das dívidas interna e externa.

evidências de influência ideológica. Os resultados obtidos por estes autores são os mais significativos entre os trabalhos voltados para o Brasil, e acredita-se o seu sucesso deve-se, em grande medida, ao fato que classificam ideologicamente os partidos com base em Coppedge (1997). No que tange os gastos totais, o efeito maior da ideologia se dá com um determinado atraso, resultado segundo os autores, da própria lógica do orçamento, e conforme esperado, governos mais à direita tendem a reduzir gastos totais, e os de esquerda tendem a aumentá-los. Com respeito aos gastos sociais, é notado um impacto maior no momento de transição de governo, e governos de esquerda tendem a aumentar a participação de gastos sociais no total dos gastos. Estes autores verificam, portanto, um impacto da ideologia não apenas sobre o tamanho do governo, indicado pelos gastos totais, mas também sobre a composição dos gastos.

De modo geral, portanto, os trabalhos para o Brasil apresentam algumas evidências sobre os gastos e sobre a composição de gastos. Estas evidências, contudo são pouco conclusivas, e se acredita que as classificações partidárias utilizadas sejam, mais do que a inexistência de diferenças entre os partidos brasileiros, em grande medida, responsáveis pelos fracos resultados.

### **3.3 Dados e Metodologia**

Além das questões metodológicas usuais que justificam o teste da teoria partidária nos governos estaduais, quais sejam, que permite a ampliação do número de observações e maior controle sobre choques e diferenças institucionais, podem-se adicionar outras<sup>66</sup>. Na esfera estadual, pela menor preocupação com efeitos dos gastos públicos sobre a estabilidade e inexistência de outras políticas à disposição, como, por exemplo, a monetária, tem-se um ambiente privilegiado para testar evidências de diferenças ideológicas no comportamento das finanças públicas.

---

<sup>66</sup> Ver Snyder (2001).

Conforme sugerido por Kneebone e Mckenzie (2001), modelos de sinalização como apresentados no capítulo anterior para os ciclos eleitorais não incluem explicitamente efeitos partidários, mas poderiam fazê-lo: uma implicação destes modelos é que governos que atribuem maior peso à utilidade do eleitor derivada dos gastos governamentais em relação ao consumo privado, irão tributar e gastar mais que governos que possuem a preferência contrária.

As variáveis fiscais, assim como as variáveis de controle utilizadas foram as mesmas já incluídas no capítulo anterior. As variáveis dependentes são, portanto, receita, despesa e resultado primários, e os gastos com investimento, sociais, em infraestrutura e com pessoal. As variáveis de controle são a variação anual do PIB estadual, o logaritmo do PIB estadual per capita, e o peso das transferências na receita dos estados, ou seja, a sua dependência em relação à transferência de recursos do governo federal. Com base nos resultados do capítulo anterior, foi incluída uma *dummy* para identificar o ano eleitoral. Além disso, assim como no capítulo anterior, foram testadas mudanças nas séries por meio da introdução de variáveis *dummy* para verificar se o plano real, a mudança na forma de contabilização dos resultados fiscais, a renegociação das dívidas do período 1997-1998, e a Lei de Responsabilidade fiscal mudaram o comportamento das variáveis dependentes, estes resultados estão disponíveis apenas no apêndice deste capítulo.

A equação estimada será :

$$Y_{i,t} = \gamma Y_{i,t-1} + \theta W_{i,t} + \beta IDGDIR_{i,t-1} + \mu IDGOVESQ_{i,t-1} + \xi_i + \omega_t + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

A equação (1) será estimada para as mesmas variáveis dependentes utilizadas no capítulo anterior: receita, despesa e resultado primários, e os itens de gasto investimento, gastos sociais, com infra-estrutura e despesas de pessoal. As variáveis de controle também são as mesmas incluídas no capítulo anterior,  $\xi_i$  são os efeitos fixos para estados e  $\omega_t$  são os efeitos fixos para anos.

Construiu-se adicionalmente uma variável *dummy* que mede a diferença ideológica, ou polarização, entre o governador e a assembléia. Esta variável assume o valor um se o governador é de direita e a Assembléia de esquerda, isto é, mais da metade

dos deputados pertence a partidos de esquerda, ou vice-versa. Quando predomina o centro, no governo ou na assembleia, ou não há diferenças ideológicas entre ambos, esta variável assume o valor zero. O objetivo desta variável era verificar se um partido de ideologia contrária ao partido do governo controlasse a assembleia teria um efeito sobre as variáveis fiscais. A seguir estimou-se também a equação a seguir:

$$Y_{i,t} = \gamma Y_{i,t-1} + \theta W_{i,t} + \beta IDGDIR_{i,t-1} + \mu IDGOVESQ_{i,t-1} + \eta PLZGVAS_{i,t-1} + \xi_i + \omega_t + \varepsilon_{i,t} \quad (2)$$

A grande diferença em relação ao que foi discutido no capítulo anterior para os dados e a metodologia se refere à classificação ideológica dos governos. Este é o ponto principal desta seção, identificado como o ponto fraco dos trabalhos da maioria dos trabalhos anteriores, e que acredita-se ao menos parcialmente, responsável pelos resultados pouco significativos obtidos. Assim como Arvate, Avelino e Lucinda (2005), para classificar os partidos ideologicamente utilizou-se a classificação de Coppedge (1997), que cobre todas as eleições brasileiras até 1994. Estendeu-se a classificação para as eleições de 1998, considerando que não houve mudanças ideológicas nos partidos existentes em 1994, e os novos, para os quais não havia informações, foram considerados como centro. Além de ser uma análise cuidadosa, que contou com diversas consultas a especialistas, esta classificação ao ter como objetivo permitir a comparação dos sistemas partidários dos países latino-americanos, é mais robusta.

Coppedge (1997) propôs uma classificação dos partidos Latino-Americanos em blocos ideológicos. Para o Brasil, especificamente, este autor avalia a maior parte dos partidos que participaram das eleições no período 1945-94. São duas as dimensões principais de sua classificação: uma das dimensões é a divisão entre partidos seculares e cristãos<sup>67</sup>, a outra é clássica dimensão direita-esquerda, que é usualmente segmentada em direita, centro-direita, centro, centro-esquerda e esquerda. Partidos que não pudessem ser classificados na dimensão esquerda-

<sup>67</sup> Esta dimensão não é importante para a análise dos partidos no Brasil, pois há apenas um partido classificado como Cristão, o Social-Cristão, no período 1986-94. Este partido é classificado como centro, e a opção foi por abandonar esta dimensão.

direita, foram classificados como “personalista” ou “outros” (por exemplo, feministas, ambientalistas, regionais ou étnicos). Partidos para os quais não havia informação suficiente disponível foram classificados como “desconhecido”. As tabelas a seguir apresentam os partidos classificados por Coppedge (1997) e a classificação utilizada. Como Coppedge às vezes se refere aos partidos pelo nome, às vezes pela sigla, na Tabela 3.1, procurou-se associar o nome à sigla, completando as informações do autor. As letras em itálico indicam as siglas ou denominações dos partidos que foram por mim incluídos, com base na lista de Nicolau (<http://jaironicolau.iuperj.br/database/deb/port/index.htm>). As divergências foram assinaladas.

Tabela 3.1 - Partidos classificados por Coppedge		
Sigla	Partido	Bloco Ideológico
PFL	Partido da Frente Liberal	Direita
PRP <sup>68</sup>	Partido da Representação Popular	Direita
PDS	Partido Democrático Social	Direita
PL	Partido Liberal	Direita
PPR	Partido Progressista Reformista	Direita
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional	Direita
PSD	Partido Social Democrático	Direita
<i>PDC</i>	Partido Democrata Cristão	Centro-Direita
PSL	Partido Social Liberal	Centro-Direita
PST	Partido Social Trabalhista	Centro-Direita
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	Centro-Direita
PTR	Partido Trabalhista Renovador	Centro-Direita
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	Centro
Não Identificado	Partido Revolucionário Socialista <sup>69</sup>	Centro
PSC	Partido Social Cristão	Centro
PDT	Partido Democrático Trabalhista	Centro-Esquerda
<i>PSDB</i>	Partido Social Democrático Brasileiro	Centro-Esquerda
<i>PCB</i>	Partido Comunista Brasileiro	Esquerda
PC do B	Partido Comunista do Brasil	Esquerda
Não identificado	Partido Trabalhador Revolucionário	Esquerda
PT	Partido dos Trabalhadores	Esquerda
PPS	Partido Popular Socialista	Esquerda
<i>PSB</i>	Partido Socialista Brasileiro	Esquerda
<i>PCN</i>	Partido Comunitário Nacional	Desconhecido
<i>PH</i>	Partido Humanista	Desconhecido
<i>PMN</i>	Partido da Mobilização Nacional	Desconhecido
<i>PMC</i>	Partido Municipalista Comunitário	Desconhecido
<i>PN</i>	Partido Nacionalista	Desconhecido
<i>PNR</i>	Partido da Nova República	Desconhecido
<i>PPB</i>	Partido do Povo Brasileiro	Desconhecido
<i>PAP</i>	Partido de Ação Progressista	Desconhecido

<sup>68</sup> Coppedge (1997) denomina este partido de Partido de Representação Popular. Na lista de Nicolau, sob esta sigla há dois partidos nomeados: o Partido Republicano Progressista e o Partido Reformador Trabalhista.

<sup>69</sup> Sob a sigla PRS foi identificado o apenas o Partido das Reformas Sociais.

PAS	<i>Partido de Ação Social</i>	Desconhecido
PCN	<i>Partido Comunitário Nacional</i>	Desconhecido
PD	<i>Partido Democrata</i>	Desconhecido
PEB	<i>Partido Estudantil Brasileiro</i>	Desconhecido
PLH	<i>Partido Liberal Humanista</i>	Desconhecido
PMB	<i>Partido Municipalista Brasileiro</i>	Desconhecido
PND	<i>Partido Nacionalista Democrático</i>	Desconhecido
PTN	<i>Partido Tancredista Nacional</i>	Desconhecido
PSU	<i>Partido Socialista Unido</i>	Desconhecido
PT DO B	<i>Partido Trabalhista do Brasil</i>	Desconhecido
PRT	Partido Reformador Trabalhista	Desconhecido
PRP	Partido Republicano Progressista	Desconhecido
<i>Não identificado</i>	Partido Socialista Agrário	Desconhecido
PRT	Partido Renovador Trabalhista	Desconhecido
PTN	Trabalhista Nacional	Desconhecido
PMN	Partido Municipalista Nacional	Desconhecido
PRN	Partido da Renovação Nacional	Personalista
PV	Partido Verde	Outros

Fonte : Coppedge (1997) e Nicolau(<http://jaironicolau.iuperj.br/database/deb/port/index.htm>) .

Apenas um partido foi classificado como “outros”, o Partido Verde, que concorreu a eleições a partir de 1994. Dois partidos, o PMN (Partido Municipalista Brasileiro) e o PRN (Partido da Renovação Nacional) foram classificados como personalistas. Os seguintes partidos foram classificados como desconhecidos: PCN, PH, PMN, PMC, PN, PNR, PPB, PRT, PRTB, PPB, PAN, PAS, PCN, PAP, PD, PEB, PLH, PASART, PSU, e PT do B. Para todos estes casos optou-se por considerá-los como pertencendo a um bloco de centro.

Alguns problemas, contudo, foram detectados no trabalho de Coppedge (1997). O primeiro foi a dificuldade em identificar a que partido o autor se referiu sob a sigla PSL, pois há dois partidos que usaram tal sigla. Como um deles, o Partido do Solidarismo Libertador não conseguiu obter o registro definitivo, optou-se por considerar que o autor se referiu ao Partido Social Liberal. Também não foi possível identificar a qual partido o autor se refere quando menciona o Partido Revolucionário Socialista e o Partido do Trabalhador Revolucionário, o primeiro classificado como centro e o segundo como esquerda, pois não há registro de partidos com estes nomes<sup>70</sup>. O Partido Progressista Brasileiro não foi classificado por Coppedge, há menção apenas ao Partido do Povo Brasileiro (PPB), que foi classificado como desconhecido. Como o Partido Progressista Brasileiro (PPB) sucedeu o PDS –

<sup>70</sup> Ver dados Eleitorais do Brasil (1982-2002), IUPERJ, no endereço eletrônico <http://www.iuperj.br/deb/lista.htm>.

inclusive mantendo o mesmo número eleitoral, optou-se por classificá-lo como direita.

A partir de Coppedge (1997), das alterações indicadas anteriormente, e das votações dos partidos nas assembleias estaduais<sup>71</sup>, chegou-se à classificação que será apresentada na Tabela 3.2.

Tabela 3.2 – Classificação dos Partidos		
Sigla Partido	Nome Partido	Inclinação Política
PFL	Partido da Frente Liberal	Direita
PRP	Partido de Representação Popular	Direita
PDS	Partido Democrático Social	Direita
PPR	Partido Progressista Renovador	Direita
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional	Direita
PSD	Partido Social Democrático	Direita
PPB	Partido Progressista Brasileiro	Direita
PL	Partido Liberal	Direita
PDC	Partido Democrata Cristão	Centro-direita
PP	Partido Progressista	Centro-direita
PSL	Partido Social Liberal	Centro-direita
PST	Partido Social Trabalhista	Centro-direita
PTB	Partido trabalhista Brasileiro	Centro-direita
PTR	Partido Trabalhista Renovador	Centro-direita
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	Centro
PSC	Partido Social Cristão	Centro
PDT	Partido Democrático Trabalhista	Centro-esquerda
PSDB	Partido Social Democrático Brasileiro	Centro-esquerda
PCB	Partido Comunista Brasileiro	Esquerda
PC do B	Partido Comunista do Brasil	Esquerda
PT	Partido dos Trabalhadores	Esquerda
PPS	Partido Popular Socialista	Esquerda
PSB	Partido Socialista Brasileiro	Esquerda

Fonte: elaboração própria, a partir de Coppedge (1997).

Quando não foi possível identificar ideologicamente um partido, classificou-se o partido como centro. Considerou-se que se não foi possível classificar o partido, é por que a sua posição ideológica não é muito clara, e, portanto, não deve ser possível identificar um determinado comportamento destes partidos sobre as variáveis fiscais. Por este motivo eles foram incluídos na categoria centro.

A partir da classificação de Coppedge foram criadas variáveis *dummy* para indicar governos de direita e esquerda. A maior parte dos trabalhos que verificam empiricamente a relação entre variáveis fiscais e ideologia utiliza uma variável

<sup>71</sup> Só há necessidade de classificar os partidos que participaram das eleições e receberam votos.



escalar que assume valores entre 1(um) e 5(cinco), para designar direita e esquerda, os valores intermediários sendo atribuídos aos governos de centro-esquerda, centro e centro-direita. Avelino, Arvate e Lucinda (2005) apresentam uma explicação sobre a inadequação deste tipo de variável. De forma resumida, para estes autores esta classificação apresenta três tipos de problema: a dificuldade em se ter uma caracterização ideológica do governo de centro, a dificuldade na caracterização ideológica dos partidos brasileiros, e a dificuldade<sup>72</sup> que uma variável escalar impõe no que diz respeito à “simetria” entre as diferenças. Um governo de direita, caracterizado por uma variável escalar teria que ser tão distante de um governo de centro-direita, quando o de centro em relação a centro-esquerda, e assim por diante. Em relação às variáveis fiscais, isto equivaleria a dizer que, utilizando uma escala entre um e cinco, o efeito de um governo de esquerda seria equivalente a cinco vezes o impacto de um governo de direita.

Uma outra forma de considerar a ideologia partidária seria a utilizada por Kneebone e Mc Kenzie (2001) em estudo voltado para as províncias canadenses, Seitz (2000), em trabalho voltado para os governos estaduais da Alemanha e também Sakurai e Gremaud (2004) em estudo para municípios paulistas<sup>73</sup>. Estes autores incluem uma variável *dummy* para cada partido, o que significaria, por exemplo, verificar o impacto de um governo do PFL sobre as variáveis fiscais. A principal crítica que se faz a este método é que não se estaria procurando exatamente verificar o impacto da ideologia, mas sim o efeito partidário sobre os resultados fiscais. O número elevado de partidos no Brasil dificulta a realização deste teste e alguma simplificação por meio de agrupamento de partidos é necessária. No que diz respeito a estes partidos, que ficam agrupados, tem-se um conjunto que não faz nenhum sentido teoricamente, ou dito de outra forma, não tem um impacto esperado.

Van Dalen e Swank (1996) em estudo para a Holanda incluem a variável ideologia de um modo diferente. Como a Holanda presenciou apenas governos de coalizão no

---

<sup>72</sup> Esta crítica é semelhante à mencionada no capítulo anterior a respeito do que significa utilizar uma variável escalar para representar a variável eleição.

<sup>73</sup> Estes autores criam seis (6) variáveis *dummy* para PFL, PPB/PDS, PMDB, PSDB, PTB e outros partidos, conforme já mencionado.

período 1953-1993, os autores construíram um indicador de ideologia baseado no número de ministros de esquerda e direita no governo. A ideologia é dada pela relação entre a diferença de ministros de esquerda e direita e a soma de ministros do gabinete. Se, por exemplo, há cinco ministros de esquerda e dois de direita, num gabinete de quinze ministros, o indicador de ideologia seria igual a  $3/15$ , que é igual a  $1/5$  (um quinto) ou 0,20 (vinte décimos). Se o número de ministros de direita fosse maior que o de ministros de esquerda esta variável assumiria valores negativos. Para fazer o mesmo para os estados brasileiros, teríamos que dispor de dados o número total de secretários, bem como a qual partido pertenciam cada um deles.

A princípio esta seria uma forma interessante de se considerar a variável ideologia para os governos estaduais, pois na maioria dos casos analisados os governadores não possuem maioria na Assembléia, e devem formar uma coalizão para governarem, sendo os cargos de primeiro escalão, no caso, os secretários, um dos instrumentos para negociar apoio no legislativo. Não há, entretanto, dados disponíveis para se considerar a ideologia desta forma. Pereira (2004) tenta identificar a origem dos cargos de primeiro escalão para estados brasileiros. Para este autor, ainda que tivesse como objetivo apenas um mandato, acompanhar a constituição e mudanças de todos os secretariados de todos os Estados e Distrito Federal é uma tarefa grande demais para apenas um pesquisador, ele consegue apenas identificar o primeiro secretariado de um governo (1994-1998) para treze estados<sup>74</sup>.

Num primeiro momento, para definir a ideologia das assembleias, coalizões e governadores, com base na Tabela 3.2, os partidos de centro-esquerda foram classificados como esquerda, e os de centro-direita como direita. Assim, passou-se de cinco possíveis classificações para apenas três: esquerda, direita, e centro, entendida como classificação residual. A ideologia do governador foi determinada pela classificação do seu partido. Assim, um governador de um partido classificado como direita será considerado de direita.

---

<sup>74</sup> Este autor conclui que nos estados por ele estudados os governadores, apesar de minoritários distribuíram os cargos de secretário para membros de seu próprio partido ou aliados políticos. Ou seja, os cargos de primeiro escalão não são o principal instrumento de negociação utilizados pelos governadores para obter apoios no legislativo. Os outros dois instrumentos citados pelo autor são o uso da patronagem ou “acordos por debaixo dos panos”, que podem incluir inclusive a compra de votos.

Para determinar a ideologia da assembleia foi calculado o percentual de cadeiras total obtido pelo conjunto de partidos de direita e esquerda, e considerada como ideologia da assembleia a ideologia do grupo que ocupar mais da metade das cadeiras. Assim, caso o grupo de partidos de direita ocupe mais de 50% das cadeiras na assembleia, a assembleia é considerada direita. Quando nenhum dos grupos obteve mais de 50% das cadeiras, considerou-se que a assembleia é de centro.

Para a coalizão, fez-se o mesmo que para a Assembleia: calculou-se o percentual de cada um dos grupos de partidos de esquerda e direita na coligação. Quando um dos dois grupos (direita e esquerda) obteve mais de 50% dos assentos controlados pela coligação, esta foi considerada a ideologia da coligação. Se nenhum dos grupos tiver obtido maioria, considera-se que a coalizão pertence a um bloco de centro.

A partir da classificação, foram criadas duas *dummy* para cada ideologia que se desejava mensurar, uma para a direita e outra para a esquerda, que assumem valores igual a um nas situações em que a ideologia é de direita ou esquerda, respectivamente.

A Tabela 3.1 descreve todas as variáveis ideológicas calculadas e os impactos esperados sobre as variáveis fiscais. Apenas a ideologia do governador foi incluída nas equações, e a ideologia da Assembleia foi utilizada para calcular a polarização entre o governo e a Assembleia.

Optou-se ainda, por realizar outros testes para a ideologia. Uma opção foi recalcular as variáveis *dummy* para esquerda e direita considerando-se apenas os partidos de esquerda e direita, isto é, considerando-se os partidos de centro-esquerda, centro e centro-direita como categoria residual, isto é, centro. Para estes partidos (extremos) não parece haver discordância quanto às classificações. Partiu-se da ideia que se as posições destes partidos são mais claras, pode ser mais fácil verificar um comportamento diferenciado no que diz respeito à política fiscal estadual.

<b>Tabela 3.1 Variáveis Ideológicas</b>	
Variáveis Calculadas	Descrição da Variável e Impacto Esperado sobre as Variáveis Dependentes
Ideologia do Governador – Esquerda	<i>Dummy</i> que assume valor igual a um quando a ideologia do governador é de esquerda. Espera-se que um governador de esquerda signifique mais despesas e receitas, ou seja, que haja uma preferência por mais intervenção governamental. Não há um comportamento esperado para o resultado primário. No que se refere à composição de gastos, espera-se que governos de esquerda aumentem os gastos sociais.
Ideologia do Governador – Direita	<i>Dummy</i> que assume valor igual a um quando a ideologia do governador é de direita. Espera-se um impacto negativo sobre os gastos e receitas, ou seja, uma preferência por um governo menor. Não há impacto esperado sobre o resultado primário. Quanto à composição dos gastos, espera-se que sejam ampliados os gastos com infra-estrutura.
Ideologia da Coalizão – Esquerda	<i>Dummy</i> que assume valor igual a um quando a coalizão é de esquerda. Neste caso o impacto esperado é o mesmo da ideologia do governador. Esta variável foi construída com o objetivo de se realizar um teste para verificar se a ideologia que importa é a do governador ou da coalizão.
Ideologia da Coalizão – Direita	<i>Dummy</i> que assume valor igual a um quando a coalizão é de direita. O impacto esperado é o mesmo que o da ideologia do governador de direita.
Ideologia da Assembléia – Direita	<i>Dummy</i> que assume valor igual a um quando a Assembléia é de direita. Uma assembléia de Direita deve comportar-se da mesma forma que um governador de direita, ou seja, deve preferir menos intervenção governamental se conseguir superar seus problemas de ação coletiva. Imagina-se que esta variável tenha mais importância quando o governador for de esquerda.
Ideologia da Assembléia – Esquerda	<i>Dummy</i> que assume valor igual a um quando a Assembléia é de esquerda. Uma assembléia de esquerda deve comportar-se da mesma forma que um governador de esquerda, ou seja, deve preferir mais intervenção governamental, se conseguir superar seus problemas de ação coletiva. Imagina-se que esta variável tenha impacto maior quando o governo for de direita.
Polarização ideológica entre a Assembléia e o Governador	<i>Dummy</i> que assume valor igual a um quando a Assembléia e o Governador são de esquerda e direita, respectivamente, ou vice-versa. A existência desta diferença deve impedir ou ao menos dificultar que o resultado desejado pelo governador se verifique.
Polarização Ideológica entre a Assembléia e a Coalizão	<i>Dummy</i> que assume valor igual a um quando a Assembléia e o Governador são de esquerda e direita, respectivamente, ou vice-versa. A existência desta diferença deve impedir que o resultado desejado pela coalizão se verifique.

Além disso, Figueredo e Limongi (2002) verificam que o PSDB, durante o período 1994-1998, em um espectro esquerda-direita estaria localizado entre o PFL e o PMDB, o que permitiria classificar o PSDB como um partido de centro, e não de centro-esquerda, como classifica Coppedge. Desta consideração surgiu uma outra classificação, que também será testada, e que avalia o PSDB como um partido de centro, e não de esquerda. Foram determinadas, portanto, as mesmas variáveis

mencionadas anteriormente, alterando-se apenas a classificação do PSDB. Os resultados estão incluídos apenas no Apêndice a este capítulo.

<b>Tabela 3.2 – Nomes das Variáveis Dependentes e Descrição</b>	
Nome da Variável	Descrição
Despif	Despesas com infra-estrutura (soma dos gastos com energia, transporte, comunicações e indústria, comércio e serviços) como proporção do PIB estadual
Despri	Despesa Primária como proporção do PIB estadual
Despsa	Despesas sociais (soma dos gastos com educação, cultura, saúde, saneamento e habitação) como proporção do PIB estadual
Difides	$Plzgas * idgesq$
Difidir	$Plzgas * idgdir$
Dmreal	<i>Dummy</i> para indicar período posterior ao Plano Real
Elec	<i>Dummy</i> para o ano eleitoral. Assume o valor 1 (um) nos anos eleitorais, 0 (zero) nos demais anos
Idgdide	<i>Dummy</i> para indicar governador de direita (excluindo partidos de centro-direita)
Idgdir	<i>Dummy</i> para indicar governadores de direita e centro-direita, segundo a classificação de Coppedge
Idgesq	<i>Dummy</i> para indicar governadores de esquerda e centro-esquerda, segundo a classificação de Coppedge
Idgesqde	<i>Dummy</i> para indicar governador de esquerda (excluindo partidos de centro-esquerda)
Invest	Investimento como proporção do PIB estadual
Lnpiibpc	Logaritmo do PIB per capita constante (a preços de 1995)
Plzgas	<i>Dummy</i> para indicar se governador é de direita e assembleia de esquerda, ou vice-versa.
Recpr	Receita Primária como proporção do PIB estadual
Respri	Resultado Primário (Receita Primária – Despesa Primária) como proporção do PIB estadual
Transf	Transferências do governo federal como proporção do PIB estadual
Varpiib	Variação anual do PIB estadual

### 3.4 Ideologia e Resultados Fiscais

Inicialmente foram calculados os impactos das variáveis ideológicas sobre a receita, despesa e resultados primários. Em seguida, procurou-se verificar o impacto destas variáveis sobre a composição de gastos. Não é esperado, contudo, que a ideologia tenha um impacto imediato sobre os resultados fiscais, uma vez que estes resultados são frutos de um orçamento que foi elaborado e decidido ainda no ano anterior. Explicando melhor, no Brasil o primeiro turno da eleição ocorre no início de outubro, e o segundo turno, quando necessário, ocorre em meados de novembro. A discussão sobre o orçamento se dá justamente no período eleitoral. Ainda que o

orçamento tenha alguma flexibilidade<sup>75</sup>, é de se esperar que no primeiro ano ainda seja bastante influenciado pelas preferências dos partidos que estavam no governo (caso não seja o mesmo partido ou coalizão). Por isso, as *dummies* para indicar ideologia serão defasadas um período: por exemplo, a ideologia do governador em 2003 é determinada com base na ideologia do candidato eleito em 2002, mas a que influencia o orçamento em 2003 é a do governador eleito em 1999, o governador eleito em 2002 só terá influência sobre o orçamento de 2004.

### **3.4.1 Ideologia e variáveis Fiscais**

#### **3.4.1.1 Ideologia e Receita Primária**

Nenhuma das variáveis de ideologia testada apresenta impacto significativo sobre a receita primária. Governadores de direita tendem a reduzir as receitas primárias, assim como governadores de esquerda tendem a ampliá-las, mas nenhum dos efeitos é significativo. A coluna (1) apresenta as equações estimadas com as variáveis categóricas, na coluna (2) inclui-se a variável polarização entre o governo e a assembléia. E na coluna (3) são adicionadas as interações entre as variáveis ideológicas e a polarização. Esta interação permitiria que separássemos os dois casos possíveis de polarização: um governo de direita que se depara com uma assembléia em que a maioria é de esquerda, e um governo de esquerda com assembléia de direita.

As equações (4), (5) e (6) são uma repetição das três primeiras, com variáveis ideológicas calculadas de forma diferente. Nestas três colunas governos de direita são aqueles formados apenas por partidos de direita, excluindo-se os partidos classificados como centro-direita. O mesmo é realizado para a esquerda, e é interessante notar que estes partidos correspondem justamente ao grupo que Mainwaring (2001) afirmou não se tratarem de “catch-all”, ou seja, serem

---

<sup>75</sup> Para discussões sobre o orçamento federal ver Pereira (2003) e Figueiredo e Limongi (2002).

ideológicos. Apesar disto, não se verifica nenhum impacto destas variáveis sobre a receita primária. A significância da variável eleitoral indica que o calendário eleitoral é mais importante para explicar o comportamento da receita que a ideologia do governador.

Os resultados não sofrem alteração se utilizarmos a classificação ideológica modificada, isto é, considerando o PSDB como um partido de centro. As mesmas equações estimadas e apresentadas anteriormente foram recalculadas com a nova classificação e para não ser repetitivo, optou-se apenas por mostrar os resultados no apêndice. Também não há alteração se utilizar a ideologia da coalizão no lugar da ideologia do governador.

**Tabela 3.3 – Ideologia e Receita Primária**

	(1) recpr	(2) recpr	(3) recpr	(4) recpr	(5) recpr	(6) recpr
L.recpr	0.481*** (0.089)	0.502*** (0.091)	0.502*** (0.091)	0.507*** (0.090)	0.506*** (0.091)	0.506*** (0.091)
transf	-0.023 (0.024)	-0.022 (0.024)	-0.022 (0.024)	-0.018 (0.024)	-0.018 (0.024)	-0.018 (0.024)
varpib	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
lnpibpc	-0.012 (0.013)	-0.015 (0.015)	-0.015 (0.015)	-0.006 (0.013)	-0.006 (0.013)	-0.006 (0.013)
dmreal	-0.020*** (0.003)	-0.020*** (0.003)	-0.020*** (0.003)	-0.020*** (0.003)	-0.019*** (0.003)	-0.019*** (0.003)
elec	0.046*** (0.003)	0.046*** (0.003)	0.046*** (0.003)	0.044*** (0.004)	0.044*** (0.004)	0.044*** (0.004)
L.idgdir	-0.000 (0.003)	-0.001 (0.003)	-0.001 (0.003)			
L.idgesq	0.004 (0.004)	0.003 (0.004)	0.003 (0.004)			
L.plzgas		0.012 (0.011)	0.012 (0.011)			
L.difidir			0.000 (0.000)			
L.difides			0.000 (0.000)			
L.idgdirde				-0.002 (0.004)	-0.002 (0.004)	-0.002 (0.004)
L.idgesqde				0.007 (0.007)	0.007 (0.007)	0.007 (0.007)
L.plzgasde					0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
L.difidirde						0.000 (0.000)
L.difidesde						0.000 (0.000)
Constant	0.292*** (0.106)	0.302** (0.119)	0.302** (0.119)	0.234** (0.107)	0.234** (0.107)	0.234** (0.107)
Observações	412	407	407	412	408	408
Estados	27	27	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses significante a 10%; ** significante a 5%; *** significante a 1% Todas as equações foram estimadas com efeitos fixos para estados e anos						

**3.4.1.2 Despesa Primária**

Os resultados para a despesa primária são diferentes do esperado. Governos de direita e de esquerda, ambos ampliam os gastos, mas nenhum dos dois de forma significativa. A polarização entre governo e assembleia provoca um aumento dos gastos, mas este resultado também não é significativo, ou seja, uma assembleia em



que predominem partidos de direita não funciona como um moderador do governador, ao contrário, há indícios que os gastos sejam elevados. A interação entre a ideologia do governador e a polarização entre governo e assembleia não apresenta impacto algum.

**Tabela 3.4 – Ideologia e Gastos Primários**

	(1) despri	(2) despri	(3) despri	(4) despri	(5) despri	(6) despri
L.despri	0.322*** (0.082)	0.415*** (0.093)	0.415*** (0.093)	0.421*** (0.091)	0.418*** (0.092)	0.418*** (0.092)
transf	0.042 (0.039)	0.033 (0.039)	0.033 (0.039)	0.035 (0.040)	0.035 (0.039)	0.035 (0.039)
varpib	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
lnpibpc	-0.034* (0.020)	-0.034 (0.021)	-0.034 (0.021)	-0.026 (0.020)	-0.026 (0.020)	-0.026 (0.020)
dmreal	-0.011* (0.006)	-0.013** (0.006)	-0.013** (0.006)	-0.011* (0.006)	-0.011* (0.006)	-0.011* (0.006)
elec	0.050*** (0.007)	0.053*** (0.007)	0.053*** (0.007)	0.050*** (0.008)	0.050*** (0.008)	0.050*** (0.008)
L.idgdir	0.001 (0.005)	0.001 (0.005)	0.001 (0.005)			
L.idgesq	0.005 (0.004)	0.003 (0.005)	0.003 (0.005)			
L.plzgvas		0.018 (0.017)	0.018 (0.017)			
L.difidir			0.000 (0.000)			
L.difides			0.000 (0.000)			
L.idgdirde				-0.003 (0.005)	-0.003 (0.005)	-0.003 (0.005)
L.idgesqde				-0.001 (0.006)	-0.002 (0.006)	-0.002 (0.006)
L.plzgvasde					0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
L.difidirde						0.000 (0.000)
L.difidesde						0.000 (0.000)
Constant	0.482*** (0.165)	0.451** (0.175)	0.451** (0.175)	0.388** (0.161)	0.392** (0.162)	0.392** (0.162)
Observações	412	407	407	412	408	408
Estados	27	27	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses significante a 10%; ** significante a 5%; *** significante a 1% Todas as equações foram estimadas com efeitos fixos para estados e anos						

Considerando-se apenas os partidos de esquerda e direita (excluindo da categoria esquerda aqueles de centro-esquerda, e da direita, os de centro-direita), ambos apresentam o mesmo comportamento, um impacto redutor sobre as despesas

primárias, mas este resultado não é significativo. Ou seja, partidos de direita e esquerda apresentam comportamentos semelhantes no que diz respeito aos gastos. Assim como para receita primária, a polarização e a interação entre a polarização e a ideologia não apresenta impacto algum. Na verdade, não há casos de governos de direita com assembleias dominadas pela esquerda, ou vice-versa, os casos de polarização somente ocorrem quando se considera os partidos de centro-esquerda como esquerda, e centro-direita como direita.

Nas equações seguintes temos então como resultado, mais uma vez, assim como para a receita primária, que o calendário eleitoral é mais importante para influenciar os gastos do que a ideologia do governador, ou dito de outra forma, governadores de qualquer coloração ideológica de comportam de modo “oportunista”, e ampliam gastos nos anos eleitorais.

Utilizando a classificação partidária modificada, que considera o PSDB como um partido de centro, não há alteração neste resultado, assim como a ideologia da coalizão no lugar da do governador. Ver apêndice.

O passo seguinte foi testar, conforme apresentado no apêndice, o modelo com a regressão de Prais-Winsten e as dummies para as principais mudanças ocorridas no período em tela. A equação (1) que apresenta o modelo de Prais-Winsten não apresenta nenhuma modificação em relação aos resultados obtidos anteriormente. As variáveis *dummy* para indicar mudanças são todas significativas, mas não esclarecem. O Plano Real e a Lei de responsabilidade Fiscal tiveram um impacto redutor sobre a despesa primária. A renegociação das dívidas estaduais provocou uma elevação das despesas primárias.

#### **3.4.1.3 Resultado Primário**

Quanto ao impacto das variáveis ideológicas sobre o resultado primário, verifica-se uma diferença entre governos de direita, que reduzem o resultado primário, enquanto governos de esquerda têm impacto positivo sobre o resultado primário.



A polarização entre o governador e a assembleia, contudo, tem o efeito redutor sobre o resultado primário, embora não significativo. Tentou-se incluir, mais uma vez os casos em ocorre uma diferença ideológica entre o governador e a assembleia, mas não houve nenhum caso em que isto tenha ocorrido. Tentou-se testar a diferença entre a coalizão e a assembleia, mas também nenhum impacto foi verificado.

### **3.4.2 A Ideologia e a Composição dos Gastos**

Finalmente, falta responder à pergunta se a ideologia do governador tem impacto sobre o tipo de gasto, ou a prioridade de gastos dos governos estaduais é definida com base na ideologia partidária.

#### **3.4.2.1 Ideologia e Gastos Sociais**

As despesas sociais são reduzidas em governos de direita e elevadas em governos de esquerda, embora nenhum dos dois movimentos seja significativo. Excluindo-se os partidos de centro-direita e centro-esquerda da classificação tem-se como resultado que partidos de esquerda aumentam os gastos sociais, mas estes resultados são significativos apenas com 10% de nível de confiança.

Apesar de ser significativo apenas no nível de 10%, este resultado está na direção prevista pela teoria, isto é de que governos de esquerda aumentam os gastos sociais. Isto é um resultado pode ser mais importante se lembrarmos que frequentemente argumenta-se que os gastos no Brasil são muito rígidos, e que é quase impossível modificá-los.

**Tabela 3.6 – Ideologia e Gastos Sociais**

	(1) despso	(2) despso	(3) despso	(4) despso
L.despso	0.310*** (0.071)	0.384*** (0.081)	0.376*** (0.079)	0.373*** (0.079)
transf	0.081* (0.047)	0.076* (0.046)	0.071 (0.044)	0.071 (0.044)
varpib	-0.001 (0.001)	-0.001 (0.001)	-0.001 (0.001)	-0.001 (0.001)
lnpibpc	-0.014 (0.025)	-0.014 (0.027)	-0.000 (0.024)	0.001 (0.024)
dmreal	0.012* (0.007)	0.016** (0.007)	0.014** (0.006)	0.016** (0.007)
elec	-0.023*** (0.007)	-0.027*** (0.007)	-0.024*** (0.006)	-0.026*** (0.006)
L.idgdir	-0.001 (0.007)	-0.003 (0.007)		
L.idgesq	0.004 (0.007)	0.004 (0.007)		
L.plzgvas		0.019 (0.019)		
L.idgdirde			-0.002 (0.005)	-0.003 (0.005)
L.idgesqde			0.018* (0.011)	0.020* (0.011)
L.plzgvasde				0.000 (0.000)
Constante	0.304 (0.186)	0.288 (0.202)	0.186 (0.184)	0.178 (0.183)
Observações	412	407	412	408
Estados	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses. * significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%. Todas as equações foram estimadas com efeitos fixos para estados e anos.				

### 3.4.2.2 Ideologia e Investimentos

No que diz respeito ao investimento observa-se um impacto positivo e significativo de governadores de esquerda sobre os investimentos, ou seja, estes governadores aumentam os gastos destinados a investimentos. Quando consideramos apenas os partidos de esquerda, contudo o resultado continua a ser positivo, mas deixa de ser significativo. Ou seja, conclui-se que o resultado foi reforçado pelos partidos de centro-esquerda: PSDB e PDT.

**Tabela 3.7 – Ideologia e Investimento**

	(1) invest	(2) invest	(3) invest	(4) invest
L.invest	0.189** (0.089)	0.377*** (0.129)	0.383*** (0.128)	0.381*** (0.128)
transf	-0.015 (0.022)	-0.028 (0.021)	-0.023 (0.021)	-0.023 (0.021)
varpib	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
lnpibpc	0.014 (0.013)	0.010 (0.012)	0.013 (0.013)	0.013 (0.013)
dmreal	-0.004 (0.005)	-0.005 (0.005)	-0.003 (0.005)	-0.003 (0.005)
elec	0.003 (0.007)	0.004 (0.006)	0.002 (0.007)	0.002 (0.006)
L.idgdir	0.002 (0.003)	0.002 (0.003)		
L.idgesq	0.006*** (0.002)	0.005** (0.002)		
L.plzgvas		0.003 (0.005)		
L.idgdirde			-0.002 (0.004)	-0.001 (0.004)
L.idgesqde			0.003 (0.003)	0.003 (0.003)
L.plzgvasde				0.000 (0.000)
Constante	-0.068 (0.095)	-0.031 (0.093)	-0.056 (0.099)	-0.055 (0.099)
Observações	412	407	412	408
Estados	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses. * significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%. Todas as equações foram estimadas com efeitos fixos para estados e anos				

### 3.4.2.3 A Ideologia e os Gastos com Infra-Estrutura

As equações estimadas não evidenciam nenhum impacto das variáveis ideológicas sobre as despesas com infra-estrutura. A direita reduz ligeiramente despesas com infra-estrutura, e a esquerda reduz mais fortemente. Considerando-se apenas os partidos de direita, ou seja, excluindo aqueles classificados como centro-direita, tem-se uma redução mais forte, enquanto os partidos de esquerda apresentam um discreto aumento.

Nenhum destes movimentos é significativo, e parecem indicar que estas despesas variam bastante entre governos e também ano a ano, pois a variável defasada, ao contrário de todas as equações estimadas até agora não é significativa.

**Tabela 3.8 – Ideologia e gastos com Infra-Estrutura**

	(1) despif	(2) despif	(3) despif	(4) despif
L.despif	0.114 (0.100)	0.096 (0.105)	0.112 (0.104)	0.112 (0.104)
transf	-0.115 (0.081)	-0.117 (0.080)	-0.115 (0.083)	-0.115 (0.083)
varpib	0.001 (0.001)	0.001 (0.001)	0.001 (0.001)	0.001 (0.001)
lnpibpc	-0.049 (0.044)	-0.038 (0.041)	-0.038 (0.044)	-0.037 (0.044)
dmreal	-0.016* (0.010)	-0.016* (0.010)	-0.016** (0.008)	-0.015* (0.008)
elec	-0.001 (0.010)	-0.003 (0.011)	-0.005 (0.010)	-0.006 (0.011)
L.idgdir	-0.000 (0.009)	-0.001 (0.009)		
L.idgesq	-0.007 (0.010)	-0.005 (0.011)		
L.plzgas		-0.025 (0.034)		
L.idgdirde			-0.009 (0.007)	-0.010 (0.007)
L.idgesqde			0.000 (0.008)	0.001 (0.008)
L.plzgasde				0.000 (0.000)
Constante	0.583* (0.342)	0.507 (0.322)	0.508 (0.338)	0.502 (0.338)
Observações	412	407	412	408
Estados	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses. * significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%. Todas as equações foram estimadas com efeitos fixos para estados e anos.				

#### 3.4.2.4 A Ideologia e as Despesas com Pessoal

Finalmente, mas não menos importante, buscou-se estimar o impacto das variáveis ideológicas sobre despesas com pessoal. Não há impacto significativo da ideologia sobre os gastos com pessoal, não há, portanto, diferença entre o comportamento dos governos de esquerda e direita. Parece que movimentos nos gastos com

salários estão relacionados com motivos diversos à ideologia, como por exemplo, a realização de eleições, pois a *dummy* para o ano eleitoral é positiva e significativa em todas as equações estimadas e apresentadas na tabela abaixo. Mais uma vez, o calendário eleitoral é ajuda mais a prever do comportamento das despesas com pessoal e encargos que a ideologia.

**Tabela 3.9 Ideologia e Despesa com Pessoal**

	(1) despes	(2) despes	(3) despes	(4) despes
L.despes	0.439*** (0.109)	0.450*** (0.110)	0.452*** (0.108)	0.452*** (0.108)
transf	0.057*** (0.022)	0.057*** (0.022)	0.055*** (0.021)	0.055*** (0.021)
varpib	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
lnpibpc	-0.023* (0.014)	-0.026* (0.014)	-0.028** (0.014)	-0.028** (0.014)
dmreal	-0.009** (0.004)	-0.009** (0.004)	-0.009** (0.003)	-0.009*** (0.004)
elec	0.019*** (0.005)	0.020*** (0.005)	0.021*** (0.005)	0.022*** (0.005)
L.idgdir	0.000 (0.002)	0.001 (0.002)		
L.idgesq	0.002 (0.003)	0.001 (0.003)		
L.plzgvas		0.004 (0.008)		
L.idgdirde			0.004 (0.003)	0.004 (0.003)
L.idgesqde			-0.001 (0.005)	-0.001 (0.006)
L.plzgvasde				0.000 (0.000)
Constante	0.237** (0.114)	0.259** (0.118)	0.273** (0.111)	0.275** (0.111)
Observações	412	407	412	408
Estados	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses. * significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%. Todas as equações foram estimadas com efeitos fixos para estados e anos.				



### 3.5 Resultados

Em geral, os resultados das variáveis ideológicas sobre as variáveis fiscais são pouco significativos. Não se verificou com as equações estimadas qualquer impacto nem sobre a receita nem sobre a despesa primárias. Entretanto, há sinais de que os partidos de esquerda apresentam resultados primários mais elevados, parecendo indicar que estes atribuem maior importância a situações fiscais mais equilibradas. Estes resultados surgem quando se considera os partidos de centro-esquerda como centro. Os partidos de esquerda apresentam resultados primários mais elevados que os de centro e direita.

As variáveis ideológicas se mostram mais importantes para explicar a composição dos gastos que o seu nível, pois tanto os gastos sociais quanto o investimento são significativamente afetados pela ideologia. Governos de esquerda, sem incluir os de centro-direita, aumentam os gastos sociais. Os partidos de esquerda aumentam os gastos com investimentos, mas este resultado desaparece quando excluimos da categoria esquerda os partidos de centro-esquerda, ou seja, este resultado é gerado, principalmente pelos governos do PSDB e PDT. As variáveis ideológicas não têm qualquer impacto sobre os gastos com infra-estrutura ou com pessoal.

## APÊNDICE I – Mudanças institucionais e variáveis fiscais

**Tabela A.4.1.1 Mudanças Institucionais e Variáveis Fiscais**

	(1) recpr	(2) recpr	(3) despri	(4) despri	(5) respri	(6) respri
L.recpr	0.502*** (0.091)	0.502*** (0.091)				
L.despri			0.415*** (0.093)	0.415*** (0.093)		
L.respri					0.239** (0.114)	0.239** (0.114)
transf	-0.022 (0.024)	-0.022 (0.024)	0.033 (0.039)	0.033 (0.039)	-0.076** (0.031)	-0.076** (0.031)
varpib	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
lnpibpc	-0.015 (0.015)	-0.015 (0.015)	-0.034 (0.021)	-0.034 (0.021)	0.028 (0.022)	0.028 (0.022)
L.idgdir	-0.001 (0.003)	-0.001 (0.003)	0.001 (0.005)	0.001 (0.005)	-0.002 (0.004)	-0.002 (0.004)
L.idgesq	0.003 (0.004)	0.003 (0.004)	0.003 (0.005)	0.003 (0.005)	0.002 (0.003)	0.002 (0.003)
L.plzgvass	0.012 (0.011)	0.012 (0.011)	0.018 (0.017)	0.018 (0.017)	-0.011 (0.013)	-0.011 (0.013)
elec	-0.012*** (0.002)	-0.008*** (0.001)	0.022*** (0.003)	-0.008*** (0.002)	-0.035*** (0.002)	0.000 (0.001)
dmren	0.009*** (0.003)		0.012*** (0.004)		-0.001 (0.003)	
dmlrf		-0.002 (0.008)		-0.016* (0.010)		0.022*** (0.005)
Constante	0.339*** (0.121)	0.355*** (0.119)	0.468*** (0.178)	0.511*** (0.174)	-0.149 (0.161)	-0.178 (0.161)
Observações	407	407	407	407	407	407
Estados	27	27	27	27	27	27

Erros-padrão entre parênteses  
\* significativa a 10%; \*\* significativa a 5%; \*\*\* significativa a 1%  
Todas as equações foram estimadas com efeitos fixos para estados e anos

## APÊNDICE J – Equações Prais-Winsten para mudanças institucionais e variáveis fiscais

**Tabela A.4.1.2 Equações Prais-Winsten para Variáveis Fiscais**

	(1) recpr	(2) despri	(3) respri
transf	-0.032 (0.027)	0.047 (0.043)	-0.083** (0.034)
varpib	-0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
lnpibpc	-0.016 (0.024)	-0.056** (0.027)	0.041* (0.024)
dmreal	-0.012*** (0.003)	-0.009 (0.007)	-0.005 (0.005)
L.idgdir	-0.003 (0.004)	0.003 (0.006)	-0.004 (0.005)
L.idgesq	0.008 (0.005)	0.006 (0.005)	0.002 (0.003)
L.plzgas	0.007 (0.015)	0.023 (0.020)	-0.015 (0.014)
elec	-0.049*** (0.004)	-0.019*** (0.004)	-0.030*** (0.003)
Constante	0.592*** (0.186)	0.827*** (0.209)	-0.239 (0.184)
Observações	407	407	407
Estados	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses. * significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%. Todas as equações foram estimadas com efeitos fixos para estados e anos.			

## APÊNDICE L – Impacto da ideologia e mudanças nas séries sobre as variáveis fiscais

**Tabela A.4.1.3 Variáveis Fiscais e Mudanças na Série**

	(1) recpri	(2) despri	(3) respri
L.recpri	0.389*** (0.107)		
L.despri		0.281*** (0.103)	
L.respri			0.101 (0.105)
transf	-0.027 (0.026)	0.033 (0.043)	-0.076** (0.037)
varpib	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
lnpibpc	-0.012 (0.026)	-0.075* (0.041)	0.075** (0.034)
L.idgdir	-0.003 (0.003)	0.001 (0.005)	-0.004 (0.005)
L.idgesq	0.005 (0.006)	0.005 (0.006)	0.001 (0.003)
L.plzgvass	0.001 (0.013)	0.012 (0.016)	-0.016 (0.011)
elec	0.031*** (0.005)	0.053*** (0.008)	-0.023*** (0.005)
dmsac	0.037* (0.020)	0.022 (0.019)	0.019 (0.017)
dmsal	0.024** (0.011)	0.019 (0.019)	0.009 (0.016)
dmsam	0.010 (0.016)	0.043** (0.020)	-0.035** (0.015)
dmsap	-0.007 (0.043)	-0.004 (0.057)	-0.002 (0.030)
dmsba	0.011 (0.007)	0.029** (0.012)	-0.021** (0.009)
dmsce	0.016* (0.010)	0.045*** (0.012)	-0.032*** (0.009)
dmsdf	0.008 (0.022)	0.030 (0.022)	-0.017** (0.008)
dmses	-0.004 (0.009)	-0.001 (0.009)	-0.002 (0.008)
dmsgo	-0.003 (0.012)	0.001 (0.019)	-0.008 (0.014)
dmsma	0.003 (0.010)	0.005 (0.020)	-0.003 (0.014)
dmsmg	-0.011 (0.008)	-0.000 (0.009)	-0.017* (0.009)
dmsms	-0.005 (0.006)	-0.000 (0.009)	-0.005 (0.008)
dmsmt	0.005 (0.009)	0.000 (0.015)	0.008 (0.012)
dmspa	0.013* (0.007)	0.018* (0.010)	-0.004 (0.006)
dmspb	0.005 (0.013)	0.031** (0.013)	-0.024*** (0.008)
dmspe	0.029*** (0.007)	0.044*** (0.015)	-0.018 (0.014)
dmspi	0.017**	0.020**	-0.001

	(0.008)	(0.010)	(0.008)
dmspr	0.000	0.030***	-0.037***
	(0.005)	(0.011)	(0.013)
dmsrj	-0.003	0.002	-0.008
	(0.007)	(0.009)	(0.008)
dmsrn	0.009	0.023	-0.011
	(0.013)	(0.024)	(0.017)
dmsro	-0.028**	-0.023	-0.010
	(0.012)	(0.026)	(0.017)
dmsrr	-0.031	-0.061	0.028
	(0.028)	(0.038)	(0.028)
dmsrs	-0.003	0.016*	-0.024***
	(0.007)	(0.009)	(0.007)
dmssc	0.000	-0.004	0.006
	(0.006)	(0.012)	(0.009)
dmsse	0.010	0.036**	-0.025***
	(0.013)	(0.018)	(0.010)
dmssp	-0.011*	-0.017*	0.005
	(0.006)	(0.010)	(0.008)
dmsto	0.019	-0.014	0.051
	(0.019)	(0.038)	(0.039)
Constante	0.330	0.802**	-0.515**
	(0.207)	(0.325)	(0.257)
Observações	407	407	407
Estados	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses.			
* significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%.			
Todas as equações foram estimadas com efeitos fixos para estados e anos.			

## APÊNDICE M – Ideologia e variáveis fiscais

**Tabela A.4.1.4 Equações para variáveis Fiscais Completas com Efeitos Fixos para Estados e Anos**

	(1) recpr	(2) despri	(3) respri
L.recpr	0.502*** (0.091)		
L.despri		0.415*** (0.093)	
L.respri			0.239** (0.114)
transf	-0.022 (0.024)	0.033 (0.039)	-0.076** (0.031)
varpib	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
lnpibpc	-0.015 (0.015)	-0.034 (0.021)	0.028 (0.022)
dmreal	-0.020*** (0.003)	-0.013** (0.006)	-0.006 (0.005)
L.idgdir	-0.001 (0.003)	0.001 (0.005)	-0.002 (0.004)
L.idgesq	0.003 (0.004)	0.003 (0.005)	0.002 (0.003)
L.plzgas	0.012 (0.011)	0.018 (0.017)	-0.011 (0.013)
elec	0.046*** (0.003)	0.053*** (0.007)	-0.006 (0.006)
_lano_1987	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
_lano_1988	0.001 (0.003)	-0.004 (0.007)	0.004 (0.006)
_lano_1989	0.010*** (0.003)	0.007 (0.007)	0.001 (0.006)
_lano_1990	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
_lano_1991	0.010*** (0.004)	-0.006 (0.007)	0.018*** (0.006)
_lano_1992	0.012*** (0.002)	0.005 (0.005)	0.010** (0.004)
_lano_1993	0.015*** (0.002)	0.011** (0.005)	0.007 (0.004)
_lano_1994	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
_lano_1995	0.056*** (0.004)	0.044*** (0.008)	0.010* (0.006)
_lano_1996	0.046*** (0.004)	0.037*** (0.008)	0.010 (0.007)
_lano_1997	0.045*** (0.004)	0.033*** (0.008)	0.013** (0.007)
_lano_1998	0.009*** (0.003)	0.012*** (0.004)	-0.001 (0.003)
_lano_1999	0.058*** (0.005)	0.038*** (0.009)	0.019** (0.007)
_lano_2000	0.066*** (0.005)	0.042*** (0.008)	0.028*** (0.007)
_lano_2001	0.072*** (0.006)	0.057*** (0.008)	0.021*** (0.007)

_lano_2002	0.018*** (0.006)	-0.003 (0.006)	0.028*** (0.003)
AL	-0.127*** (0.023)	-0.150*** (0.030)	0.005 (0.017)
AM	-0.141*** (0.030)	-0.133*** (0.033)	-0.042* (0.024)
AP	-0.018 (0.020)	-0.020 (0.022)	-0.000 (0.012)
BA	-0.143*** (0.028)	-0.145*** (0.032)	-0.029 (0.019)
CE	-0.132*** (0.025)	-0.138*** (0.030)	-0.021 (0.017)
DF	-0.102*** (0.035)	-0.088** (0.037)	-0.051 (0.036)
ES	-0.133*** (0.029)	-0.110*** (0.033)	-0.062** (0.027)
GO	-0.138*** (0.029)	-0.116*** (0.034)	-0.059** (0.024)
MA	-0.099*** (0.022)	-0.143*** (0.032)	0.038* (0.023)
MG	-0.149*** (0.032)	-0.133*** (0.035)	-0.056** (0.027)
MS	-0.131*** (0.028)	-0.114*** (0.033)	-0.053** (0.026)
MT	-0.125*** (0.025)	-0.106*** (0.028)	-0.051** (0.021)
PA	-0.147*** (0.028)	-0.156*** (0.031)	-0.020 (0.016)
PB	-0.122*** (0.023)	-0.138*** (0.027)	-0.004 (0.014)
PE	-0.144*** (0.028)	-0.144*** (0.031)	-0.032* (0.020)
PI	-0.095*** (0.020)	-0.117*** (0.025)	0.013 (0.017)
PR	-0.161*** (0.033)	-0.140*** (0.038)	-0.066** (0.030)
RJ	-0.159*** (0.036)	-0.131*** (0.041)	-0.076** (0.035)
RN	-0.122*** (0.023)	-0.128*** (0.025)	-0.018 (0.014)
RO	-0.106*** (0.020)	-0.095*** (0.022)	-0.037** (0.016)
RR	0.085*** (0.028)	0.092*** (0.031)	0.011 (0.016)
RS	-0.151*** (0.034)	-0.125*** (0.040)	-0.071** (0.034)
SC	-0.152*** (0.033)	-0.134*** (0.037)	-0.060** (0.030)
SE	-0.107*** (0.022)	-0.113*** (0.024)	-0.016 (0.013)
SP	-0.150*** (0.036)	-0.116*** (0.043)	-0.082** (0.038)
TO	0.018 (0.015)	0.027 (0.026)	-0.005 (0.025)
Constante	0.302** (0.119)	0.451** (0.175)	-0.172 (0.161)
Observações	407	407	407
Estados	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses. * significante a 10%; ** significante a 5%; *** significante a 1%.			

## APÊNDICE N – Ideologia modificada e variáveis fiscais

**Tabela A.4.1.5 Ideologia modificada<sup>76</sup> e equações para variáveis fiscais**

	(1) recpr	(2) recpr	(3) despri	(4) despri	(5) respri	(6) respri
L.recpr	0.506*** (0.091)	0.506*** (0.091)				
L.despri			0.422*** (0.091)	0.421*** (0.091)		
L.respri					0.236** (0.111)	0.235** (0.111)
transf	-0.022 (0.024)	-0.022 (0.024)	0.033 (0.039)	0.032 (0.040)	-0.077** (0.031)	-0.076** (0.032)
varpib	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
lnpibpc	-0.010 (0.013)	-0.010 (0.013)	-0.026 (0.020)	-0.026 (0.020)	0.024 (0.021)	0.024 (0.021)
dmreal	-0.021*** (0.003)	-0.021*** (0.003)	-0.011* (0.006)	-0.011* (0.006)	-0.008* (0.005)	-0.008* (0.005)
elec	-0.012*** (0.003)	-0.012*** (0.004)	0.015*** (0.005)	0.016*** (0.006)	-0.026*** (0.004)	-0.027*** (0.004)
L.idgdirm	-0.001 (0.004)	-0.001 (0.004)	-0.002 (0.005)	-0.002 (0.005)	0.001 (0.004)	0.001 (0.004)
L.idgesqm	0.004 (0.004)	0.004 (0.005)	-0.001 (0.005)	-0.002 (0.006)	0.007** (0.003)	0.008 (0.005)
L.plzgvasm		0.000 (0.010)		0.002 (0.012)		-0.003 (0.008)
Constant	0.322*** (0.109)	0.322*** (0.108)	0.422** (0.169)	0.423** (0.169)	-0.115 (0.159)	-0.117 (0.159)
Observações	411	411	411	411	411	411
Estados	27	27	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses. * significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%. Todas as equações foram estimadas com efeitos fixos para estados e anos.						

<sup>76</sup> A ideologia modificada considera o PSDB como um partido de centro, e não centro-esquerda.



## APÊNDICE O – Mudanças institucionais e impacto da ideologia sobre itens de gasto

**Tabela A.4.2.1 Mudanças Institucionais e Ideologia sobre a Composição dos Gastos**

	(1) desps o	(2) desps o	(3) despif	(4) despif	(5) invest	(6) invest	(7) despes	(8) despes
L.desps o	0.384** (0.081)	0.384*** (0.081)						
L.despif			0.096 (0.105)	0.096 (0.105)				
L.invest					0.377*** (0.129)	0.377*** (0.129)		
L.despe s							0.450*** (0.110)	0.450*** (0.110)
transf	0.076* (0.046)	0.076* (0.046)	-0.117 (0.080)	-0.117 (0.080)	-0.028 (0.021)	-0.028 (0.021)	0.057*** (0.022)	0.057*** (0.022)
varpib	-0.001 (0.001)	-0.001 (0.001)	0.001 (0.001)	0.001 (0.001)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
lnpibpc	-0.014 (0.027)	-0.014 (0.027)	-0.038 (0.041)	-0.038 (0.041)	0.010 (0.012)	0.010 (0.012)	-0.026* (0.014)	-0.026* (0.014)
dmreal	0.016** (0.007)	0.016** (0.007)	-0.016* (0.010)	-0.016* (0.010)	-0.005 (0.005)	-0.005 (0.005)	-0.009** (0.004)	-0.009** (0.004)
L.idgdir	-0.003 (0.007)	-0.003 (0.007)	-0.001 (0.009)	-0.001 (0.009)	0.002 (0.003)	0.002 (0.003)	0.001 (0.002)	0.001 (0.002)
L.idgesq	0.004 (0.007)	0.004 (0.007)	-0.005 (0.011)	-0.005 (0.011)	0.005** (0.002)	0.005** (0.002)	0.001 (0.003)	0.001 (0.003)
L.plzgva s	0.019 (0.019)	0.019 (0.019)	-0.025 (0.034)	-0.025 (0.034)	0.003 (0.005)	0.003 (0.005)	0.004 (0.008)	0.004 (0.008)
elec	0.010** (0.002)	- (0.007)	0.031*** (0.003)	-0.003 (0.011)	0.003*** (0.001)	0.004 (0.006)	- (0.002)	0.020*** (0.005)
dmren	0.010** (0.003)	0.027*** (0.007)	0.008 (0.006)		0.009*** (0.002)		0.042*** (0.004)	
dmlrf		-0.008 (0.008)		-0.028* (0.014)		0.010 (0.007)		0.021*** (0.006)
Constan t	0.251 (0.202)	0.288 (0.202)	0.472 (0.321)	0.507 (0.322)	-0.030 (0.094)	-0.031 (0.093)	0.313*** (0.119)	0.259** (0.118)
Observa - ções Estados	407 27	407 27	407 27	407 27	407 27	407 27	407 27	407 27

Erros-padrão entre parênteses

\* significativa a 10%; \*\* significativa a 5%; \*\*\* significativa a 1%

Todas as equações foram estimadas com efeitos fixos para estados e anos.

## APÊNDICE P – Equações Prais-Winsten para ideologia e itens de gasto

**Tabela A.4.2.2 Equação Prais-Winsten para Itens de Gasto**

	(1) despso	(2) despif	(3) invest	(4) despes
transf	0.122** (0.053)	-0.119 (0.085)	-0.015 (0.025)	0.063** (0.025)
varpib	-0.001 (0.001)	0.001 (0.001)	0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
lnpibpc	-0.011 (0.035)	-0.044 (0.048)	0.023 (0.018)	-0.035* (0.019)
dmreal	0.003 (0.007)	-0.013 (0.010)	-0.120 (0.140)	-0.011*** (0.004)
L.idgdir	-0.001 (0.007)	0.000 (0.011)	0.003 (0.003)	-0.001 (0.003)
L.idgesq	0.011 (0.008)	-0.004 (0.013)	0.007*** (0.002)	0.003 (0.004)
L.plzgvas	0.013 (0.022)	-0.026 (0.038)	0.002 (0.006)	0.002 (0.010)
elec	-0.013*** (0.005)	0.562 (0.366)	-0.003 (0.003)	0.428*** (0.146)
Constant	0.354 (0.272)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
Observations	407	407	407	407
Number of estado	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses.				
* significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%.				
Todas as equações foram estimadas com efeitos fixos para estados e anos.				

## APÊNDICE Q – Impacto de mudanças nas séries e ideologia sobre itens de gasto

Tabela A.4.2.3 Impacto de mudanças nas séries e ideologia sobre itens de gasto

	(1) despso	(2) despif	(3) invest	(4) despes
L.despso	0.304*** (0.071)			
L.despif		0.038 (0.105)		
L.invest			0.226* (0.120)	
L.despes				0.388*** (0.130)
transf	0.108* (0.057)	-0.140* (0.079)	-0.049* (0.025)	0.092*** (0.023)
varpib	-0.002** (0.001)	0.001 (0.001)	0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
lnpibpc	0.114** (0.051)	-0.073 (0.066)	0.034 (0.025)	-0.028 (0.026)
dmreal	0.009 (0.007)	-0.015 (0.010)	-0.008* (0.004)	-0.009** (0.004)
L.idgdir	-0.006 (0.007)	-0.004 (0.009)	0.001 (0.003)	0.001 (0.002)
L.idgesq	0.010 (0.009)	-0.004 (0.013)	0.007*** (0.002)	0.002 (0.004)
L.plzgvas	0.010 (0.020)	-0.022 (0.039)	0.004 (0.005)	-0.002 (0.009)
elec	-0.031*** (0.007)	-0.005 (0.011)	0.004 (0.005)	0.019*** (0.005)
dmsac	0.052* (0.029)	0.040* (0.023)	0.036** (0.014)	0.015 (0.013)
dmsal	0.006 (0.023)	0.010 (0.022)	0.006 (0.004)	0.007 (0.010)
dmsam	-0.033 (0.036)	0.024 (0.051)	-0.020* (0.011)	0.016 (0.011)
dmsap	0.053* (0.029)	0.052*** (0.015)	0.014 (0.022)	-0.015 (0.040)
dmsba	0.009 (0.024)	0.028** (0.013)	0.020** (0.009)	-0.001 (0.006)
dmsce	0.011 (0.025)	0.054*** (0.014)	0.010* (0.006)	0.010 (0.007)
dmsdf	0.001 (0.015)	-0.040** (0.020)	-0.005 (0.006)	0.031 (0.020)
dmses	-0.051*** (0.017)	0.004 (0.008)	0.002 (0.009)	-0.003 (0.003)
dmsgo	0.020 (0.014)	-0.031 (0.036)	-0.004 (0.010)	-0.010* (0.005)
dmsma	0.029 (0.025)	-0.033 (0.020)	-0.016 (0.010)	0.011** (0.005)
dmsmg	0.038** (0.017)	-0.009 (0.023)	-0.011* (0.006)	0.009 (0.006)
dmsms	-0.036** (0.017)	0.063*** (0.024)	0.007 (0.005)	-0.018*** (0.005)
dmsmt	-0.058*** (0.022)	0.006 (0.025)	-0.006 (0.008)	-0.005 (0.009)
dmspa	-0.002 (0.015)	0.046*** (0.016)	0.012** (0.005)	-0.010* (0.006)

dmspb	0.026 (0.025)	0.021* (0.012)	0.012** (0.005)	-0.006 (0.010)
dmspe	-0.016 (0.030)	0.057 (0.040)	0.010 (0.011)	0.015** (0.006)
dmspi	-0.014 (0.014)	0.002 (0.012)	-0.010** (0.005)	0.017** (0.008)
dmspr	-0.042** (0.020)	0.062 (0.064)	0.020 (0.012)	-0.007* (0.004)
dmsrj	0.055*** (0.013)	0.001 (0.012)	-0.001 (0.006)	0.003 (0.005)
dmsrn	-0.039* (0.021)	0.030 (0.020)	-0.007 (0.013)	0.018* (0.009)
dmsro	-0.006 (0.027)	0.067 (0.058)	-0.013* (0.007)	-0.004 (0.011)
dmsrr	0.064*** (0.021)	-0.023 (0.043)	-0.075* (0.040)	0.015 (0.038)
dmsrs	0.046** (0.019)	0.030 (0.019)	0.012* (0.007)	0.002 (0.005)
dmssc	-0.047** (0.021)	-0.027 (0.026)	-0.004 (0.009)	-0.004 (0.005)
dmsse	0.007 (0.010)	0.005 (0.011)	0.007 (0.009)	0.009 (0.010)
dmssp	0.029 (0.028)	-0.033* (0.020)	-0.011 (0.008)	-0.002 (0.007)
dmsto	-0.042** (0.021)	0.046 (0.043)	0.007 (0.034)	-0.012 (0.010)
Constant	-0.686* (0.371)	0.786 (0.508)	-0.200 (0.189)	0.252 (0.203)
Observations	407	407	407	407
Number of estado	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses				
* significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%.				
Todas as equações foram estimadas com efeitos fixos para estados e anos.				

## APÊNDICE R – Equações completas para ideologia e itens de gasto

### A.4.2.4 Equações com efeitos fixos para estados e anos para ideologia e itens de gasto

	(1) despsos	(2) despif	(3) invest	(4) despes
L.despsos	0.384*** (0.081)			
L.despif		0.096 (0.105)		
L.invest			0.377*** (0.129)	
L.despes				0.450*** (0.110)
transf	0.076* (0.046)	-0.117 (0.080)	-0.028 (0.021)	0.057*** (0.022)
varpib	-0.001 (0.001)	0.001 (0.001)	0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
lnpibpc	-0.014 (0.027)	-0.038 (0.041)	0.010 (0.012)	-0.026* (0.014)
dmreal	0.016** (0.007)	-0.016* (0.010)	-0.005 (0.005)	-0.009** (0.004)
L.idgdir	-0.003 (0.007)	-0.001 (0.009)	0.002 (0.003)	0.001 (0.002)
L.idgesq	0.004 (0.007)	-0.005 (0.011)	0.005** (0.002)	0.001 (0.003)
L.plzgas	0.019 (0.019)	-0.025 (0.034)	0.003 (0.005)	0.004 (0.008)
elec	-0.027*** (0.007)	-0.003 (0.011)	0.004 (0.006)	0.020*** (0.005)
_lano_1987	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
_lano_1988	0.013** (0.006)	-0.009 (0.008)	0.000 (0.006)	-0.004 (0.005)
_lano_1989	0.012* (0.007)	-0.034*** (0.009)	0.004 (0.006)	0.004 (0.005)
_lano_1990	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
_lano_1991	-0.004 (0.006)	-0.032*** (0.009)	-0.002 (0.006)	-0.005 (0.005)
_lano_1992	-0.010** (0.004)	-0.024*** (0.009)	0.001 (0.005)	-0.002 (0.003)
_lano_1993	-0.010** (0.005)	-0.016** (0.007)	0.008* (0.005)	-0.004 (0.003)
_lano_1994	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
_lano_1995	-0.037*** (0.008)	-0.035*** (0.012)	0.001 (0.007)	0.054*** (0.005)
_lano_1996	-0.052*** (0.008)	-0.025* (0.014)	0.007 (0.007)	0.026*** (0.007)
_lano_1997	-0.051*** (0.008)	-0.025* (0.014)	0.005 (0.007)	0.025*** (0.007)
_lano_1998	-0.017*** (0.005)	0.008 (0.007)	0.015*** (0.002)	0.008* (0.005)
_lano_1999	-0.033*** (0.009)	-0.028** (0.013)	0.005 (0.007)	0.031*** (0.007)
_lano_2000	-0.027*** (0.008)	-0.026* (0.014)	0.010 (0.007)	0.012* (0.007)
_lano_2001	-0.008 (0.008)	-0.028* (0.014)	0.010 (0.007)	0.021*** (0.006)
_lano_2002	0.007* (0.007)	-0.033*** (0.014)	0.004** (0.007)	0.032*** (0.006)

AL	(0.004) -0.035 (0.025)	(0.007) -0.092*** (0.032)	(0.002) -0.025** (0.010)	(0.004) -0.065*** (0.019)
AM	0.026 (0.032)	-0.017 (0.051)	-0.035** (0.015)	-0.049*** (0.019)
AP	0.003 (0.018)	-0.016 (0.022)	0.002 (0.012)	-0.021 (0.016)
BA	0.007 (0.027)	-0.071 (0.043)	-0.028* (0.015)	-0.062*** (0.019)
CE	-0.033 (0.025)	-0.051 (0.038)	-0.025** (0.012)	-0.068*** (0.020)
DF	0.074* (0.043)	0.012 (0.068)	-0.041** (0.021)	-0.011 (0.024)
ES	-0.026 (0.036)	-0.099* (0.055)	-0.035** (0.017)	-0.038** (0.019)
GO	-0.036 (0.031)	-0.046 (0.054)	-0.036** (0.015)	-0.041** (0.019)
MA	-0.018 (0.030)	-0.072* (0.040)	0.003 (0.013)	-0.082*** (0.023)
MG	-0.013 (0.035)	-0.059 (0.055)	-0.044** (0.018)	-0.045** (0.020)
MS	-0.031 (0.033)	-0.046 (0.054)	-0.039** (0.016)	-0.037** (0.018)
MT	-0.045 (0.031)	-0.053 (0.045)	-0.035** (0.015)	-0.040** (0.016)
PA	0.012 (0.022)	-0.069** (0.034)	-0.027** (0.011)	-0.065*** (0.018)
PB	-0.033* (0.019)	-0.083*** (0.029)	-0.019** (0.010)	-0.072*** (0.019)
PE	-0.039 (0.030)	-0.089** (0.043)	-0.031** (0.015)	-0.056*** (0.018)
PI	-0.020 (0.024)	-0.095*** (0.034)	-0.011 (0.012)	-0.055*** (0.017)
PR	0.010 (0.037)	-0.030 (0.069)	-0.041** (0.017)	-0.043** (0.021)
RJ	-0.014 (0.041)	-0.063 (0.066)	-0.052** (0.021)	-0.035 (0.022)
RN	0.002 (0.018)	-0.079*** (0.026)	-0.021* (0.012)	-0.060*** (0.016)
RO	-0.029 (0.024)	-0.054 (0.039)	-0.019* (0.011)	-0.039*** (0.012)
RR	-0.003 (0.018)	0.084*** (0.029)	0.058* (0.030)	-0.053** (0.021)
RS	-0.046 (0.042)	-0.068 (0.067)	-0.049** (0.021)	-0.032 (0.022)
SC	-0.024 (0.037)	-0.063 (0.060)	-0.046** (0.018)	-0.042** (0.020)
SE	-0.021 (0.017)	-0.049* (0.027)	-0.014 (0.012)	-0.054*** (0.015)
SP	0.015 (0.048)	-0.038 (0.075)	-0.052** (0.023)	-0.027 (0.023)
TO	-0.023 (0.027)	0.129*** (0.040)	0.094*** (0.028)	-0.036*** (0.013)
Constante	0.288 (0.202)	0.507 (0.322)	-0.031 (0.093)	0.259** (0.118)
Observações	407	407	407	407
Estados	27	27	27	27

Erros-padrão entre parênteses; \* significativa a 10%; \*\* significativa a 5%; \*\*\* significativa a 1%

## APÊNDICE S – Ideologia modificada e itens de gasto

### A.4.2.5 Ideologia modificada e itens de gasto

	(1) despso	(2) despif	(3) invest	(4) despes
L.despso	0.370*** (0.080)			
L.despif		0.112 (0.104)		
L.invest			0.383*** (0.128)	
L.despes				0.453*** (0.109)
transf	0.082* (0.046)	-0.123 (0.080)	-0.031 (0.021)	0.058*** (0.022)
varpib	-0.001 (0.001)	0.001 (0.001)	0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
lnpibpc	-0.005 (0.023)	-0.039 (0.042)	0.011 (0.013)	-0.025* (0.013)
dmreal	0.010 (0.007)	-0.016* (0.009)	-0.003 (0.005)	-0.008** (0.004)
L.idgdirm	-0.002 (0.006)	-0.007 (0.009)	-0.001 (0.003)	0.000 (0.003)
L.idgesqm	0.021** (0.009)	-0.004 (0.008)	0.000 (0.004)	-0.001 (0.005)
L.plzgvasm	-0.017 (0.014)	0.011 (0.013)	0.007 (0.005)	-0.001 (0.008)
elec	0.005 (0.005)	0.029*** (0.006)	0.000 (0.002)	-0.012** (0.005)
Constante	0.184 (0.179)	0.485 (0.325)	-0.034 (0.103)	0.279** (0.114)
Observações	411	411	411	411
Estados	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses. significante a 10%; ** significante a 5%; *** significante a 1%. equações estimadas com efeitos fixos para estados e anos.				

## **4 Fragmentação e Resultados Fiscais**

O objetivo deste capítulo é avaliar a relação empírica entre a fragmentação política e os resultados fiscais dos governos estaduais brasileiros no período 1986-2002. O estudo do impacto da fragmentação política sobre resultados fiscais teve início com o trabalho de Roubini e Sachs (1989) que apontou a existência de uma regularidade empírica entre déficits fiscais elevados e países em que predominam governos de curta duração formados por coalizões multipartidárias. A primeira seção deste capítulo é dedicada a uma rápida apresentação da literatura que relaciona instituições e resultados de política fiscal, com ênfase no estudo seminal de Roubini & Sachs (1989). Segue-se com a apresentação dos estudos empíricos que procuram associar a fragmentação política a resultados fiscais para o Brasil. Antes de realizar os testes propriamente ditos, dedica-se uma seção aos dados e métodos utilizados e, finalmente apresentam-se os resultados obtidos. Ao contrário de trabalhos anteriores<sup>77</sup> não se verificou uma relação significativa entre a fragmentação e os gastos estaduais. Além disso, os gastos com investimentos aumentam em linha com a fragmentação. Apesar da confirmação de alguns impactos, os resultados não sugerem que a fragmentação tenha um efeito generalizado sobre os resultados fiscais dos estados brasileiros.

### **4.1 Instituições e Resultados Fiscais**

Nas últimas décadas, assistiu-se à crescente preocupação, em países desenvolvidos e em desenvolvimento, com a deterioração da situação fiscal refletida no surgimento de déficits e elevação da dívida pública. O reconhecimento de que variáveis econômicas eram insuficientes para explicar porque países semelhantes localizados numa mesma região geográfica, após terem sido submetidos aos choques dos anos 1970 e das taxas de juros crescentes a partir de 1979, apresentaram resultados fiscais diversos, refletiu-se em uma significativa produção

---

<sup>77</sup> (Simpson, 2000, Simpson, Batista, 2001, Cossio, 2002).



acadêmica que procurou explicar resultados fiscais por meio das instituições<sup>78</sup> políticas. Por exemplo, Shick (1993), em um estudo comparado dos EUA, Suécia e Holanda, argumenta que Suécia e Holanda apesar de serem ambas economias pequenas e abertas com elevada participação do setor público - e que oferecem amplos benefícios aos cidadãos - apresentaram resultados diversos no que diz respeito às políticas de ajuste fiscal adotadas durante a década de 1980. A Suécia foi bem-sucedida em promover um ajuste fiscal, e transformou déficits em superávits. A Holanda, apesar de deter reservas de gás e petróleo, e, portanto, partir de uma situação mais favorável frente à elevação dos preços destas matérias primas, assistiu a um agravamento da situação fiscal ao longo da década de 1980. O autor atribui este resultado a diferenças nas regras eleitorais por meio da influência que exercem sobre a capacidade do governo de estabelecer prioridades, característica segundo ele fundamental para cortar gastos.

Os trabalhos que incluem as instituições políticas como variáveis explicativas de resultados fiscais costumam separá-las em dois grandes grupos: as regras eleitorais e as regras relativas aos processos de tomada de decisão. Diversos autores explicam resultados fiscais através da combinação de diferentes regras eleitorais. Lizzeri e Pérsico (2001), por exemplo, apresentam um modelo em que sistemas políticos diferentes, majoritário e proporcional afetam a oferta de bens públicos. Milesi-Ferretti, Perotti e Rostagno (2001) apresentam resultados empíricos que confirmam o impacto dos sistemas eleitorais sobre o tamanho e a composição dos gastos públicos em países da OCDE e da América Latina. Persson & Tabellini (2004) estimam o efeito de regras eleitorais e das formas de governo sobre o tamanho do governo e a composição dos gastos e encontram como resultados que regimes presidencialistas geram governos menores (comparando com parlamentaristas) e que sistemas majoritários resultam em governos menores e sistemas de bem-estar menores que sistemas de representação proporcional<sup>79</sup>.

---

<sup>78</sup> Neste trabalho, entende-se instituições de uma forma ampla, conforme a definição de North (1990) como “as regras do jogo em uma sociedade” ou, ainda, “construções criadas pelos homens que dão forma à interação humana” (pág. 3, tradução própria).

<sup>79</sup> No sistema majoritário (ou da maioria) o partido que obtiver a metade dos votos mais um de um determinado distrito eleitoral elege todos os representantes daquele distrito. No sistema de representação proporcional, as cadeiras no parlamento são alocadas de acordo com a quantidade de votos obtidos e os sistemas mistos combinam regras de cada um dos dois anteriores. Assim, por exemplo, num sistema majoritário, um partido que receba 51% dos votos obtém todas as cadeiras de

Para a política fiscal as regras do processo de tomada de decisão que importam são as instituições orçamentárias, ou seja, as regras e regulamentações de acordo com as quais os orçamentos são preparados, aprovados e implementados. Alesina et al (1999) verificam empiricamente a existência de uma relação entre processos orçamentários transparentes, elaborados e decididos em ambientes de centralização de poder e resultados fiscais favoráveis. Para estes autores duas questões são centrais para definir o orçamento; as regras de procedimento durante a elaboração no Executivo e de votação no Legislativo, e o grau de transparência de todo o processo. As regras para elaboração e votação do orçamento podem ser hierárquicas ou colegiadas. As instituições são hierárquicas se conferem a um indivíduo (geralmente o Ministro de Fazenda) a prerrogativa de decidir sobre o total de gastos dos ministros durante a etapa de negociação antes do envio da proposta do orçamento ao Congresso, e conferem um menor poder ao Legislativo de emendar a proposta realizada pelo Executivo. Ou seja, há concentração de poder nas mãos de um agente que internaliza a restrição orçamentária. A instituição colegiada, ao contrário, dilui o poder e permite que mais agentes influenciem a elaboração e aprovação do orçamento<sup>80</sup>. A segunda questão crucial apontada pelos autores é a questão da transparência. Para eles, quanto mais transparente é o orçamento, mais provável que se consiga realizar um ajuste fiscal. Um orçamento pouco transparente é aquele que pode conter a manipulação de estimativas de receitas e de variáveis macroeconômicas, de passivos escondidos, e que, portanto, não inclui todos os gastos<sup>81</sup>.

---

um determinado distrito. Num sistema proporcional, idealmente, este partido obteria 51% das cadeiras.

<sup>80</sup> Os autores reconhecem a existência de um dilema entre estes tipos de instituições: enquanto as instituições hierárquicas favorecem o ajuste fiscal e a redução dos gastos, por outro lado, tendem a garantir com menor intensidade o direito das minorias.

<sup>81</sup> Stein et al (1999) estendem o trabalho de Alesina et al (1999), ao inserir também o impacto dos sistemas eleitorais sobre os resultados fiscais. Os resultados obtidos confirmam os estudos anteriores: centralização e transparência facilitam ajustes fiscais. Adicionalmente, há evidências de que as instituições eleitorais têm impacto sobre o desempenho fiscal. Países com um grau mais elevado de proporcionalidade, isto é, distritos maiores, e um elevado grau de fragmentação política, tendem a apresentar déficits mais elevados.

A inspiração para estes estudos recentes veio do trabalho seminal de Roubini & Sachs (1989a, 1989b) (a partir de agora denominado RS), que verificaram empiricamente que diferentes arranjos institucionais no processo político ajudam a explicar os padrões diversos dos déficits orçamentários. Os autores, com base em uma análise de painel para os países da OCDE de 1960-1985, constataram que o tamanho e a persistência dos déficits orçamentários nos países industriais foram maiores onde houve governos fracos, ou seja, de curta duração, e caracterizados pela presença de diversos partidos formando uma coalizão<sup>82</sup>. Os autores observaram que os choques que atingiram as economias dos países industriais após 1973 e as elevadas taxas de juros dos anos 1980 contribuíram para um crescimento dos déficits orçamentários dos países industriais, particularmente por que os choques foram vistos como transitórios no momento que atingiram as economias. Nos primeiros anos da década de 1980, à medida que os países entenderam que o crescimento mais lento e o desemprego eram persistentes, alguns iniciaram um processo de ajuste.

Os autores oferecem três possíveis explicações para as dificuldades enfrentadas pelos governos de coalizão. A primeira é que os diferentes partidos pertencentes à coalizão possuem interesses e eleitorados diversos, e dificilmente terão um objetivo comum ao cortar gastos, o que pode gerar um “dilema dos prisioneiros”, todos os partidos preferem cortar gastos, mas cada membro da coalizão individualmente evita que os cortes de gastos que atinjam seu eleitorado sejam realizados. Na ausência de mecanismos de coordenação, a solução não-cooperativa de corte algum de gastos prevalece. A segunda explicação é que os membros da coalizão geralmente têm um poder significativo de resistir a mudanças no *status quo*, mas não dispõem de poder semelhante para propor mudanças. Finalmente, os autores apontam que os mecanismos para garantir que os partidos da coalizão cooperem geralmente são fracos. O resultado principal é que governos de coalizão multipartidários

---

<sup>82</sup> Para avaliar o impacto da fragmentação RS constroem um índice de coesão política que pode assumir os valores 0, 1, 2 e 3 (zero, um, dois e três), e classificam os governos dos países em cada um destes grupos. O valor zero é atribuído a um governo majoritário de partido único ou ao governo presidencialista com o mesmo partido em maioria no executivo e no legislativo. O valor um é atribuído aos governos parlamentares de coalizão com dois parceiros de coalizão, ou aos presidencialistas com diferentes partidos no controle do executivo e do legislativo (governos divididos). O valor dois é atribuído aos governos parlamentares de coalizão com três ou mais participantes na coalizão. Os governos parlamentaristas de minoria são considerados como três.

especialmente aqueles com curta duração esperada foram pouco capazes de promover os ajustes fiscais necessários.

Estes autores apontam, portanto, a existência de uma regularidade entre déficits orçamentários e grau de fraqueza do governo. O grau de fraqueza é determinado, segundo os autores, pelo tempo de duração e pela presença de diversos partidos políticos no governo. Nas suas próprias palavras: “A redução de gastos no orçamento requer consenso político, ao menos entre os membros do governo. Nós observamos que tal consenso é mais difícil de obter em governos de coalizão multipartidários (como na Bélgica e na Itália), e que o fracasso em obter o consenso num corte orçamentário pode ajudar a explicar porque tais países experimentaram um enorme crescimento na razão dívida/PIB<sup>83</sup>”.

Segundo RS, os dados sugerem uma assimetria na ligação das estruturas políticas aos déficits orçamentários, pois os governos de coalizão não são inerentemente propensos a déficits mais elevados. Durante os anos 1960, anos de crescimento econômico elevado, não há diferenças de comportamento entre governos de coalizão e majoritários, governos de coalizão são propensos a déficits elevados somente quando ocorrem choques macroeconômicos adversos. Os autores, concluem, ainda, que as maiores dificuldades relacionadas a governos de coalizão surgem devido ao poder de veto desfrutado pelos pequenos partidos que pertencem à coalizão sobre mudanças no *status quo*.

Tsebelis (1998) estabelece um modelo teórico com o objetivo de identificar quais são as instituições que têm precedência sobre as demais – ou seja, quais são as instituições que importam para explicar diferenças nas políticas adotadas pelos países. Este autor procura comparar as instituições do ponto de vista de uma única variável importante: a capacidade de modificar as políticas públicas. O conceito fundamental utilizado pelo autor é o de *veto player*, ou ator com direito a veto, isto é, ator individual ou coletivo cuja concordância é necessária para que se tome uma decisão. O autor demonstra que a estabilidade das políticas aumenta com o número de atores envolvidos, com a sua incongruência, ou seja, a divergência de suas

---

<sup>83</sup> Citado em Roubini e Sachs (1989b), p.126, tradução própria.

posições políticas e coesão interna a cada um deles. A coesão é dada pela similaridade das posições políticas das unidades que constituem cada um dos atores políticos. Por exemplo, um partido que possui uma divergência ideológica pequena é coeso, mas também o é um partido em que há grandes divergências, mas simétricas em relação à liderança. Para chegar ao número de *veto players*, primeiramente classifica os *veto players* em institucionais e partidários. Os institucionais são determinados pelas leis, não há variação entre eles. Se o sistema é presidencialista e bicameral, e ambas as Câmaras tem poder de veto, há, a princípio três pontos de veto. Mas se existe congruência entre as duas câmaras, por exemplo, ou seja, elas têm a mesma composição, diz-se que elas são congruentes, e considera-se que as duas correspondem apenas a um ponto de veto (ou seja, uma é absorvida pela outra). De modo geral, os *veto players* partidários devem ser sempre computados como distintos, enquanto os atores institucionais podem ser absorvidos (ou seja, eliminados do cômputo devido à congruência). O número de *veto players* partidários é dado pelo número de partidos necessários para formar o governo de coalizão. Adicionalmente, o grau de coesão dos partidos, isto é, em que medida os indivíduos que pertencem ao partido concordam entre si, também influencia o número de pontos de veto. Quanto maior a coesão mais facilmente os partidos efetivamente serão um ponto de veto. De forma resumida, este autor prevê que sistemas que apresentam múltiplos atores com direito a veto incongruentes e coesos deverão revelar uma estabilidade mais elevada das políticas públicas que os sistemas com um pequeno número pequeno de atores com direito a veto, sem coesão e congruentes.

Como conclusão tem-se que na literatura de análise comparada sobre a relação entre instituições e resultados fiscais prevalece a idéia que uma autoridade executiva forte é fundamental para uma reação rápida a uma alteração no ambiente, por exemplo, um choque macroeconômico. Segundo esta perspectiva, onde as configurações institucionais restringem a autoridade do Executivo, há dificuldade em reagir rapidamente a alterações no ambiente, e na área fiscal, isto significa maior dificuldade em cortar gastos e reduzir déficits, ou seja, promover ajustes fiscais. Governos de coalizão multipartidários, por exemplo, aumentam os problemas de coordenação e, inversamente, autoridades executivas concentradas facilitam a coordenação de políticas.

Mas a fragmentação leva a um outro problema relacionado à eficácia da política pública: seu grau de capacidade de prover bens públicos que promovam o bem-estar geral. Quanto maior o número das instâncias de veto, maior a probabilidade de que as políticas levem em conta os interesses privados, ou seja, o escopo das políticas torna-se o atendimento de interesses específicos e não o interesse público, ou geral. O motivo disso está na barganha entre as instâncias de veto, que para ceder em uma negociação, exigem benefícios na forma de políticas orientadas para seus eleitores. Em Legislativos multipartidários, à medida que o número de partidos aumenta, as coalizões se tornam instáveis. Desta maneira, os acordos requerem um maior número de concessões e barganhas para serem alcançados, o que aumenta o tamanho do orçamento.

No Brasil, segundo especialistas, as regras eleitorais geram um sistema partidário fragmentado<sup>84</sup>, onde para governar, o executivo tem que negociar no legislativo, buscando criar coalizões para formar a base de apoio parlamentar. Esta negociação basicamente pode se dar de duas formas: por meio da oferta de cargos no executivo ou no atendimento de reivindicações de grupos ou de parlamentares, geralmente sob a forma de projetos que priorizam uma determinada região. Pereira (2004) chega à conclusão que nos governos estaduais no Brasil a negociação se dá prioritariamente por meio da negociação de projetos ou mesmo de acordos que ele denomina “por baixo dos panos”. A fragmentação da Assembléia, e da coalizão, portanto, ao aumentar o número de pontos de veto deveria dificultar a formação de coalizões e o custo de governar. Por outro lado, a fragmentação da oposição pode agir no sentido contrário, uma oposição mais fragmentada pode ter dificuldade em se organizar para efetivamente agir como um ponto de veto ao governador.

Poterba (1994) e Alt e Lowry (1994,2000) encontram diferenças nos resultados fiscais dos governos estaduais norte-americanos motivadas por diferentes instituições orçamentárias. Estes autores verificam, ainda, que governos unificados promovem ajustes fiscais mais rapidamente que governos divididos<sup>85</sup>. Alt e Lowry

---

<sup>84</sup> Ver Nicolau (1986).

<sup>85</sup> Governos divididos são aqueles nos EUA em que partidos diferentes controlam o executivo e o legislativo.

(2000) verificam ainda que quando os governos estaduais são divididos, a política fiscal é determinada segundo as preferências do partido que controla o legislativo, mas quando cada um dos partidos controla cada uma das câmaras (alta e baixa) a política fiscal se move na direção desejada pelo partido do governador.

Besley e Case (2003) realizam um trabalho bastante completo sobre o impacto de variações nas regras institucionais sobre os estados americanos. Estes autores não apenas fizeram um levantamento de toda a literatura disponível para os Estados Unidos como realizaram novos testes, e encontraram diversas regularidades empíricas, mostrando, portanto, que governos subnacionais podem ser um importante laboratório para testes de diferenças institucionais.

Embora estes trabalhos sejam importantes não iluminam ou auxiliam a explicação de resultados fiscais em governos subnacionais, pois estas regras não variam entre estados, apenas entre países. Botelho (2001) e Hashizume (2001) afirmam que não é possível testar impacto das instituições orçamentárias estaduais sobre resultados fiscais no Brasil, uma vez as regras são uniformes e regidas pela mesma Lei. Infelizmente, para o Brasil, em relação aos estados Unidos, os estados apresentam uma maior uniformidade nas regras<sup>86</sup>, de modo que apenas a fragmentação justificava um teste empírico para os estados brasileiros.

Schneider (2005) argumenta que estados que apresentam maior fragmentação política, como Pernambuco e Rio Grande do Sul, por exemplo, se defrontaram com maiores dificuldades que aqueles que possuem elites políticas mais coesas como Bahia e Paraná. Para este autor, os estados que apresentavam níveis de conflito mais elevados entre os partidos, expressados na fragmentação e polarização, experimentaram freqüentes dificuldades para aprovar o orçamento.

O trabalho de RS também parece se adequar apenas a países, uma vez que a fragmentação é produto das regras eleitorais e do sistema partidário, que não se alteram em governos subnacionais. Apesar desta uniformidade das regras

---

<sup>86</sup> Não se tem conhecimento de nenhum trabalho que discuta as regras orçamentárias estaduais, ou que faça um levantamento de diferenças existentes.

(instituições), as assembléias e coalizões eleitorais apresentam índices de fragmentação bastante diferentes.

Devemos esperar que a fragmentação, portanto, não apenas resulte no aumento de gastos dos governos estaduais, com possíveis impactos sobre o resultado primário, mas também deve ter implicações sobre a composição dos gastos. Lowi (1964) ao falar sobre os tipos de políticas suas respectivas arenas, indica a prevalência de políticas distributivas quando os interesses organizados são inúmeros e os recursos da política podem ser atomizados e distribuídos por uma série de indivíduos, ou seja, recursos clientelistas. Não apenas deve-se observar gastos mais elevados, mas também destinados ao atendimento de demandas específicas. Com os itens disponíveis nos orçamentos verificaremos então o impacto da fragmentação sobre investimentos, gastos em infra-estrutura, sociais e com pessoal.

## **4.2 Extensões de Roubini e Sachs**

Edin e Ohlsson (1991) fizeram uma crítica ao índice de coesão utilizado por RS. Além de apontar o elevado grau de arbitrariedade para classificar os tipos de governo de acordo com RS, os autores argumentam que a construção de um índice estabelece uma forma bastante restritiva nos efeitos, que são difíceis de interpretar, uma vez que de acordo com a classificação de RS, o efeito orçamentário de um governo minoritário é três vezes o de um governo de coalizão majoritário com dois partidos. Para investigar o efeito desta restrição incluíram três variáveis categóricas (*dummy*) e verificaram que o efeito de governos de coalizão sobre os déficits orçamentários encontrado pelos autores era integralmente devido aos governos de minoria. A partir deste trabalho o índice de coesão utilizado por RS foi abandonado e os autores que continuaram a investigar a relação entre a fragmentação e resultados fiscais buscaram outras formas de considerar a fragmentação.

O trabalho de Roubini e Sachs (1989) foi retomado recentemente por autores como Perotti e Kontopoulos (1998,2002), Volkerink e De Haan (2001) e Ricciuti (2004).



Perotti & Kontopoulos (1998, 1999, 2002)<sup>87</sup> realizam um importante trabalho sobre o impacto da fragmentação sobre a política fiscal. Para os autores são três os motivos políticos que impactam a fragmentação e, por conseguinte, os resultados fiscais: a fragmentação de tamanho, as regras orçamentárias e a ideologia<sup>88</sup>. Os autores definem a fragmentação da política fiscal como o grau em que os custos de uma unidade monetária adicional de gasto são internalizados pelos tomadores de decisão individuais. Assim, gastos elevados, e provavelmente déficits, acontecem quando os indivíduos que tomam decisões de política não internalizam completamente os custos do gasto agregado. Os autores apontam dois fatores-chave para determinar o quanto cada agente internaliza do custo fiscal: o número de tomadores de decisão que participam do processo decisório e o conjunto de regras e procedimentos que regulamentam as decisões de política fiscal, ou o gasto e seu financiamento.

Os autores denominam fragmentação de tamanho ao número de tomadores de decisão sobre as variáveis fiscais e consideram, no lado do legislativo o número de partidos da coalizão de governo, e do lado do executivo, o número de ministros gastadores. A fragmentação de procedimento, que corresponde ao segundo fator chave mencionado anteriormente, é determinada a partir de dois pontos: se existe um limite de gastos pré-estabelecido antes da elaboração do orçamento, e se os indivíduos que estabelecem o limite total de gastos são os mesmos agentes que decidem a sua alocação. Se forem os mesmos agentes, quando os limites são estabelecidos eles já levam em consideração os prováveis resultados, e o problema de internalização do custo não será resolvido por meio do estabelecimento de um limite para os gastos. Ou seja, o limite é estabelecido levando em consideração que haverá uma negociação posterior de forma a garantir que os gastos de interesse dos agentes sejam incluídos<sup>89</sup>. Os autores, portanto, consideram não apenas a

---

<sup>87</sup> Estes autores apresentam uma série de versões diferentes publicadas para o seu trabalho, consideramos 2002 como a versão mais importante, por ser a mais recente.

<sup>88</sup> A justificativa parece ser que um número mais elevado de membros da coalizão deve levar a um maior grau de diversidade ideológica, e, portanto, mais polarização, o que resulta em negociações mais difíceis.

<sup>89</sup> Frejohn e Kriebel (1987) apresentam um modelo no qual a determinação de um teto para o orçamento antes da discussão sobre a dotação dos recursos para os diversos programas, estabelecido pelo Congresso Americano em 1974, não necessariamente alcançaria seu objetivo, o de obrigar os congressistas a escolher entre programas alternativos e, portanto, reduzir o orçamento.

fragmentação apontada RS, mas também as regras orçamentárias e a fragmentação dentro do poder executivo<sup>90</sup>.

Os autores testam o impacto das variáveis em duas etapas: na primeira estimam as equações com as variáveis que medem a fragmentação de tamanho<sup>91</sup> e a ideologia. Numa segunda etapa, testam as variáveis procedimentais<sup>92</sup>. Finalmente, exploram o impacto da ideologia, também construída com base na classificação Woldendorp (1993), com a criação de três variáveis *dummy*: uma para partidos de esquerda, outra para partidos de centro, e finalmente, uma para partidos de direita.

<sup>90</sup> Para mensurar a fragmentação de procedimento os autores utilizam variáveis *dummy*. A primeira assume valor zero (0) se os limites são pré-estabelecidos pelo Ministro das Finanças ou Primeiro Ministro, ou ambos, um (1) se o limite for estabelecido por um comitê ou por todo o gabinete, e dois (2) se o governo estabelece apenas diretrizes amplas antes dos pedidos dos ministros, ou se os limites de gastos são definidos apenas após as demandas dos ministros. A outra variável *dummy* captura a natureza das negociações com os ministros, e assume valor zero (0) se as negociações são conduzidas pelo Ministro das Finanças ou pelo Primeiro Ministro em negociações bilaterais, um (1) se são conduzidas por um comitê, em negociações multilaterais, e dois (2) se todo o gabinete negocia com os ministros.

<sup>91</sup> Os autores, para efeito de comparação antes de testarem a fragmentação de tamanho incluem a variável tipo de governo (TOG), semelhante à introduzida por Roubini e Sachs (1989). Utilizam Woldendorp et al. (1993) para estabelecer uma classificação para os governos que assume valores que variam entre um (1) e seis (5), e é resumida pelo quadro a seguir:

Variável Tipo de Governo utilizada por Perotti & Kontopoulos

Tipo de Governo	Descrição	Valor atribuído
Governo de Partido Único	Um partido obtém todos os assentos do governo	1 (um)
Coalizão Vencedora Mínima e Coalizão com Excedente	Governo em que todos os partidos participantes são necessários para formar a maioria ou Governos de coalizão que excedem o critério de coalizão vencedora mínima	2 (dois)
Governo de Minoria com Partido Único	O partido no governo não possui maioria no Parlamento	3 (três)
Governo de Minoria Multipartidário	Os partidos no governo não possuem maioria no Parlamento	4 (quatro)
Governo Vigia (*)	O Governo não pretende adotar qualquer política, mas está temporariamente cuidando de negócios urgentes	5 (cinco)

(\*) *Caretaker Government* (tradução própria).

Numa segunda etapa os autores anualizam as variáveis acima e constroem quatro variáveis *dummy* para indicar cada um dos tipos acima, juntando na mesma categoria os governos de coalizão que possuem maioria no parlamento (Coalizão Vencedora Mínima e Coalizão com Excedente).

<sup>92</sup> Fazem desta forma, pois como as variáveis procedimentais não variam ao longo do tempo, não é possível incluí-las simultaneamente às *dummies* para os países.

Os autores incluem as variáveis em etapas. Começam com a variável tipo de governo, semelhante à RS, mas com o cuidado de separar em duas categorias os governos de minoria, ou seja, que não possuem maioria no parlamento. Em seguida, incluem as variáveis que indicam a fragmentação de tamanho, ou seja, o número de partidos na coalizão e número de ministros gastadores e a ideologia. Numa terceira etapa testam as variáveis que representam a fragmentação de procedimento. Os autores concluem que o tamanho do gabinete, e em um grau menor o tamanho da coalizão – medidas de fragmentação de tamanho -, assim como a ideologia são determinantes dos resultados fiscais. O trabalho destes autores é bastante amplo, como visto, inclui diversas variáveis, mas suas conclusões são tímidas. Pode-se dizer que os autores apenas relatam os resultados obtidos, sem apresentar um esforço em sugerir explicações e principalmente, implicações de política.

Volkerink & De Haan (2001) estenderam RS e assim como Perotti e Kontopoulos (2002) procuram associar a ideologia à fragmentação. Além da fragmentação de tamanho os autores incluem outros dois aspectos: a fragmentação política, ou seja, o grau em que os partidos políticos na coalizão têm ideologias diferentes, e a posição do governo frente ao parlamento, ou seja, se o governo é forte em relação ao parlamento. Assim, os autores realizam os testes do impacto da fragmentação sobre os déficits e os resultados fiscais em três grupos. No primeiro grupo incluem as variáveis que medem a fragmentação de tamanho<sup>93</sup>. Em seguida, para testar a posição do governo frente ao parlamento, utilizam a variável número de assentos a mais que os necessários para obter maioria simples como proporção dos votos necessários que garante esta maioria. Por exemplo, se o governo possui cento e onze assentos, e cento e um já garantem a maioria simples, a medida utilizada pelos autores seria 10/101, ou seja, o governo possui dez cadeiras a mais que o necessário para garantir maioria simples. O argumento dos autores para incluir esta variável é que a influência de um determinado partido pertencente à coalizão será maior se o seu apoio é necessário para garantir a maioria, ainda que ele disponha de poucos assentos no parlamento.

---

<sup>93</sup> Para testar a fragmentação de tamanho os autores incluíram as variáveis usuais, o número efetivo de partidos na coalizão de governo e o número de ministros gastadores, e consideram também a interação destas variáveis com a taxa de crescimento econômico. O número de partidos efetivos é calculado pela fórmula  $1/(\sum p_e^2)$ , onde  $p_e$  é o percentual de cadeiras obtidas por cada partido, e foi aplicado por Laakso e Taagepera, ver a este respeito Lijphart (1990).

Com uma perspectiva ligeiramente diferente, mas semelhante, inclui o número de partidos efetivos no parlamento como uma das variáveis explicativas<sup>94</sup>, a intuição é que a força do governo depende do número de partidos existentes. Se o governo se depara com um número mais elevado de partidos de oposição, é mais difícil que estes se unam para formar uma frente de oposição ao governo<sup>95</sup>. Ainda neste grupo de variáveis incluem o índice de fragmentação política do parlamento, assim como a interação de todas as variáveis com a taxa de crescimento económico.

Finalmente, no terceiro grupo de variáveis, os autores estimam o impacto da fragmentação política e da ideologia na política fiscal. Para isto, incluem três variáveis: um índice que mede a fragmentação política do governo, a máxima distância ideológica no governo e a ideologia do governo. Para medir a fragmentação política do governo, associa a fragmentação de tamanho, ou seja, a distribuição de cadeiras, e a distância ideológica<sup>96</sup> entre eles. O argumento é que quanto maiores as diferenças ideológicas entre os partidos que participam do governo, maiores serão as dificuldades para chegar a um acordo. Inclui adicionalmente uma variável que mede a distância ideológica máxima entre dois partidos da coalizão de governo.

As variáveis que medem o impacto da fragmentação de tamanho, tanto o número efetivo de partidos, quanto o número de ministros gastadores, têm impacto sobre a

<sup>94</sup> A fragmentação de tamanho mede a fragmentação do governo e não do parlamento. Para medir a fragmentação do parlamento os autores utilizam o número de partidos efetivos.

<sup>95</sup> Um outro argumento possível é que um governo que seja constituído de vários partidos enfrente um parlamento também constituído de diversos partidos. Ou seja, a fragmentação do governo esteja associada à fragmentação da Assembléia.

<sup>96</sup> Para medir a ideologia o autor posiciona todos os partidos representados no parlamento em uma escala de um (extrema-esquerda) a dez (extrema direita). Este índice pondera a classificação ideológica pelo número de cadeiras para chegar ao índice de coloração ideológica do Parlamento e do governo. A fórmula utilizada pelos autores para medir a fragmentação política do parlamento é a seguinte:

$$\text{PFRAP (Fragmentação Política do Parlamento)} = \frac{\sum ((\text{Assentos}_i) \times (\text{ideologia}_i - \text{ICP}))^2}{\text{Total}}$$

$$\text{ICP (natureza Ideológica do Parlamento)} = \frac{\sum (\text{Assentos}_i \times \text{ideologia}_i)}{\text{Total}}$$

Onde a ideologia é classificada em grupos de uma a dez, onde um representa o partido de extrema esquerda, e dez para extrema direita. Os autores fazem o mesmo cálculo para fragmentação política do governo, considerando no lugar do número de assentos, o número de ministros de cada um dos partidos que participa do governo e incluem esta variável no grupo de variável política.

política fiscal. Os resultados obtidos pelos autores indicam que o número efetivo de partidos no governo afeta o déficit, pois aumenta os gastos. O número de ministros gastadores também afeta o resultado orçamentário. No que tange à posição do governo frente ao parlamento, todas as variáveis construídas têm o impacto esperado, mas nem todas são significativamente diferentes de zero. O número efetivo de partidos no parlamento afeta o déficit orçamentário. A fragmentação política do parlamento não afeta o déficit, pois os efeitos sobre as receitas e despesas se anulam. Se as três variáveis (que indicam a posição política do governo em relação ao parlamento) são incluídas simultaneamente, apenas a variável número efetivo de partidos no parlamento permanece significativa na equação do déficit orçamentário.

Embora seja atraente a idéia de associar a ideologia à fragmentação, acredita-se que esta associação, pretendida pelos autores através da utilização do índice de fragmentação política do governo e do parlamento, confunde mais do que esclareça. O índice de fragmentação calculado pelos autores é o mesmo se um partido de direita possui 51% dos assentos, e um partido de esquerda possui 49%, ou na exatamente situação inversa, qual seja partido de direita com 49% e partido de esquerda com 51% das cadeiras. Se o índice tem como principal objetivo medir apenas a fragmentação, realmente ele deveria apresentar o mesmo valor, uma vez que nos dois casos há apenas dois partidos, um com uma pequena maioria. Para indicar a diferença existente entre estes dois casos, o autor precisa incluir também a classificação ideológica, ou seja, a utilização desta variável não torna desnecessário incluir uma outra variável para indicar a posição ideológica do governo ou do parlamento. Além disso, pode-se repetir aqui a crítica já realizada em capítulo anterior quanto à utilização de uma variável contínua para indicar a ideologia, ao se fazer isto é estabelecido que a diferença entre um partido de esquerda e um de centro é igual à diferença entre um partido de direita e um de centro. Com a classificação ideológica variando de um a dez, sendo um o partido mais à esquerda, e dez, o mais à direita, um partido de extrema direita terá um efeito sobre a variável dependente igual a dez vezes o efeito do partido mais à esquerda.

Finalmente, é importante mencionar o trabalho de Ricciuti (2004) que faz uma análise bastante ampla dos efeitos da fragmentação política sobre a política fiscal,

com a introdução de novas medidas para esta variável. Este autor classifica e analisa três tipos de fragmentação, por ele denominadas institucional, de tamanho e controle e temporal. A fragmentação institucional é produto das “regras do jogo”, ou das instituições, mais especificamente, aquelas relacionadas à seleção do governo, tais como as regras eleitorais e a divisão dos poderes constitucionais<sup>97</sup>. Esta fragmentação tende a ser estável, pois as regras sofrem poucas modificações. A fragmentação de tamanho e controle procura identificar diferenças no número dos envolvidos no próprio processo orçamentário<sup>98</sup>. Finalmente, a fragmentação temporal procura verificar se a troca freqüente dos governantes leva a instalação de governos não comprometidos com a sustentabilidade fiscal, pois as consequências de suas ações correntes são fortemente descontadas, isto é, tem uma importância maior, têm mais peso que os resultados futuros. Para efeito deste trabalho, a fragmentação institucional não parece ajudar a explicar as diferenças entre os estados. Não há diferenças nas regras eleitorais, nem nas regras orçamentárias, as maiores diferenças institucionais se referem às regras das assembleias e dos poderes dos governadores. Não há teoria sobre como estas instituições funcionam, ou dito de outra forma, quais seriam as regras relevantes.

A fragmentação ao longo do tempo procura identificar se a política fiscal é míope<sup>99</sup>. A idéia é que governos podem prever a sua duração a partir de sua fragmentação interna e usam o orçamento para estender a sua duração ao máximo. As variáveis utilizadas, contudo, parecem adequadas para testar este efeito em governos

---

<sup>97</sup> Para medi-las este autor inclui as seguintes variáveis: o número de atores com direito a veto, o número médio de representantes eleitos por distrito eleitoral para a Câmara e o Senado (tamanho do distrito), *dummies* para indicar a existência de cláusula de barreira, se a lista é fechada ou aberta, se o sistema é presidencialista ou parlamentarista, e para indicar se a base eleitoral da câmara alta é territorialmente definida.

<sup>98</sup> Para medir a fragmentação de tamanho este autor utiliza o número de ministros gastadores, variável já utilizada por Perotti e Kontopoulos (2002) e por Volkerink e De Haan (2001), a fracionalização do governo, da oposição e do parlamento, calculados como número de partidos efetivos, inclui ainda variáveis *dummies* para indicar se os governos são divididos, ou seja, se um partido de oposição controla a câmara alta ou a câmara baixa, ou ao contrário, o partido do governo controla todas as casas.

<sup>99</sup> O autor introduz três medidas para identificar a fragmentação ao longo do tempo: uma *dummy* para indicar se o chefe do governo mudou no ano anterior (por eleição ou não), o percentual de atores de veto que saíram do governo, e uma *dummy* para indicar se o chefe do governo pode permanecer no cargo por vários termos. Inclui ainda, para controlar as mudanças que são geradas por eleições duas variáveis que indicam a ocorrência de eleições legislativas e para o executivo.

parlamentaristas, em governos presidencialistas, em que o termo ou mandato é fixo as variáveis utilizadas por Ricciuti (2004) não permitem verificar ou medir a fragmentação ao longo do tempo. O próprio autor se diz insatisfeito com as variáveis utilizadas para medir esta questão<sup>100</sup>.

Para testar a fragmentação de tamanho e controle este autor utiliza algumas variáveis que poderiam ser utilizadas no teste para os governos estaduais brasileiros. Diversos estudos se concentraram na fracionalização do parlamento e/ou do governo e utilizaram um índice para medi-lo. A contribuição do autor é reconhecer que para um governo de coalizão não é o mesmo enfrentar uma oposição de um partido ou de diversos partidos, ou seja, assim como Volkerink e De Haan (2001) estão preocupados com a posição do governo frente ao parlamento. Uma oposição formada por um número menor de partidos pode se organizar com maior facilidade para criar obstáculos às propostas do governo. Com base nesta idéia o autor inclui três variáveis para medir a fragmentação: a fragmentação da coalizão, da assembléia e da oposição<sup>101</sup>. Além destas variáveis, o autor incluiu uma variável com o percentual de assentos da Assembléia controlados pela coalizão e uma variável *dummy* para indicar que um partido político com interesse específico pertence à coalizão de governo. Inclui, ainda, uma variável *dummy* para indicar que um partido com interesse específico pertence à coalizão de governo<sup>102</sup>.

### 4.3 Resultados Empíricos para o Brasil

---

<sup>100</sup> No caso brasileiro, pode-se imaginar que os governos tenham apoio reduzido à medida que novas eleições se aproximam, e isto ocasionaria uma maior dificuldade em obter apoio na Assembléia, ou seja, governos podem deixar de ter maiorias. A única forma de introduzir esta questão, contudo, seria se dispuséssemos de informações periódicas sobre a base de apoio do governo na Assembléia, o que, contudo não está disponível.

<sup>101</sup> A fragmentação da assembléia é a variável usualmente utilizada, e no caso brasileiro já está calculada no site do Laboratório de Estudos Experimentais - LEEX - <http://www.ucam.edu.br/leex/>).

<sup>102</sup> Inclui também variáveis *dummy* para indicar se o governo possui maioria em cada uma das casas, e uma *dummy* para indicar que o partido do executivo controla todas as casas. Estas variáveis indicariam a fragmentação em governos bi-partidários como os EUA, em que a fragmentação não seria refletida no índice de fragmentação.

Entre os trabalhos já realizados para os governos estaduais brasileiros, e que em alguma medida incluem o impacto da variável fragmentação sobre variáveis fiscais, pode-se mencionar Simpson (2000), Batista e Simpson (2001), Botelho (2001), Teixeira (2001) e Cossio (2002).

Simpson (2000) utilizou o número efetivo de partidos como indicador da fragmentação e verificou empiricamente que a fragmentação tem impacto sobre o balanço primário e, além disso, obteve como resultado, que uma função quadrática representa esta relação de forma mais adequada. Ou seja, o impacto máximo desta variável sobre o balanço primário se dá em níveis intermediários do número efetivo de partidos. Em seu trabalho seguinte, em conjunto com Batista (Batista e Simpson, 2001) novamente o número efetivo de partidos foi utilizado como indicador da fragmentação, mas a forma quadrática foi abandonada. Com dados para os estados no período 1987-1997, as autoras confirmam a hipótese de que quanto maior a fragmentação partidária, menor o balanço primário e maior o gasto social, isto é, a soma dos gastos com saúde e educação.

Cossio (2002) apresenta resultados significativos de que a fragmentação da assembleia provoca uma expansão dos gastos, utilizando o número de partidos efetivos. Teixeira (2001) também verifica algum impacto do índice de fragmentação partidária sobre as despesas totais, mas este efeito deixa de ser significativo quando são incluídas as variáveis *dummy* eleitorais. A autora também verifica que os gastos sociais<sup>103</sup> são afetados pela fragmentação, isto é, quanto maior a fragmentação, mais elevados são os gastos sociais. Assim como Cossio (2002) para medir a fragmentação partidária a autora utiliza o número de partidos efetivos.

Bittencourt (2002) em seu estudo do impacto dos ciclos eleitorais sobre variáveis fiscais estaduais não mede fragmentação, mas inclui uma variável *dummy* para indicar governos que possuem maioria legislativa. Esta variável não é relevante para explicar o tamanho do estado, nem os resultados orçamentários, mas é significativa

---

<sup>103</sup> A autora agrupou como despesas sociais os gastos com educação e cultura, habitação e urbanismo, saúde e saneamento, trabalho e assistência e previdência.



quando itens de despesa são analisados isoladamente. O impacto é positivo sobre pessoal e encargos e educação e cultura, e negativo sobre desenvolvimento regional e trabalho, mas não há nenhuma explicação sobre o resultado obtido.

Botelho (2001) testa o impacto do número de partidos efetivos e do índice de fracionalização<sup>104</sup> sobre as posturas fiscais dos estados brasileiros, e confirma a significância apenas do último. O índice de fracionalização é fortemente correlacionado ao número de partidos efetivos, portanto, o resultado obtido por Botelho (2001) não surpreende. O autor não oferece explicações sobre o seu achado.

De modo geral, portanto, pode-se dizer que os autores que realizaram estudos para o Brasil apresentaram evidências de impacto da fragmentação sobre resultados fiscais, em especial sobre os gastos e sobre alguns tipos de gastos, mas que estes resultados não são acompanhados de nenhum tipo de explicação teórica que fundamente os achados.

Para medir a fragmentação todos os autores mencionados anteriormente utilizaram o número efetivo de partidos, sugerido por Laakso e Teegapera (1979). Botelho (2001) inclui adicionalmente o índice de fracionalização denominado Índice de Rae, calculado pela fórmula  $1 - (\sum p_e^2)$ , onde  $p_e$  é o percentual de cadeiras ocupadas por cada um dos partidos no parlamento. Lijphart (1990), embora afirme que o índice de Índice de Rae e o número efetivo de partidos apresentam a mesma informação, defende a utilização do segundo, pois acredita que o seu significado seja mais direto e, portanto, facilmente compreendido. Quando o número de partidos efetivos é próximo de dois, isto significa que existem dois grandes partidos que são as principais forças no parlamento, quando o número é três, isto significa que existem três partidos fortes, e quando existem dois partidos fortes, e um mais fraco, o índice será próximo de 2.5. O índice de Rae, por sua vez, indica qual a probabilidade que dois parlamentares, tomados ao acaso, pertençam a partidos diferentes e pode ser facilmente convertido no número de partidos efetivos. Por outro lado, o índice de

---

<sup>104</sup> A fracionalização é dada pelo Índice de Rae, que indica a probabilidade de que dois parlamentares tomados ao acaso, pertençam a partidos diferentes, e é dado pela fórmula  $1 - (\sum p_e^2)$ , onde  $p_e$  é o percentual de cadeiras ocupadas por cada um dos partidos. Ver Lijphart (1990).

fracionalização é utilizado usualmente para medir não apenas a fragmentação política, mas outros tipos como étnica, religiosa e de línguas, ver, por exemplo, Alesina et al (2003). Como os trabalhos já realizados para o Brasil todos utilizam o número efetivo de partidos, optou-se por utilizar este indicador.

#### 4.4 Variáveis e Metodologia

Os dados fiscais e as variáveis de controle são os mesmos utilizados nos capítulos anteriores, logo o objetivo principal desta seção é discutir a medida de fragmentação que será utilizada. Trabalhos realizados nesta área, e já mencionados anteriormente, como Perotti e Kontopoulos<sup>105</sup> (1998) e Volkerink e De Haan<sup>106</sup> (2001) utilizaram o índice de número efetivo de partidos<sup>107</sup> aplicado ao governo como a medida de fragmentação.

Ricciutti (2004) mede a fragmentação pelo número efetivo de partidos aplicado ao parlamento, à coalizão de governo e à oposição. A idéia, já mencionada, é que a fragmentação do governo isoladamente não consegue espelhar adequadamente a dispersão de poder e, portanto, as dificuldades em se negociar na assembléia. Um governo pouco fragmentado que enfrente uma oposição muito fragmentada provavelmente terá mais facilidade em aprovar a sua vontade na Assembléia.

Os trabalhos voltados para o Brasil, apresentados na seção anterior utilizam o número efetivo de partidos na Assembléia como medida para fragmentação de

---

<sup>105</sup> Perotti e Kontopoulos (1998) testam dois tipos de fragmentação: a de tamanho que mede a dispersão do poder e a de procedimentos que está relacionada às regras para aprovar e implantar os orçamentos. Como medida da fragmentação de tamanho este autor usa duas medidas: o número de partidos efetivos e o número de ministros gastadores.

<sup>106</sup> Para Volkerink e De Haan (2001) o número efetivo de partidos é utilizado como uma das medidas que buscam espelhar as dificuldades que um governo enfrenta no parlamento. Para estes autores quanto maior este índice, mais fácil será para o governo implementar a sua agenda, uma vez que é mais difícil para a oposição se organizar.

<sup>107</sup> Este índice é dado pela igualdade  $1/(\sum pe^2)$ , onde  $pe$  = percentual de cadeiras ocupadas por cada partido. Este índice para as Assembléias está disponível no site do Laboratório de Estudos Experimentais - LEEX - <http://www.ucam.edu.br/leex/>.

poder, e que aumentam a dificuldade em estabelecer acordos e, mais diretamente no que estamos interessados, realizar ajustes fiscais. Neste trabalho, entretanto, optou-se por incluir como variável indicativa da fragmentação política o número efetivo de partidos na coalizão eleitoral. A idéia é que a fragmentação entre os membros da coalizão, que são aqueles que governam, é que torna difícil a realização de um ajuste fiscal, ou mesmo de uma política fiscal equilibrada. Com base em Ricciutti (2004) foram calculados, adicionalmente, o número efetivo de partidos para a Assembléia e da oposição.

Para estimar o impacto da fragmentação sobre os resultados primários dos governos estaduais brasileiros foi incluída uma variável *dummy* que indica se o governo possui maioria na Assembléia. Esta variável assume o valor um quando a coalizão do governo é majoritária, de modo que o impacto total da fragmentação deverá ser dado pela interação entre estas duas medidas de fragmentação.<sup>108</sup> Se governos minoritários são mais propensos a déficits, a justificativa para a inclusão desta variável parece clara.

Outra variável que se poderia pensar em construir seria uma medida de fragmentação do governo, a partir do número de secretarias distribuídas a cada um dos partidos que participam da coalizão. Seria semelhante à variável número de ministros gastadores, utilizada nos trabalhos mais recentes como Perotti e Kontopoulos (2002), Volkerink e De Haan (2001) e Ricciutti (2004), que incluem a fragmentação do governo como uma das medidas da fragmentação de tamanho. Pereira (2004) aponta tanto a dificuldade em identificar a origem dos secretários estaduais, como conclui que a distribuição de cargos no primeiro escalão estadual não é o principal instrumento utilizado pelos governadores para a obtenção de apoio político na Assembléia<sup>109</sup>. Segundo este autor os governadores distribuem os cargos

---

<sup>108</sup> A idéia é que um governo (de coalizão) que enfrenta apenas um partido de oposição é diferente de um governo que enfrenta diversos partidos de oposição. No primeiro caso, a oposição tende a ser mais forte. Ao mesmo tempo, se a coalizão de governo é formada por um número elevado de partidos ela tende a sofrer mais oposição. O efeito final dependerá também do percentual de cadeiras na Assembléia controlado pela coalizão de governo. A idéia é que uma coalizão formada por cinco partidos que controla 80% da Assembléia pode ter uma capacidade diferente de promover um ajuste fiscal do que uma coalizão formada por dois partidos que controla 55% da Assembléia.

<sup>109</sup> O autor tinha como objetivo identificar a origem de todos os secretários estaduais que assumiram seus cargos no início dos governos eleitos em 1990, 1994 e 1998, em todos os estados da federação. A partir de informações publicadas na imprensa e também divulgadas por documentos oficiais, foi

de primeiro escalão a membros do próprio partido e de partidos aliados de primeira hora. A fragmentação do governo, neste caso, tenderia a ser semelhante à da coalizão eleitoral.

É importante mencionar um limite dos índices de fragmentação calculados. Estes índices foram calculados com base no resultado eleitoral e, portanto, vigoram durante quatro anos, ou seja, todo o período do governo. Não se consideram, portanto, nem ampliações nem possíveis reduções na base de apoio do governo na assembleia. Assim, é possível que a fragmentação tenha variado ao longo do período de governo, o que não será captado pelo índice.

<b>Tabela 4.1</b>	
Variáveis Indicativas da Fragmentação	Impacto esperado sobre as variáveis fiscais
Fragmentação da Assembleia – Número efetivo de partidos da Assembleia	Espera-se um efeito negativo sobre os resultados primários. Este efeito negativo sobre os déficits deve ser fruto de um aumento dos gastos, isto é, os gastos devem aumentar quando a fragmentação aumenta. Embora não haja um comportamento esperado da receita, imagina-se que ela deva permanecer constante, e que seja mais difícil aumentá-la em governos mais fragmentados. Sobre a composição dos gastos, imagina-se que a fragmentação deva provocar uma piora em termos alocativos.
Fragmentação da Coalizão – Número efetivo de partidos da Coalizão	Espera-se um efeito negativo sobre os resultados primários, e um impacto positivo sobre os gastos, isto é, os gastos devem aumentar quando a fragmentação aumenta. Não há um impacto esperado sobre a receita. Sobre a composição dos gastos, imagina-se que a fragmentação deva provocar uma piora em termos alocativos.
Fragmentação da Oposição – Número efetivo de partidos da Oposição	A fragmentação da oposição deveria facilitar a ação do governo, e, portanto, ter impacto contrário à fragmentação da Assembleia ou do Governo, e promover resultados fiscais melhores. Gastos menores deveriam ser acompanhados de receitas também mais elevadas, e a composição dos gastos deveria refletir as preferências (ou agenda) do governo, e políticas caracterizadas como distributivas deveriam ser reduzidas.
<i>Dummy</i> para indicar se o governo possui maioria legislativa, como resultado das eleições, e não de negociações posteriores.	Esta variável deve ter um impacto positivo sobre os resultados fiscais, de forma geral, deve-se esperar resultados fiscais melhores, e redução dos itens de despesas que podem ser mais

possível identificar a origem de todos os secretários para apenas treze (13) estados para os três anos. É esperado que tenham ocorrido mudanças no secretariado dos estados ao longo dos governos que provavelmente são ainda mais difíceis de serem identificadas.

caracterizados como distributivos.
------------------------------------

Os índices de fragmentação calculados serão inseridos nas equações da seguinte forma: em primeiro lugar o índice de fragmentação da coalizão e a *dummy* para indicar governos que possuem maioria, numa segunda etapa, além destas variáveis testa-se a interação entre as mesmas, e a fragmentação da oposição. Com o objetivo de testar se mudanças ocorridas no ambiente econômico como o Plano Real, a renegociação das dívidas estaduais do final da década de 1990 e a Lei de Responsabilidade Fiscal serão incluídas as interações entre as variáveis categóricas que indicam estes eventos e o número efetivo de partidos da coalizão.

Assim, para verificar o impacto da fragmentação, seguindo os trabalhos mencionados anteriormente, pretende-se estimar a seguinte equação:

$$Y_{i,t} = \mu Y_{i,t-1} + \theta W_{i,t} + \sigma \text{DUMREAL} + \rho \text{MAJOR} + \beta \text{NEPC} + \xi_i + \omega_t + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

Onde  $Y_t$  são as variáveis fiscais, no caso, receita, despesa e resultado primários, gastos em investimento, sociais, infra-estrutura e com pessoal,  $\theta W$  é a matriz com as variáveis econômicas de controle,  $\xi_i$  e  $\omega_t$ , os efeitos fixos por estado e por ano, respectivamente, e  $\varepsilon_{i,t}$  o termo de erro. MAJORIT é a variável *dummy* assume valor igual a um quando os governos possuem maioria na Assembléia, e NEPC é o índice de fragmentação da coalizão eleitoral, cuja fórmula de cálculo já foi mencionada anteriormente. Adicionalmente pretende-se testar uma forma alternativa, em que são incluídas não apenas a fragmentação da assembléia, mas também da coalizão pré-eleitoral e da oposição, representada pela equação (2) a seguir:

$$Y_{i,t} = \mu Y_{i,t-1} + \theta W_{i,t} + \sigma \text{DUMREAL} + \rho \text{MAJOR} + \beta \text{NEPC} + \mu \text{NEPO} + \xi_i + \omega_t + \varepsilon_{i,t} \quad (2)$$

Além das variáveis comuns com a equação (1), a equação (2) inclui a variável NEPO, que é o índice de fragmentação da oposição.

Assim como efetuado para as variáveis ideológicas no capítulo anterior, as variáveis de fragmentação foram defasadas em um período. A justificativa para adotar este procedimento é que o orçamento é discutido e aprovado no ano anterior à entrada em vigor, e, portanto, foi resultado de negociações realizadas neste período. Assim, um novo governo eleito em 1998, tomará posse em janeiro de 1999, mas só aprovará seu próprio orçamento no final do ano, e somente influenciará os resultados fiscais de 2000.

Assim como nos capítulos anteriores, os dados fiscais e os índices de fragmentação calculados formaram um conjunto de dados *cross-section* temporais<sup>110</sup>, no qual cada estado a cada ano constitui uma observação diferente. A estimação de regressões com conjunto de dados deste tipo viola algumas hipóteses do modelo de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Em primeiro lugar a estrutura temporal pode gerar correlação entre os erros, violando a hipótese de que os erros são independentes. Além disso, é possível que a variância dos erros seja diferente para cada painel, no caso, estado.

Para lidar com os problemas mencionados, as equações foram estimadas com a técnica de erros-padrão corrigidos por painel<sup>111</sup> (PCSE) conforme sugerido por Beck e Katz (1995) e Beck (2001), que indicam, adicionalmente, a inclusão da variável dependente defasada para correção dos erros serialmente correlacionados. A inclusão da variável dependente defasada, entretanto, como apontado por Achen (2000) pode falsamente reduzir a importância das variáveis independentes, e este efeito deve ser mais pronunciado na medida em que estas apresentem valores estáveis, ou seja, pouca variação, ao longo do tempo. Para comparar com estes resultados estimou-se a mesma equação por Prais-Winsten, em que os erros-padrão são corrigidos por um processo autoregressivo de primeira ordem comum para todos os estados, que será apresentado no Apêndice, com o objetivo de testar a robustez dos resultados.

---

<sup>110</sup> Um conjunto de dados deste tipo é usualmente denominado painel, ou dados longitudinais, entretanto Beck (2001,2004) diferencia painel de *cross-section* temporais, o primeiro pressupõe que os dados se refiram a uma amostra a partir da qual se deseja inferir comportamentos da população, e o segundo se refere a conjunto de dados em que toda a população está incluída.

<sup>111</sup> Em inglês, *Panel Corrected Standard Errors* (PCSE).

Conforme sugerido por Wooldridge (2002) e Greene (2000) foram incluídos efeitos fixos para os estados, pois a análise inclui o universo dos estados brasileiros e não uma amostra. Além disso, parecia provável que o efeito não observado \_ características específicas de cada estado não observáveis \_ esteja correlacionado com as variáveis explicativas, reforçando a escolha do método de efeitos fixos<sup>112</sup>. Adicionalmente foram incluídos efeitos fixos para os anos, que procuram capturar efeitos que atingiram todos os estados a cada um dos anos. Os efeitos fixos para anos têm como principal objetivo excluir das estimativas resultados que se devem a choques que atingiram todos os estados em um determinado ano.

<b>Tabela 4.2</b>	
Nome da Variável	Descrição
Despes	Despesa com pessoal com proporção do PIB estadual
Despif	Despesas com infra-estrutura (soma dos gastos com energia, transporte, comunicações e indústria, comércio e serviços) como proporção do PIB
Despri	Despesa Primária como proporção do PIB estadual
Despsa	Despesas sociais (soma dos gastos com educação, cultura, saúde, saneamento e habitação) como proporção do PIB
Elec	<i>Dummy</i> para o ano eleitoral. Assume o valor 1 (um) nos anos eleitorais, 0 (zero) nos demais anos
Nepa	Fragmentação da Assembléia medida pelo índice de Rae
Nepc	Fragmentação da Coalizão de Governo pré-eleitoral medida pelo índice de Rae
Nepo	Fragmentação da Oposição medida pelo índice de Rae
Invest	Investimento como proporção do PIB estadual
Lnpihpc	Logaritmo do PIB per capita constante (a preços de 1995)
Major	<i>Dummy</i> para indicar que a coalizão (pré-eleitoral) que disputou o governo possui maioria na Assembléia
Recpr	Receita Primária como proporção do PIB estadual
Respri	Resultado Primário (Receita Primária – Despesa Primária) como proporção do PIB estadual
Transf	Transferências do governo federal como proporção da receita total de cada estado
Varpih	Variação anual do PIB estadual

## 4.5 Resultados Empíricos

<sup>112</sup> O método de efeitos aleatórios supõe que o efeito não-observado é não correlacionado às variáveis explicativas.

Nas próximas subseções serão apresentados os resultados empíricos do impacto da fragmentação da coalizão sobre as variáveis fiscais. Nas três primeiras subseções foram estimados os impactos sobre os resultados, despesas e receita primários. Em seguida, foram avaliados o investimento, os gastos sociais, com infraestrutura e com salários e encargos.

#### 4.5.1 Fragmentação e Variáveis Fiscais

##### 4.5.1.1 Fragmentação e Resultados Primários

Os resultados das equações com estimativas do impacto da variável fragmentação sobre o Resultado primário são apresentados na Tabela 4.5.1. A *dummy* pra indicar governos majoritários que foi incluída em todas as equações, assim como o indicador da fragmentação da coalizão (*nepc*), a fragmentação da oposição foi incluída apenas na equação (6).

**Tabela 4.3 Fragmentação e Resultado Primário**

	(1) respri	(2) respri	(3) respri	(4) respri
L.respri	0.243** (0.113)	0.240** (0.113)	0.238** (0.114)	0.237** (0.114)
transf	-0.075** (0.032)	-0.070** (0.031)	-0.069** (0.032)	-0.066** (0.032)
lnpibpc	0.022 (0.019)	0.017 (0.018)	0.023 (0.019)	0.018 (0.019)
varpib	-0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
elec	-0.028*** (0.002)	-0.030*** (0.002)	-0.029*** (0.002)	-0.031*** (0.002)
dmreal	0.017*** (0.006)	0.019*** (0.006)	0.022*** (0.006)	0.023*** (0.006)
L.major	0.002 (0.004)	-0.005 (0.006)	0.002 (0.004)	-0.004 (0.006)
L.nepc	0.000 (0.001)	-0.002 (0.002)	0.001 (0.001)	-0.002 (0.002)
L.majoritnepc		0.003 (0.002)		0.003 (0.002)



chqreal			-0.002 (0.002)	-0.002 (0.002)
Constante	-0.129 (0.142)	-0.086 (0.136)	-0.139 (0.146)	-0.099 (0.141)
Observações	403	403	401	401
Estados	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses * significativo a 10%; ** significativo a 5%; *** significativo a 1%				

O único impacto significativo observado foi da interação entre o número efetivo de partidos e a dummy que indica o período seguinte à renegociação das dívidas estaduais. Ou seja, a partir de 1998, quanto maior a coalizão eleitoral, menor o resultado primário obtido. Interessante notar que a interação do número efetivo de partidos da coalizão com a dummy que indica o período após a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal apresenta o mesmo coeficiente, porém não é significativo. Há indícios, portanto, que num período mais recente, um número mais elevado de partidos na coalizão provoque uma redução do resultado primário.

#### 4.5.1.2 Fragmentação e Despesa Primária

As estimativas relativas ao impacto da fragmentação sobre as despesas primárias foram incluídas na Tabela 4.5.2. Cossio (2002) obtém um impacto significativo e positivo para a fragmentação utilizando a mesma variável dependente (despesa primária), mas o número efetivo de partidos da Assembléia.

De acordo com as estimativas realizadas, as variáveis que indicam governos majoritários, o número de partidos na coalizão e a interação entre elas são significativas quando incluídas ao mesmo tempo, como pode ser verificado na equação (2). Uma coalizão que possui maioria na Assembléia vai aumentar os gastos primários, mas quanto mais partidos fizerem parte desta coalizão menor deverá ser este aumento. O resultado contradiz a idéia de que quanto mais partidos fazem parte da coalizão para agradar a todos, e reduzir os pontos de veto, aumenta-

se o gasto. Ao contrário, governos majoritários aumentam o gasto, mas quando a coalizão é formada por muitos partidos, nota-se um efeito moderador.

Nota-se ainda que após o Plano Real, a Renegociação das dívidas e a Lei de Responsabilidade Fiscal, o número efetivo de partidos da coalizão eleitoral passa a ter um impacto positivo e significativo sobre os gastos primários. A partir de 1994, portanto, quanto maior a coalizão eleitoral, mais elevada é a despesa primária.

**Tabela 4.4 – Impacto da Fragmentação sobre a Despesa Primária**

	(1) despri	(2) despri	(3) despri	(4) despri
L.despri	0.418*** (0.093)	0.413*** (0.093)	0.403*** (0.093)	0.401*** (0.093)
transf	0.033 (0.040)	0.023 (0.039)	0.018 (0.040)	0.012 (0.039)
lnpibpc	-0.030 (0.020)	-0.018 (0.019)	-0.032 (0.021)	-0.022 (0.019)
varpib	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.001)	-0.000 (0.000)
dmreal	0.048*** (0.008)	0.045*** (0.007)	0.034*** (0.009)	0.034*** (0.009)
elec	-0.005 (0.005)	-0.002 (0.004)	-0.003 (0.005)	-0.001 (0.004)
L.major	0.005 (0.004)	0.019*** (0.006)	0.005 (0.004)	0.016*** (0.006)
L.nepc	0.000 (0.002)	0.006*** (0.002)	-0.001 (0.002)	0.004* (0.003)
L.majoritnepc		-0.008*** (0.002)		-0.006*** (0.002)
chqreal			0.006*** (0.002)	0.005** (0.002)
Constante	0.419** (0.167)	0.324** (0.156)	0.450*** (0.171)	0.367** (0.160)
Observações	403	403	401	401
Estados	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses				
* significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%				

#### 4.5.1.3 Receita e Fragmentação

As estimativas das equações que relacionam a receita primária à fragmentação são apresentadas na Tabela 4.5.3. O mais importante resultado que esta tabela apresenta é que a *dummy* para indicar governos majoritários possui um efeito

positivo e significativo sobre a receita, isto é, governos majoritários tendem a apresentar receitas primárias superiores. Este resultado sugere que quando o executivo tem maioria na assembléia, ele procura aumentar as receitas.

O número efetivo de partidos na assembléia apresenta impacto quase nulo e não significativo sobre a receita, com exceção da equação (2) em que é incluída também a interação entre o número efetivo de partidos da coalizão e a variável dummy para coalizões majoritárias. Neste caso, mais partidos na coalizão, menor o impacto sobre as receitas.

**Tabela 4.5 – Impacto da Fragmentação sobre a Receita Primária**

	(1) recpr	(2) recpr	(3) recpr	(4) recpr
L.recpr	0.505*** (0.091)	0.503*** (0.091)	0.494*** (0.090)	0.495*** (0.089)
transf	-0.021 (0.024)	-0.027 (0.024)	-0.032 (0.025)	-0.035 (0.025)
lnpibpc	-0.015 (0.012)	-0.008 (0.012)	-0.015 (0.012)	-0.010 (0.012)
varpib	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
elec	-0.027*** (0.005)	-0.025*** (0.005)	-0.026*** (0.005)	-0.024*** (0.005)
dmreal	0.056*** (0.006)	0.054*** (0.006)	0.047*** (0.007)	0.047*** (0.007)
L.major	0.006*** (0.002)	0.014*** (0.005)	0.006*** (0.002)	0.013*** (0.005)
L.nepc	0.000 (0.001)	0.004* (0.002)	-0.000 (0.001)	0.003 (0.002)
L.majoritnepc		-0.005** (0.002)		-0.004 (0.002)
chqreal			0.004** (0.002)	0.003** (0.002)
Constante	0.298*** (0.101)	0.240** (0.100)	0.315*** (0.101)	0.267*** (0.102)
Observações	403	403	401	401
Estados	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses * significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%				

O número efetivo de partidos na oposição não tem impacto algum sobre as receitas. Entre as dummies que têm como objetivo verificar possíveis modificações no comportamento das receitas primárias, apenas o Plano Real é significativo. Ou seja, após o Plano Real, quanto mais partidos fazem parte da coalizão, maior a receita primária. A Lei de Responsabilidade Fiscal e a renegociação das dívidas não modificam o efeito no número efetivo de partidos.

#### 4.5.2 O Impacto da Fragmentação sobre a Composição dos Gastos

Finalmente, procurou-se verificar se a fragmentação tem impacto sobre algum dos seguintes tipos de gastos: sociais, com infra-estrutura, com investimento e com pessoal. Os resultados serão apresentados nas subseções a seguir.

##### 4.5.2.1 Fragmentação e Gastos Sociais

Não se verifica a partir das equações estimadas nenhuma relação entre a fragmentação da coalizão de governo, medida pelo número efetivo de partidos e as despesas sociais. Governos majoritários também não se diferenciam de governos que não possuem maiorias na Assembléia. Este resultado está em desacordo com o obtido por Batista e Simpson (2001), que verificam uma relação positiva entre fragmentação e despesas sociais.

**Tabela 4.6 - Fragmentação e Gastos Sociais**

	(1) despso	(2) despso	(3) despso	(4) despso
L.despso	0.386*** (0.081)	0.388*** (0.081)	0.382*** (0.081)	0.385*** (0.081)
transf	0.077 (0.047)	0.086* (0.047)	0.083* (0.046)	0.088* (0.046)
lnpibpc	-0.006 (0.025)	-0.018 (0.027)	-0.002 (0.024)	-0.013 (0.026)
varpib	-0.001 (0.001)	-0.001 (0.001)	-0.001 (0.001)	-0.001 (0.001)
elec	-0.020*** (0.004)	-0.024*** (0.005)	-0.032*** (0.011)	-0.031*** (0.011)
dmreal	0.006 (0.010)	0.010 (0.010)	0.016 (0.013)	0.015 (0.013)
L.major	-0.003 (0.006)	-0.017 (0.012)	-0.003 (0.006)	-0.014 (0.013)
L.nepc	0.002 (0.002)	-0.004 (0.004)	0.003 (0.002)	-0.002 (0.004)
L.majornepc		0.007 (0.005)		0.006 (0.005)
L.chqreal			-0.005 (0.004)	-0.003 (0.004)

Constant	0.224 (0.190)	0.316 (0.204)	0.188 (0.176)	0.273 (0.190)
Observations	403	403	403	403
Number of estado	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses * significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%				

As variáveis que indicam modificações que poderiam ter tido impacto adicional sobre os gastos sociais, tais como o Plano Real, a renegociação das dívidas estaduais e a Lei de Responsabilidade Fiscal, foram incluídas associadas ao número efetivo de partidos. Os impactos da interação entre estas variáveis apresentados nas equações (3), (4) e (5) também não são significativos. Conclui-se, portanto, que estes três eventos mencionados anteriormente não modificam o impacto do número efetivo de partidos da coalizão sobre os gastos sociais.

#### 4.5.2.3 Fragmentação e Investimento

No que diz respeito ao investimento, observa-se indícios de existência de uma relação positiva e significativa entre o número efetivo de partidos da coalizão de governo e o volume de investimentos realizados pelos governos estaduais.

**Tabela 4.7 Fragmentação e Investimento**

	(1) invest	(2) invest	(3) invest	(4) invest
L.invest	0.373*** (0.132)	0.373*** (0.132)	0.373*** (0.131)	0.373*** (0.132)
transf	-0.029 (0.021)	-0.033 (0.021)	-0.030 (0.021)	-0.033 (0.022)
lnpibpc	0.011 (0.012)	0.017 (0.012)	0.010 (0.012)	0.016 (0.011)
varpib	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
elec	-0.006*** (0.002)	-0.005*** (0.002)	-0.003 (0.004)	-0.004 (0.004)
dmreal	0.003 (0.006)	0.002 (0.006)	0.001 (0.007)	0.001 (0.007)
L.major	-0.001 (0.003)	0.005 (0.004)	-0.001 (0.003)	0.004 (0.004)
L.nepc	0.002** (0.001)	0.004** (0.002)	0.001 (0.001)	0.004** (0.002)
L.majornepc		-0.003** (0.002)		-0.003** (0.002)

L.chqreal			0.001 (0.002)	0.000 (0.002)
Constant	-0.039 (0.090)	-0.081 (0.087)	-0.030 (0.089)	-0.076 (0.085)
Observations	403	403	403	403
Number of estado	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses * significante a 10%; ** significante a 5%; *** significante a 1%				

Quando a coalizão de governo é fragmentada, mas possui maioria na assembléia este resultado é reduzido, conforme sugerido pela interação entre a variável categórica que indica maioria na Assembléia e o número efetivo de partidos, expresso na equação (2).

Os resultados relativos às variáveis introduzidas com objetivo de verificar modificações ao longo do tempo do impacto do número efetivo de partidos - representados pela interação entre as dummies para o Plano Real, a renegociação das dívidas estaduais e a Lei de Responsabilidade Fiscal ao número efetivo de partidos – foram incluídos nas equações (3), (4) e (5), e também não são significativos. Conclui-se, portanto, que estes três eventos mencionados anteriormente não modificam o impacto do número efetivo de partidos da coalizão sobre os investimentos.

#### 4.5.2.3 Fragmentação e Despesas com Infra-Estrutura

A fragmentação não tem qualquer impacto sobre as despesas de infra-estrutura, nem a variável categórica que indica governos que possuem maioria na Assembléia. As variáveis que indicam os possíveis choques, e que poderiam gerar alguma variação no impacto do número de partidos da coalizão sobre as despesas com infra-estrutura não possuem efeito algum.

**Tabela 4.8 Fragmentação e Infra-Estrutura**

	(1)	(2)	(3)	(4)
--	-----	-----	-----	-----

	despif	despif	despif	despif
L.despif	0.089 (0.106)	0.093 (0.105)	0.097 (0.106)	0.098 (0.106)
transf	-0.121 (0.079)	-0.129* (0.078)	-0.129* (0.077)	-0.132* (0.077)
lnpibpc	-0.050 (0.044)	-0.040 (0.047)	-0.055 (0.040)	-0.048 (0.044)
varpib	0.001 (0.001)	0.001 (0.001)	0.001 (0.001)	0.001 (0.001)
elec	0.030*** (0.007)	0.032*** (0.008)	0.045*** (0.016)	0.044*** (0.016)
dmreal	-0.054*** (0.013)	-0.056*** (0.014)	-0.066*** (0.018)	-0.066*** (0.018)
L.major	0.001 (0.007)	0.011 (0.013)	0.001 (0.007)	0.007 (0.013)
L.nepc	0.005 (0.003)	0.009 (0.006)	0.003 (0.003)	0.006 (0.007)
L.majornepc		-0.006 (0.006)		-0.003 (0.007)
L.chqreal			0.007 (0.006)	0.006 (0.006)
Constant	0.595* (0.338)	0.517 (0.363)	0.639** (0.309)	0.587* (0.338)
Observações	403	403	403	403
Estados	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses				
* significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%				

#### 4.5.2.4 Fragmentação e Gastos com Pessoal

Para os gastos com pessoal verifica-se que a fragmentação medida apenas por meio da inclusão na variável número efetivo de partidos e da variável categórica que indica governos que possuem maioria na Assembléia Legislativa, conforme resultado da equação (1) não possui impacto algum sobre as despesas com pessoal.

Entretanto, quando é incluído o termo de interação entre estas duas variáveis (equação 2), obtém-se um impacto negativo e significativo, e a variável para governos majoritários adquire significância. O efeito total vai depender do número efetivo de partidos: quanto maior o número de partidos, menor o aumento de gastos com pessoal.

A partir do Plano Real e da renegociação das dívidas estaduais observa-se que o número de partidos da coalizão passa a ter um impacto positivo sobre as despesas de pessoal, ou seja, os gastos com pessoal aumentam à medida que o número de partidos da coalizão aumenta.

**Tabela 4.9 Fragmentação e Gastos com Pessoal**

	(1) despes	(2) despes	(3) despes	(4) despes
L.despes	0.451*** (0.110)	0.451*** (0.110)	0.445*** (0.111)	0.447*** (0.111)
transf	0.058*** (0.022)	0.054** (0.022)	0.056** (0.022)	0.053** (0.021)
lnpibpc	-0.026* (0.013)	-0.021 (0.014)	-0.028** (0.014)	-0.023 (0.014)
varpib	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
elec	-0.001 (0.004)	0.001 (0.004)	0.004 (0.004)	0.003 (0.004)
dmreal	0.015*** (0.005)	0.013*** (0.005)	0.010* (0.006)	0.011* (0.006)
L.major	0.003 (0.002)	0.009** (0.004)	0.003 (0.002)	0.008** (0.004)
L.nepc	-0.001 (0.001)	0.002 (0.002)	-0.001 (0.001)	0.001 (0.002)
L.majornepc		-0.003** (0.001)		-0.003** (0.001)
L.chqreal			0.002* (0.001)	0.001 (0.001)
Constant	0.259** (0.113)	0.214* (0.115)	0.278** (0.116)	0.233* (0.119)
Observations	403	403	403	403
Number of estado	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses * significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%				

## 4.6 Resumo dos Resultados

A fragmentação somente passa a ter impacto sobre o resultado primário a partir do processo de renegociação das dívidas estaduais finalizado em 1997. Isto é, a partir de 1998, quanto mais partidos pertencem à coalizão eleitoral, menores os resultados fiscais apresentados.

Verificam-se também indícios de que a fragmentação possui um impacto positivo sobre os gastos primários. Embora as variáveis só se tornem significativas quando é incluído o termo de interação entre o número efetivo de partidos e a variável



majoritária. Neste caso, observa-se em governos majoritários uma elevação dos gastos, mas que é reduzido quanto maior o número de partidos pertencentes à coalizão eleitoral. Nota-se, adicionalmente que após o Plano Real, a renegociação das dívidas estaduais e a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto maior o número de partidos da coalizão, mais elevados são os gastos.

Finalmente, observa-se um efeito significativo dos governos majoritários sobre as receitas primárias. E após o plano real, o número de partidos efetivos também tem um impacto positivo e significativo, quanto maior o número de partidos pertencentes à coalizão, mais elevadas são as receitas primárias.

Com base nos resultados apresentados, pode-se concluir que sempre que as coalizões eleitorais possuem maioria nas assembleias, aumentam suas receitas primárias. A fragmentação, portanto, parece ter efeito sobre os resultados fiscais mais pela dificuldade em aumentar as receitas.

Sobre os tipos de gasto, nota-se um impacto positivo da fragmentação sobre os investimentos e as despesas de pessoal, sendo o primeiro mais significativo. Para os investimentos, verifica-se uma relação direta entre as variáveis, quanto maior a fragmentação, mais elevados os investimentos. Este resultado pode significar, portanto, que investimentos sejam moedas de troca importantes, e que, em coalizões mais fragmentadas, em que as negociações entre seus membros sejam mais difíceis o investimento tenda a ampliar-se. Supõe-se que coalizões frágeis, que são sujeitas a renegociações freqüentes e baseadas em inúmeros interesses, tendem a gerar políticas clientelistas e distribuir recursos de forma atomizada. Os gastos com investimento podem incluir recursos destinados a políticas distributivas, mas não é possível dizer que isto ocorre a partir da análise do investimento agregado, seria necessário uma avaliação mais profunda sobre os investimentos.

Sobre as despesas com pessoal, há resultados significativos apenas quando se inclui a interação entre o número de partidos da coalizão com a variável que indica governos majoritários. Verifica-se também uma modificação do impacto do número efetivo de partidos da coalizão que passa a ser significativo após o Plano Real e a renegociação das dívidas estaduais.





## APÊNDICE U – Equações Prais-Winsten para fragmentação e variáveis fiscais

**Tabela A.4.5.1.2 Equações Prais-Winsten para Fragmentação e Variáveis Fiscais**

	(1) recpr	(2) despri	(3) respri
transf	-0.027 (0.027)	0.048 (0.044)	-0.081** (0.035)
lnpibpc	-0.019 (0.020)	-0.051* (0.026)	0.033 (0.021)
varpib	-0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
elec	-0.052*** (0.003)	0.769*** (0.197)	-0.026*** (0.005)
L.major	0.007** (0.003)	0.005 (0.004)	0.001 (0.004)
L.nepc	0.000 (0.001)	-0.000 (0.002)	0.000 (0.001)
Constant	0.602*** (0.161)	0.000 (0.000)	-0.195 (0.164)
Observations	403	403	403
Number of estado	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses * significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%. Todas as equações foram estimadas com efeitos fixos para estados e anos.			

**APÊNDICE V – Impacto da fragmentação e de mudanças de séries sobre as variáveis fiscais**

**Tabela A.4.5.1.3 Fragmentação e Mudanças de Séries**

	(1) recpr	(2) despri	(3) respri
L.recpr	0.389*** (0.108)		
L.despri		0.282*** (0.103)	
L.respri			0.108 (0.105)
transf	-0.023 (0.026)	0.036 (0.043)	-0.075** (0.037)
lnpibpc	-0.021 (0.026)	-0.079* (0.040)	0.068** (0.033)
varpib	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
elec	0.030*** (0.003)	0.042*** (0.005)	-0.009** (0.004)
L.major	0.008*** (0.002)	0.005 (0.003)	0.004 (0.003)
L.nepc	-0.000 (0.001)	-0.001 (0.002)	0.000 (0.001)
dmsac	0.038* (0.022)	0.024 (0.020)	0.019 (0.018)
dmsal	0.025** (0.011)	0.023 (0.018)	0.004 (0.015)
dmsam	0.011 (0.014)	0.048** (0.020)	-0.041** (0.016)
dmsap	-0.012 (0.043)	-0.008 (0.056)	-0.003 (0.030)
dmsba	0.008 (0.008)	0.027** (0.012)	-0.023*** (0.008)
dmsce	0.013 (0.010)	0.043*** (0.011)	-0.033*** (0.010)
dmsdf	0.011 (0.023)	0.030 (0.021)	-0.013 (0.008)
dmses	-0.003 (0.009)	-0.002 (0.009)	-0.001 (0.008)
dmsgo	0.002 (0.010)	0.005 (0.018)	-0.005 (0.014)
dmsma	-0.000 (0.009)	0.002 (0.019)	-0.004 (0.014)
dmsmg	-0.003 (0.006)	0.003 (0.010)	-0.010 (0.010)
dmsms	-0.001 (0.006)	0.001 (0.009)	-0.002 (0.007)
dmsmt	0.010 (0.009)	0.002 (0.014)	0.012 (0.012)
dmspa	0.017** (0.007)	0.022** (0.010)	-0.003 (0.007)
dmspb	-0.001 (0.012)	0.025** (0.012)	-0.025*** (0.008)
dmspe	0.025*** (0.006)	0.041*** (0.014)	-0.020 (0.014)

dmspi	0.016** (0.007)	0.019** (0.010)	-0.000 (0.008)
dmspr	0.001 (0.005)	0.030** (0.012)	-0.036*** (0.013)
dmsrj	-0.002 (0.007)	0.002 (0.009)	-0.007 (0.008)
dmsrn	0.014 (0.013)	0.025 (0.024)	-0.008 (0.017)
dmsro	-0.023* (0.012)	-0.021 (0.026)	-0.007 (0.018)
dmsrr	-0.032 (0.028)	-0.062 (0.038)	0.028 (0.028)
dmsrs	-0.010* (0.005)	0.011 (0.007)	-0.027*** (0.006)
dmssc	0.001 (0.006)	-0.003 (0.010)	0.008 (0.009)
dmsse	0.016 (0.014)	0.039** (0.019)	-0.022** (0.010)
dmssp	-0.011** (0.006)	-0.016 (0.010)	0.005 (0.008)
dmsto	0.012 (0.018)	-0.017 (0.038)	0.046 (0.039)
Constante	0.369* (0.204)	0.826*** (0.320)	-0.486* (0.249)
Observações	403	403	403
Estados	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses			
* significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%			

## APÊNDICE X – Fragmentação e variáveis fiscais

Tabela A.4.5.1.4 Equações completas com efeitos fixos para estados e anos para fragmentação e variáveis fiscais

	(1) recpr	(2) despri	(3) respri
L.recpr	0.505*** (0.091)		
L.despri		0.418*** (0.093)	
L.respri			0.243** (0.113)
transf	-0.021 (0.024)	0.033 (0.040)	-0.075** (0.032)
lnpibpc	-0.015 (0.012)	-0.030 (0.020)	0.022 (0.019)
varpib	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
elec	-0.027*** (0.005)	-0.005 (0.005)	-0.028*** (0.002)
dmreal	0.056*** (0.006)	0.048*** (0.008)	0.017*** (0.006)
L.major	0.006*** (0.002)	0.005 (0.004)	0.002 (0.004)
L.nepc	0.000 (0.001)	0.000 (0.002)	0.000 (0.001)
AL	-0.124*** (0.023)	-0.146*** (0.030)	0.002 (0.018)
AM	-0.142*** (0.029)	-0.134*** (0.033)	-0.042* (0.024)
AP	-0.017 (0.020)	-0.021 (0.022)	0.002 (0.012)
BA	-0.144*** (0.029)	-0.146*** (0.032)	-0.030 (0.019)
CE	-0.132*** (0.026)	-0.137*** (0.029)	-0.020 (0.017)
DF	-0.100*** (0.032)	-0.092*** (0.035)	-0.041 (0.032)
ES	-0.128*** (0.028)	-0.109*** (0.032)	-0.055** (0.025)
GO	-0.137*** (0.029)	-0.117*** (0.034)	-0.056** (0.023)
MA	-0.102*** (0.021)	-0.140*** (0.032)	0.032 (0.021)
MG	-0.150*** (0.031)	-0.135*** (0.035)	-0.054** (0.026)
MS	-0.129*** (0.027)	-0.115*** (0.033)	-0.048* (0.025)
MT	-0.126*** (0.025)	-0.109*** (0.028)	-0.049** (0.020)
PA	-0.146*** (0.027)	-0.155*** (0.031)	-0.018 (0.016)
PB	-0.123*** (0.024)	-0.138*** (0.026)	-0.005 (0.014)
PE	-0.142*** (0.028)	-0.142*** (0.031)	-0.031 (0.020)
PI	-0.095***	-0.115***	0.009

PR	(0.020) -0.160***	(0.025) -0.142***	(0.016) -0.060**
RJ	(0.032) -0.155***	(0.038) -0.133***	(0.028) -0.068**
RN	(0.034) -0.120***	(0.040) -0.126***	(0.032) -0.018
RO	(0.023) -0.105***	(0.025) -0.095***	(0.014) -0.035**
RR	(0.020) 0.083***	(0.022) 0.092***	(0.015) 0.009
RS	(0.028) -0.147***	(0.031) -0.127***	(0.016) -0.063**
SC	(0.033) -0.151***	(0.040) -0.136***	(0.032) -0.055*
SE	(0.032) -0.108***	(0.038) -0.114***	(0.028) -0.015
SP	(0.022) -0.145***	(0.024) -0.118***	(0.013) -0.073**
TO	(0.033) 0.013	(0.043) 0.026	(0.035) -0.010
_lano_1987	(0.014) 0.000	(0.026) 0.000	(0.024) 0.000
_lano_1988	(0.000) 0.000	(0.000) -0.005	(0.000) 0.004
_lano_1989	(0.003) 0.010***	(0.007) 0.007	(0.005) 0.002
_lano_1990	(0.003) 0.074***	(0.007) 0.058***	(0.006) 0.023***
_lano_1991	(0.006) 0.010***	(0.008) -0.007	(0.006) 0.019***
_lano_1992	(0.004) 0.015***	(0.007) 0.008	(0.005) 0.011**
_lano_1993	(0.003) 0.018***	(0.006) 0.014**	(0.005) 0.008*
_lano_1994	(0.003) 0.000	(0.006) 0.000	(0.005) 0.000
_lano_1995	(0.000) -0.016***	(0.000) -0.014***	(0.000) -0.011***
_lano_1996	(0.004) -0.025***	(0.002) -0.020***	(0.004) -0.011***
_lano_1997	(0.002) -0.027***	(0.002) -0.025***	(0.003) -0.007***
_lano_1998	(0.002) 0.010***	(0.002) 0.012***	(0.002) 0.000
_lano_1999	(0.002) -0.014***	(0.003) -0.020***	(0.002) -0.002
_lano_2000	(0.002) -0.005***	(0.002) -0.015***	(0.004) 0.006***
_lano_2001	(0.001) 0.000	(0.001) 0.000	(0.002) 0.000
_lano_2002	(0.000) 0.019***	(0.000) -0.002	(0.000) 0.028***
Constante	(0.006) 0.298***	(0.006) 0.419**	(0.002) -0.129
Observações	(0.101) 403	(0.167) 403	(0.142) 403
Estados	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses			
* significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%			





## APÊNDICE Z – Fragmentação da oposição e variáveis fiscais

Tabela A.4.5.1.5 Fragmentação da Oposição e Variáveis Fiscais

	(1) recpr	(2) despri	(3) respri
L.recpr	0.503*** (0.091)		
L.despri		0.417*** (0.092)	
L.respri			0.243** (0.113)
transf	-0.022 (0.024)	0.031 (0.040)	-0.074** (0.032)
lnpibpc	-0.016 (0.012)	-0.032 (0.020)	0.023 (0.019)
varpib	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
elec	0.030*** (0.003)	0.044*** (0.006)	-0.011** (0.005)
L.major	0.005** (0.002)	0.004 (0.004)	0.002 (0.004)
L.nepc	0.000 (0.001)	-0.000 (0.002)	0.000 (0.001)
L.nepo	-0.001 (0.000)	-0.001 (0.001)	0.000 (0.001)
Constant	0.306*** (0.101)	0.430** (0.168)	-0.132 (0.141)
Observations	403	403	403
Number of estado	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses * significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%			



## APÊNDICE AB – Impacto de mudanças nas séries e fragmentação sobre itens de gasto

**Tabela A.4.5.2.2 Mudanças de Séries e Itens de Gasto**

	(1) despso	(2) despif	(3) invest	(4) despes
L.despso	0.302*** (0.070)			
L.despif		0.031 (0.107)		
L.invest			0.230* (0.121)	
L.despes				0.390*** (0.130)
transf	0.122** (0.059)	-0.135* (0.079)	-0.044* (0.025)	0.093*** (0.023)
lnpibpc	0.123** (0.053)	-0.083 (0.067)	0.034 (0.025)	-0.031 (0.026)
varpib	-0.002*** (0.001)	0.001 (0.001)	0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
elec	-0.030*** (0.008)	-0.019* (0.010)	-0.006 (0.005)	0.012*** (0.004)
L.major	-0.008 (0.007)	0.005 (0.007)	-0.001 (0.003)	0.003 (0.003)
L.nepc	0.005** (0.002)	0.002 (0.003)	0.001 (0.001)	-0.000 (0.001)
dmsac	0.047* (0.028)	0.039* (0.023)	0.036** (0.014)	0.016 (0.013)
dmsal	0.010 (0.022)	0.003 (0.015)	0.008 (0.005)	0.007 (0.010)
dmsam	-0.032 (0.036)	0.016 (0.049)	-0.018* (0.011)	0.016 (0.011)
dmsap	0.047 (0.029)	0.057*** (0.016)	0.011 (0.021)	-0.015 (0.040)
dmsba	-0.001 (0.023)	0.026* (0.014)	0.017** (0.008)	-0.001 (0.006)
dmsce	0.016 (0.025)	0.051*** (0.014)	0.011* (0.006)	0.009 (0.007)
dmsdf	0.011 (0.017)	-0.036* (0.020)	-0.004 (0.005)	0.031 (0.021)
dmses	-0.054*** (0.017)	0.007 (0.008)	0.001 (0.009)	-0.003 (0.003)
dmsgo	0.020 (0.013)	-0.032 (0.039)	-0.001 (0.009)	-0.008* (0.005)
dmsma	0.033 (0.025)	-0.030 (0.020)	-0.015* (0.009)	0.011** (0.005)
dmsgmg	0.037** (0.017)	0.007 (0.021)	-0.009 (0.006)	0.013** (0.006)
dmsms	-0.041** (0.018)	0.064*** (0.025)	0.006 (0.005)	-0.017*** (0.005)
dmsmt	-0.066*** (0.023)	0.008 (0.027)	-0.007 (0.008)	-0.004 (0.008)
dmspa	-0.009 (0.015)	0.041** (0.018)	0.013** (0.005)	-0.008 (0.006)
dmspb	0.025 (0.025)	0.021* (0.011)	0.009* (0.005)	-0.007 (0.010)

dmspe	-0.029 (0.032)	0.058 (0.037)	0.006 (0.011)	0.014*** (0.005)
dmspi	-0.014 (0.014)	0.005 (0.010)	-0.012** (0.006)	0.017** (0.007)
dmspr	-0.051** (0.021)	0.060 (0.064)	0.018 (0.013)	-0.007 (0.004)
dmsrj	0.056*** (0.014)	0.002 (0.013)	-0.000 (0.006)	0.003 (0.005)
dmsrn	-0.030 (0.023)	0.032 (0.020)	-0.003 (0.012)	0.019** (0.008)
dmsro	-0.006 (0.026)	0.070 (0.058)	-0.012 (0.008)	-0.003 (0.011)
dmsrr	0.059*** (0.020)	-0.023 (0.043)	-0.077* (0.041)	0.015 (0.038)
dmsrs	0.037** (0.018)	0.031** (0.016)	0.007 (0.006)	0.000 (0.004)
dmssc	-0.038* (0.021)	-0.028 (0.023)	-0.001 (0.009)	-0.004 (0.005)
dmsse	0.009 (0.009)	0.004 (0.011)	0.009 (0.009)	0.010 (0.010)
dmssp	0.038 (0.026)	-0.034* (0.019)	-0.007 (0.008)	-0.002 (0.007)
dmsto	-0.046** (0.023)	0.042 (0.041)	0.007 (0.034)	-0.013 (0.009)
Constante	-0.767** (0.385)	0.849* (0.511)	-0.209 (0.191)	0.269 (0.201)
Observações	403	403	403	403
Estados	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses				
* significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%				
Todas as equações foram estimadas com efeitos fixos para estados e anos.				

## APÊNDICE AC – Fragmentação da oposição e itens de gasto

Tabela A.4.5.2.2 Fragmentação da Oposição e Itens de Gasto

	(1) despsa	(2) despif	(3) invest
L.despsa	0.386*** (0.081)		
L.despif		0.090 (0.106)	
L.invest			0.373*** (0.131)
transf	0.078 (0.048)	-0.123 (0.079)	-0.030 (0.022)
lnpibpc	-0.006 (0.026)	-0.051 (0.044)	0.011 (0.012)
varpib	-0.001 (0.001)	0.001 (0.001)	0.000 (0.000)
elec	-0.020*** (0.004)	0.029*** (0.007)	-0.006*** (0.002)
dmreal	0.005 (0.011)	-0.052*** (0.014)	0.005 (0.006)
L.major	-0.003 (0.006)	-0.000 (0.007)	-0.002 (0.003)
L.nepc	0.002 (0.002)	0.004 (0.003)	0.002* (0.001)
L.nepo	0.000 (0.001)	-0.001 (0.001)	-0.000 (0.000)
Constante	0.218 (0.192)	0.604* (0.341)	-0.034 (0.089)
Observações	403	403	403
Estados	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses			
* significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%			
Todas as equações foram estimadas com efeitos fixos para estados e anos.			

## APÊNDICE AD – Equações completas para fragmentação e itens de gasto

**Tabela A.4.5.2.2 Equações Completas com Efeitos Fixos para estados e Anos**

	(1) despso	(2) despif	(3) invest	(4) despes
L.despso	0.386*** (0.081)			
L.despif		0.089 (0.106)		
L.invest			0.373*** (0.132)	
L.despes				0.451*** (0.110)
transf	0.077 (0.047)	-0.121 (0.079)	-0.029 (0.021)	0.058*** (0.022)
lnpibpc	-0.006 (0.025)	-0.050 (0.044)	0.011 (0.012)	-0.026* (0.013)
varpib	-0.001 (0.001)	0.001 (0.001)	0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
elec	-0.020*** (0.004)	0.030*** (0.007)	-0.006*** (0.002)	-0.001 (0.004)
dmreal	0.006 (0.010)	-0.054*** (0.013)	0.003 (0.006)	0.015*** (0.005)
L.major	-0.003 (0.006)	0.001 (0.007)	-0.001 (0.003)	0.003 (0.002)
L.nepc	0.002 (0.002)	0.005 (0.003)	0.002** (0.001)	-0.001 (0.001)
_lano_1987	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
_lano_1988	0.012* (0.006)	-0.018** (0.009)	-0.002 (0.006)	-0.004 (0.005)
_lano_1989	0.014** (0.006)	-0.040*** (0.010)	0.001 (0.006)	0.004 (0.005)
_lano_1990	-0.008 (0.009)	-0.040*** (0.015)	0.008 (0.007)	0.022*** (0.006)
_lano_1991	-0.004 (0.006)	-0.034*** (0.009)	-0.005 (0.006)	-0.004 (0.005)
_lano_1992	-0.013* (0.007)	-0.029*** (0.011)	-0.001 (0.005)	0.001 (0.004)
_lano_1993	-0.013* (0.007)	-0.021** (0.009)	0.006 (0.005)	-0.002 (0.004)
_lano_1994	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
_lano_1995	-0.031*** (0.003)	-0.001 (0.005)	-0.009*** (0.001)	0.033*** (0.002)
_lano_1996	-0.045*** (0.002)	0.007* (0.004)	-0.003 (0.002)	0.005 (0.003)
_lano_1997	-0.044*** (0.003)	0.007** (0.003)	-0.004*** (0.001)	0.004** (0.002)
_lano_1998	-0.017*** (0.005)	0.007 (0.006)	0.015*** (0.002)	0.008* (0.005)
_lano_1999	-0.026*** (0.003)	0.005 (0.004)	-0.005*** (0.001)	0.010*** (0.002)
_lano_2000	-0.018*** (0.001)	0.001 (0.002)	0.000 (0.001)	-0.009*** (0.002)
_lano_2001	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
_lano_2002	0.008**	-0.038***	0.005***	0.033***

AL	(0.004) -0.028 (0.024)	(0.007) -0.103*** (0.030)	(0.002) -0.026** (0.011)	(0.004) -0.064*** (0.019)
AM	0.025 (0.034)	-0.027 (0.052)	-0.039** (0.016)	-0.048*** (0.018)
AP	-0.001 (0.017)	-0.013 (0.023)	0.001 (0.012)	-0.021 (0.016)
BA	0.006 (0.028)	-0.071* (0.042)	-0.029* (0.015)	-0.061*** (0.019)
CE	-0.025 (0.025)	-0.054 (0.037)	-0.022* (0.012)	-0.069*** (0.020)
DF	0.063 (0.042)	0.029 (0.073)	-0.043** (0.020)	-0.010 (0.023)
ES	-0.027 (0.037)	-0.097* (0.057)	-0.035** (0.017)	-0.036* (0.019)
GO	-0.035 (0.032)	-0.044 (0.055)	-0.037** (0.016)	-0.041** (0.019)
MA	-0.016 (0.030)	-0.093** (0.041)	0.000 (0.012)	-0.082*** (0.022)
MG	-0.013 (0.036)	-0.072 (0.057)	-0.047*** (0.018)	-0.045** (0.020)
MS	-0.033 (0.034)	-0.042 (0.056)	-0.040** (0.016)	-0.037** (0.018)
MT	-0.043 (0.032)	-0.053 (0.045)	-0.035** (0.016)	-0.040** (0.016)
PA	0.014 (0.023)	-0.073** (0.034)	-0.028** (0.012)	-0.064*** (0.018)
PB	-0.027 (0.018)	-0.084*** (0.028)	-0.019* (0.010)	-0.073*** (0.019)
PE	-0.040 (0.031)	-0.090** (0.042)	-0.032** (0.015)	-0.055*** (0.018)
PI	-0.014 (0.023)	-0.100*** (0.034)	-0.011 (0.012)	-0.055*** (0.017)
PR	0.007 (0.038)	-0.025 (0.070)	-0.043** (0.018)	-0.043** (0.020)
RJ	-0.019 (0.042)	-0.059 (0.069)	-0.053*** (0.020)	-0.033 (0.021)
RN	0.004 (0.018)	-0.081*** (0.026)	-0.022* (0.012)	-0.060*** (0.016)
RO	-0.028 (0.024)	-0.051 (0.038)	-0.018* (0.011)	-0.039*** (0.012)
RR	-0.003 (0.018)	0.085*** (0.029)	0.059* (0.030)	-0.053** (0.021)
RS	-0.052 (0.044)	-0.056 (0.070)	-0.050** (0.021)	-0.030 (0.021)
SC	-0.030 (0.038)	-0.054 (0.062)	-0.048*** (0.018)	-0.041** (0.020)
SE	-0.019 (0.018)	-0.056** (0.026)	-0.014 (0.013)	-0.054*** (0.015)
SP	0.008 (0.049)	-0.027 (0.079)	-0.054** (0.022)	-0.025 (0.023)
TO	-0.018 (0.028)	0.125*** (0.039)	0.095*** (0.028)	-0.038*** (0.013)
Constante	0.224 (0.190)	0.595* (0.338)	-0.039 (0.090)	0.259** (0.113)
Observações	403	403	403	403
Estados	27	27	27	27
Erros-padrão entre parênteses				



---

\* significativa a 10%; \*\* significativa a 5%; \*\*\* significativa a 1%

---

## 5 Conclusão

Os testes e análises realizados, a apresentados nos capítulos anteriores nos permitem tirar algumas conclusões, bem como apontar caminhos para outros estudos. O primeiro ponto que surge como resultado deste trabalho é a quase ausência de estudos que investiguem as relações entre executivo e legislativo no nível estadual no Brasil, mais especificamente sobre o orçamento. Embora esta não seja uma conclusão nova, já tendo sido apontada por Santos (2001) e Pereira (2004), acredita-se que seja importante reforçá-la. Por desconhecimento, freqüentemente assume-se que o nível estadual tudo se passa como no nível federal. Além de autores que já argumentaram que isto não ocorre, tais como Abrucio (2002), as instituições no nível estadual são diferentes. Só para ilustrar esta questão podem-se mencionar duas diferenças básicas: no nível estadual há apenas uma câmara e em poucos estados o governador tem a seu dispor o recurso da medida provisória<sup>113</sup>. Mais especificamente, no que diz respeito ao orçamento, argumenta-se que as regras estaduais para a elaboração, aprovação e execução são semelhantes, uma vez que são regulamentadas pela mesma Lei. Entretanto, se os poderes à disposição dos governadores são diferentes, isto já seria suficiente para provocar alterações no processo orçamentário.

No que se refere às conclusões, uma primeira é óbvia é a enorme importância do calendário eleitoral sobre os gastos dos governos estaduais. Além de o ano eleitoral provocar um aumento dos gastos e das receitas e uma piora dos resultados primários, as estimações realizadas indicam que as eleições imprimem um ritmo a todo o período de governo, com uma restrição orçamentária mais forte no primeiro ano de governo, que vai sendo paulatinamente relaxada, e atinge o máximo no ano pré-eleitoral. Ou seja, o efeito eleitoral não está circunscrito a apenas um ano, ele tem impacto todos os anos do governo.

---

<sup>113</sup> Apenas os governadores do Acre, Piauí, Santa Catarina e Tocantins podem editar medidas provisórias. Ver Pereira (2001).

No que diz respeito à ideologia, os resultados obtidos não permitem que se conclua pela existência de um impacto generalizado, mas verifica-se algum impacto sobre a composição dos gastos. Partidos de esquerda e centro-esquerda aumentam os gastos com investimento, e partidos de esquerda aumentam os gastos sociais. Governos de esquerda também apresentam resultados primários mais elevados, o que pode indicar uma maior facilidade para promover ajustes fiscais.

A maior surpresa em relação ao obtido pelos trabalhos que nos antecederam, pode-se dizer, foi sobre o impacto da fragmentação política. Outros autores, como Cossio (2002), Botelho (2002), Simpson (2000) e Batista e Simpson (2001) obtiveram indícios significativos de que a fragmentação estava relacionada a gastos mais elevados e ou finanças estaduais em desarranjo. Embora não se possa dizer que estes resultados foram confirmados, tampouco os efeitos encontrados podem ser classificados como pouco significativos. Há diferenças entre os trabalhos destes autores e o realizado aqui nesta Tese, e que devemos mencionar. Ao contrário dos antecessores, utilizou-se como medida da fragmentação não a fragmentação da Assembléia, mas sim da coalizão eleitoral. Com base em Pereira (2004), que argumenta que os governadores distribuem cargos do primeiro escalão a seus aliados de primeira hora, acredita-se que a fragmentação da coalizão eleitoral é o indicador importante para medir a fragmentação do governo. É este grupo que governa, e, portanto, é a sua fragmentação que importa para os resultados orçamentários. Além disso, assim como nas variáveis ideológicas, considerou-se a fragmentação defasada em um período.

Embora não seja clara a existência de uma relação entre fragmentação e aumento de gastos, observaram-se indícios de que num período mais recente, esta variável possa estar adquirindo maior importância. Durante a década de 1990 uma série de eventos modificou o ambiente fiscal dos estados. O Plano Real ao reduzir a inflação tornou mais difícil para os governadores ajustar as despesas por meio de atrasos nos pagamentos, e após a renegociação das dívidas estaduais em 1997, pode-se dizer que um foi estabelecido um limite aos gastos estaduais. O fato das interações entre estas variáveis e o número efetivo de partidos da coalizão terem apresentado impactos significativos parece indicar que a fragmentação teve um papel mais importante mais recentemente.

Obteve-se um resultado interessante entre a fragmentação e a receita. Nos governos majoritários, isto é, em que a coalizão eleitoral obteve 50% mais um das cadeiras na Assembléia, as receitas são elevadas, embora não se verifique nenhum impacto sobre os gastos ou para os resultados fiscais. Um governador que possui maioria na Assembléia utiliza esta maioria para aumentar as receitas. Ao refletir sobre este fato, surge a questão já mencionada quando da análise da força das eleições sobre as variáveis fiscais, qual seja, a de que não parece haver um custo político elevado em aumentar os impostos. Assim como no ano eleitoral há indícios de que isto seja realizado, este efeito também é significativo para governos com maioria nas Assembléias.

Obteve-se ainda, como resultado, que a fragmentação está relacionada ao aumento dos gastos com investimentos. Isto pode significar que projetos *pork-barrel* são efetivamente importantes para a negociação de apoio no legislativo. Uma conclusão deste tipo, entretanto, exige uma avaliação mais profunda sobre os gastos com investimento, o que se quer dizer, é que não se pode concluir isto com base apenas no investimento agregado.

## APÊNDICE AE – Estatísticas das variáveis fiscais

### Variáveis Fiscais

Variable		Mean	Std. Dev.	Min	Max	Observations
recpr	overall	.1876097	.124423	.0518471	.7198185	N = 455
	between	.1227481	.0843106	.5797948		n = 27
	within	.0383432	.0190205	.3697538		T-bar = 16.8519
despri	overall	.1966514	.1328572	.0597114	.8847728	N = 455
	between	.1296361	.095974	.6029745		n = 27
	within	.0469077	-.0243888	.561874		T-bar = 16.8519
respri	overall	-.0090416	.0327644	-.3496077	.1005647	N = 455
	between	.0137733	-.0574683	.0201084		n = 27
	within	.0301546	-.301181	.1147028		T-bar = 16.8519
invest	overall	.0331487	.0563102	.0003488	.6617993	N = 455
	between	.0497032	.0062756	.2248086		n = 27
	within	.0329629	-.0766208	.4701395		T-bar = 16.8519
despso	overall	.2887529	.0782175	.0790757	.7685	N = 455
	between	.0561926	.1856145	.4601429		n = 27
	within	.0554862	.0779479	.7053034		T-bar = 16.8519
despif	overall	.0975114	.0684829	0	.4868725	N = 455
	between	.0427369	.0523893	.2558984		n = 27
	within	.055954	-.144123	.4610175		T-bar = 16.8519
despes	overall	.0783637	.055429	.0141359	.3345253	N = 455
	between	.0482487	.0340408	.2081004		n = 27
	within	.0296388	-.022657	.2488366		T-bar = 16.8519

### Variáveis de Controle

Variable		Mean	Std. Dev.	Min	Max	Observations
transf	overall	.4021139	.2370481	.0291943	.9990222	N = 455
	between	.235014	.0833533	.8733015		n = 27
	within	.0552428	.233075	.6139915		T-bar = 16.8519
lnpibpc	overall	7.829059	.5620559	6.710437	9.137496	N = 456
	between	.5660616	6.785633	9.086423		n = 27
	within	.095254	7.472165	8.244468		T-bar = 16.8889
varpib	overall	3.508684	3.726838	-7.47	23.69	N = 456
	between	1.523824	1.738824	7.859412		n = 27
	within	3.411932	-8.160728	20.17574		T-bar = 16.8889

### Variáveis de Fragmentação

Variable		Mean	Std. Dev.	Min	Max	Observations
nepc	overall	2.088479	1.328317	1	9.534424	N = 433
	between	.7780218	1.170089	4.401226		n = 27
	within	1.07521	-1.312747	7.221677		T-bar = 16.037
nepo	overall	3.66833	2.271967	1	11.35155	N = 433
	between	1.405466	1.294857	6.582015		n = 27
	within	1.821149	-1.858874	9.690631		T-bar = 16.037

### APÊNDICE AF – Quadro resumo com trabalhos empíricos sobre ciclos políticos

Trabalhos Empíricos sobre Ciclos Políticos Eleitorais					
Variável Dependente	Período	Método	Amostra	Resultados	Autores
Variação real do PIB, gasto, receita e resultado total, gasto corrente e de capital, gasto com salários e subsídios.	1970-92	OLS	35 países em desenvolvimento	Encontra evidências que governos aumentam os gastos antes das eleições e que os reduzem após as eleições. Estes ciclos são mais fortes nos países em que o comércio exterior tem uma participação menor no PIB ou que tenham taxas de câmbio fixas. Os programas do FMI parecem não ter efeito sobre os ciclos fiscais.	Luger Schuknecht (1994) Political Business Cycles and Expenditure Policies in Developing Countries
Superávit fiscal, receitas e gastos totais.	1975-1995	OLS, FE e GMM	123 países	Encontra evidências de PBC na política fiscal: gastos aumentam no período próximo das eleições e receitas são reduzidas, levando a déficits maiores nos anos eleitorais. Mostram que existem diferenças sistemáticas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento tanto no tamanho quanto na composição dos ciclos de políticas eleitorais.	Shi e Svensson (2001) Conditional Political Budget Cycles
Resultado primário, total de gastos, receitas e transferências de programas de bem-estar (em % do PIB)	1960 - 1988	FE para anos e países	60 países	Encontra como resultado que os impostos são cortados antes das eleições, ajustes fiscais são adiados para o período pós-eleitoral e os gastos sociais não exibem comportamento cíclico. O tipo de governo e as regras eleitorais têm impacto sobre os resultados.	Persson e Tabellini (2002) Do Electoral Cycles Differ Across Political Systems?
Resultado fiscal, Receita e Despesa (% do PIB)	1975-1995	GMM com efeitos para cada País, e FE.	91 países	Examina a relação entre eleições e política fiscal. Encontra evidência de PBC tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento: os gastos aumentam antes das eleições ao mesmo tempo que as receitas são reduzidas, levando a déficits mais elevados. Demonstram que estes efeitos são maiores nos países em desenvolvimento, países com restrições institucionais fracas em impedir o comportamento <i>rent-seeking</i> dos candidatos à reeleição.	Shi e Svensson (2002) Political Budget Cycles in Developed and Developing Countries.

Resultado Fiscal do Governo Central, Gasto e Receita Totais (% do PIB)		EF, com efeitos para cada país e GMM	106 países	Encontra evidência de PBC em <i>cross-section</i> de países, mas argumenta que este resultado é direcionado pela experiência das novas democracias, tanto desenvolvidas, quanto em desenvolvimento.	Brender e Drazen (2004) Political Budget Cycles in New vs Established Democracy
--	--	--------------------------------------	------------	---	---

Trabalhos de Efeitos de Variáveis Políticas sobre Política Fiscal em governos Subnacionais em outros países					
Variável Dependente	Período	Método	Amostra	Resultados	Autores
Variação nos Gastos e Receitas totais (como % do PIB) e alguns tipos de gastos (saúde, educação serviços sociais, transporte e comunicação, desenvolvimento industrial, segurança e recreação e cultura)	1966-1997	SUR <sup>114</sup>	10 províncias canadenses	Encontra evidência de ciclos eleitorais na interrupção da tendência de aumento de impostos nos anos eleitorais. Há também evidência de comportamento oportunista por meio dos gastos: os gastos visíveis são elevados nos anos eleitorais. Respostas partidárias estão ausentes das receitas, mas aparecem mais freqüentemente nas escolhas de gastos	Kneebone & McKenzie (2001) Electoral and Partisan Cycles in Fiscal Policy; An Examination of Canadian Provinces
Déficit Primário, gasto primário investimentos, transferências do governo estadual para as autoridades locais, gastos com pessoal, receita total, receitas tributárias	1976-1996	OLS e FE	8 estados da ex-Alemanha Ocidental e duas cidades-estado Hamburgo e Bremen	Não há evidências de efeitos partidários na política fiscal dos governos estaduais alemães.	Seitz (2000) Fiscal Policy, deficits and politics of subnational governments: The case of German Laender

<sup>114</sup> SUR significa "Seemingly Unrelated Regressions" e permite que os termos de erro sejam correlacionados contemporaneamente entre as variáveis fiscais.

Receita Total (e tipos de impostos), Gasto Total em Serviços Públicos, Gastos com Investimento e em Consumo, Proporção de investimento público no gasto total de serviços públicos, fluxo da dívida, Crescimento de estradas nacionais, crescimento de estradas estaduais (variáveis em valores ctes 1973 e em termos per capita)	1960/66-1992	OLS e 2SLS (com efeitos fixos para Estados e Anos)	Estados Indianos (que já existiam no período inicial (1960 e 1966), e que permaneceram inalterados desde então).	Não há, nos Estados indianos, evidência de gastos populistas, nem de reduções de impostos que beneficiassem um amplo número de eleitores. Os pequenos aumentos dos gastos de capital, as reduções de impostos com alvo e a elevação na construção de estradas são mais sugestivos de políticas de interesse específico ao invés de políticas populistas para atingir a massa de eleitores.	Khemani (2004) Political Cycles in a developing economy: effect of elections in the Indian States.
Gastos Orçamentários (Gastos totais, gastos em programas sociais, educação, cultura, saúde, mídia, e subsídios à indústria), receitas orçamentárias e déficits (receitas totais, receitas tributárias, déficits e transferências federais), crescimento,	1996-2003	OLS e GMM	Regiões da Rússia, com exceção de três: uma em que não houve eleições, duas em que as alterações nas políticas fiscais foram fruto de guerra e dados mensais	Encontra evidência de ciclos oportunistas de pequena duração, e que estes têm as suas magnitudes reduzidas com democracia, transparência, liberdade de imprensa, preocupação do eleitor e ao longo do tempo. O curto período de duração dos ciclos explica a subestimativa em resultados anteriores que utilizavam dados com maiores frequências (geralmente anuais ou trimestrais)	Akhmedov e Zhuravskaya (2004) Opportunistic Political Cycles: Test in a Young Democracy Setting

inflação, salários atrasados, nível salarial e renda.					
16 variáveis tais como : gasto total, gasto corrente, gastos com pessoal, transferências, investimento, investimento em educação, etc.	1984-2002	GMM das Diferenças e Níveis	Municipalidades e Estados colombianos	Desenvolve um novo modelo em que os eleitores não gostam de governos irresponsáveis fiscalmente, mas gostam de transferências. Como resultado, os candidatos à reeleição possuem incentivos para aumentar as despesas direcionadas e reduzir outros gastos a fim de evitar desequilíbrios fiscais. Verifica empiricamente para municipalidades colombianas.	Drazen e Eslava (2004) Political Budget Cycles without Deficits

Trabalhos empíricos de Ciclos Político Orçamentário em Países Latino-Americanos					
Variável Dependente	Período	Método	Amostra	Resultados	Autores
Superávit Fiscal, gastos, receitas, transferências e subsídios e gastos de capital	1983-1995	OLS	21 países Latino Americanos (exclui o Brasil em várias estimativas)	Encontra evidência de ciclos eleitorais, e procura fatores que ampliem e/ou reduzam este impacto.	Kraemer (1997) Electoral Budget Cycles in Latin America and the Caribbean: Incidence, Causes, and Political Futility
Gastos do governo central e resultado primário	Períodos variados	PCSE <sup>115</sup> e country dummies	7 países Latino-Americanos em períodos diferentes	A conclusão básica é que as instituições fiscais importam para o desempenho fiscal (que é o objetivo do trabalho), além disso, confirmaram que os governos tendem a realizar déficits nos anos eleitorais e que instituições desenhadas para evitar déficits estão realmente associadas com reduções dos gastos.	Acosta e Coppedge (2001) Political Determinants of Fiscal Discipline in Latin America 1979-1998

<sup>115</sup> erros padrão são heterocedásticos corrigidos por painel, assumindo nenhuma autocorrelação serial ou contemporânea, e ponderada pelos gastos como % do PIB.



Gastos e balanço primário	1980-1998	GLS, utilizando a correção de Beck & Katz no cálculo do erro-padrão, efeitos fixos por país.	11 países latino-americanos	Não encontra evidência de que as variáveis políticas expliquem o nível dos gastos públicos, mas constituem importantes determinantes no nível do balanço primário. O ciclo eleitoral, a estabilidade ministerial, o custo de coalizão, a ideologia do gabinete e o grau de centralização das instituições orçamentárias são peças-chave para se compreender a evolução do déficit fiscal. Já as características políticas dos presidentes e o custo de coalizão exercem um efeito significativo sobre a variação dos gastos públicos, enquanto apenas o ciclo eleitoral, dentre as variáveis políticas, consegue afetar a variação do balanço primário	Otávio Amorim Neto e Hugo Borsani (2003) Os Determinantes Políticos do Comportamento Fiscal na América Latina
---------------------------	-----------	--	-----------------------------	--	--

Trabalhos sobre Efeitos de variáveis Políticas sobre Resultados Macroeconômicos no Brasil					
Variável Dependente	Período	Método	Amostra	Resultados	Autores
Despesa Primária <sup>116</sup> per capita	1985-1997	GLS com efeitos fixos, obtidos pela inclusão de uma dummy para cada estado	27 estados brasileiros	Confirma a ocorrência de ciclos eleitorais, verifica que o aumento de a participação tem um efeito redutor sobre o nível de despesa, e a fragmentação tem o efeito contrário. A fragmentação tem impacto expansivo sobre os gastos. Não verifica impacto da competitividade. E não tem inferência conclusiva sobre a orientação ideológica. Finalmente, a coincidência partidária entre as administrações federal e estadual se reflete numa política fiscal contracionista.	Blanco-Cossio (2002) Ensaio sobre Federalismo Fiscal no Brasil
Receita Corrente, Tributária e de Capital, Despesa Corrente, Pessoal	1983-2000	GMM	27 estados brasileiros	Não verifica a redução de receita nos períodos próximos das eleições, a despesa pública e o resultado orçamentários são afetados pela proximidade das eleições. As despesas com	Bittencourt (2002) Evidências de Ciclo Político na Economia Brasileira: um Teste para a Execução Orçamentária dos Governos

<sup>116</sup> Despesa total menos o pagamento de juros e amortização da dívida.

e Encargos e Investimento; Resultado Orçamentário Despesas por função (valores per capita)				investimentos atingem ponto máximo no ano pré-eleitoral. Não há evidência de impacto da variável ideológica sobre a maioria das variáveis, com exceção dos gastos com investimento e trabalho que tendem a aumentar em governos de direita, e gastos com educação, que tendem a ser reduzidos neste caso. Não chega a um resultado conclusivo sobre o impacto da identificação política entre esferas de governo sobre as despesas nos estados. Encontra indícios que a despesa pública cresce quando o executivo possui maioria na Assembléia, e que a competição eleitoral parece induzir a um estado menor.	Estaduais
Gasto Corrente como % do PIB	1995-1999	OLS	27 estados brasileiros	Os resultados mostram que à medida que a influência dos governadores aumenta no cenário nacional, os gastos do estado aumentam, um governador pertencente à coalizão tem comportamento diferente dependendo do peso (no. de parlamentares) deste governo, estados gastam menos quando a participação das transferências na receita total é mais elevada. A dummy para indicar o PT não tem impacto.	Kemahlioglu (2003), Spending by States in a Decentralized System: The Experience of Brazil, 1995-99.
Gasto total e participação do gasto Social <sup>117</sup> no gasto total	1985-2000	OLS com efeitos fixos para anos e estados	27 estados brasileiros	No que tange os gastos totais, o efeito maior da ideologia se dá com um determinado atraso, resultado da própria lógica do orçamento, governos mais à direita tendem a reduzir gastos totais, e os de esquerda tendem a aumentá-los,. Com respeito aos gastos sociais, também é notado um impacto maior no momento de transição. Governos de esquerda (usando Figueiredo e Limongi) tendem a aumentar a participação de gastos sociais no total dos gastos.	Arvate, Avelino e Lucinda (2004) Ideologia e gastos nos Governos Sub-nacionais do Brasil
Taxa de crescimento do PIB, taxa de desemprego,	1953-1995 (p/ algumas variáveis)	OLS	Brasil	Os resultados econométricos sugerem efeitos pré-eleitorais sobre o crescimento do PIB e dos meios de pagamento. Aponta, ainda, que a evidência de ciclo político sobre estas duas variáveis mostrou ser um	Fialho, Tânia M. M. Testando a evidência de Ciclos Políticos no Brasil. (1997)

<sup>117</sup> Soma das despesas de saúde, educação e habitação.

inflação, oferta real de moeda e inflação	s, o período considerado foi menor)			fenômeno recente, característico do período de abertura política e redemocratização do país iniciado em 1975. Não verificou mudanças no comportamento das taxas de inflação e de desemprego em anos eleitorais.	
Receita Total (e subitens), Despesa Total (e subitens), Resultado Orçamentário, despesas por Função : segurança pública, educação e cultura, saúde e saneamento, assistência e previdência e transporte. (valores deflacionados per capita)	1986-2002	GMM	27 estados brasileiros	Verifica a existência de ciclos eleitorais nas variáveis fiscais, que se torna mais forte com a possibilidade de reeleição. Tendência, contudo é de redução da intensidade do ciclo ao longo do tempo, e a LRF provocou uma melhoria da situação fiscal dos governos estaduais.	Bender e Nagaguma (2004) A Emenda da Reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal : Impactos sobre Ciclos Políticos e Performance Fiscal dos Estados.

Trabalhos p/ Fragmentação					
Variáveis Dependentes	Variáveis Independentes	Método	Amostra	Resultados Obtidos	Autores, Título e Ano
Déficit (medido como a variação da dívida)	Variável dependente defasada, tx de desemprego, variação no PIB, mudança na tx. real de juros, variável política (índice de coesão política do governo)	PCSTS	Países Industrializados (15 - OECD) 1961-1985	Sugerem que em diversos países industriais a lenta redução dos déficits resultaram das dificuldades de gerenciar politicamente os governos de coalizão, e a maior dificuldade parece surgir do poder de veto que pequenos partidos da coalizão possuem.	Roubini e Sachs (1989)
Déficit (como % do PIB)	Variável dependente defasada, crescimento, gastos com serviço da dívida, quatro grupos de variáveis	Painel, 1971-1996 com	22 países da OECD	Encontram evidência de que governos mais fragmentados apresentam déficits mais elevados, e governos que	Volkerink & De Haan (2001)

	políticas : impacto da fragmentação de tamanho, posição do governo em relação ao parlamento, composição ideológica do governo e fragmentação ideológica do governo (número efetivo de partidos no governo, número de ministros gastadores, excesso de assentos da coalizão no parlamento, número efetivo de partidos no parlamento, fragmentação política do parlamento, fragmentação política do governo, diferença ideológica máxima no governo, ideologia do governo).	efeitos fixos por País		possuem amplas maiorias apresentam déficits mais baixos. Governos de direita foram mais responsáveis fiscalmente nos anos 70. Não há indícios de que a fragmentação política tenha qq impacto sobre os déficits.	
Primeira diferença Déficit, gastos e receita (como proporção do PIB potencial)	Déficit (% do PIB potencial), variação no desemprego, taxa de inflação e um vetor de variáveis políticas (Tipo de governo, número de partidos na coalizão, número de ministros gastadores, ideologia do governo, estabelecimento de limites aos gastos na elaboração do orçamento, natureza das negociações orçamentárias).	Painel, com efeitos fixos para anos e Países	20 países da OECD	Mostra que o tamanho do gabinete, o tamanho da coalizão e a ideologia são determinantes significativos e robustos dos resultados fiscais. O gasto com salários e as transferências são os itens do orçamento mais afetados por estes fatores.	Perotti & Kontopoulos (1998)
Trabalhos sobre Fragmentação p/ o Brasil					
Balanço Primário, gastos com saúde, gastos com educação	Fragmentação partidária (número de partidos efetivos), cinco variáveis dummy (uma para cada categoria de ideologia), dummy para maioria legislativa, identificação política com o governo central, variáveis dummy para o ano pré, pós e eleitoral, logaritmo do PIB per capita,	Painel, GLS com efeitos fixos para Estados	Estados brasileiros, 1987-1997	Encontra indícios que a fragmentação provoca uma elevação dos gastos do governo	Simpson e Batista (2001)
Despesa Primária (como % do PIB)	PIB per capita, fragmentação, competitividade, dummy para ano eleitoral, participação do eleitorado, dummy para direita e esquerda, dummy para coincidência com governo federal	Painel, GLS com efeitos fixos	Estados Brasileiros, 1985-1997	Confirma a ocorrência de ciclos eleitorais, verifica que a fragmentação tem impacto expansivo sobre os gastos. Não verifica impacto da competitividade. E não tem inferência conclusiva sobre a orientação ideológica. Finalmente, a	Cossio (2002) Ensaio sobre Federalismo Fiscal no Brasil

				coincidência partidária entre as administrações federal e estadual se reflete numa política fiscal contracionista.	
--	--	--	--	--	--

## 6 Bibliografia

Abrucio, Fernando Luiz (2002). *Os Barões da Federação* (2ªed.). São Paulo, Brasil: Hucitec.

Acosta, A. M. & Coppedge, M. (2001). Political Determinants of Fiscal Discipline in Latin America, 1979-1998, *International Congress of the Latin American Studies Association*, Washington D.C., EUA.

Alesina, A. & Rosenthal, H. (1989). Partisan Cycles in Congressional Elections and The Macroeconomy. *The American Political Science Review*, 83 (2), 373-398.

Alesina, A. & Rosenthal, Howard (1995) *Partisan Politics, Divided Government, and the Economy*, Cambridge, MA: Cambridge University Press.

Alesina, A. e Nouriel Roubini (1992), Political Cycles in OECD Economies, *The Review of Economic Studies*, 59(4), 663-688.

Alesina, A., Roubini, N. & Cohen, G. (1999). *Political Cycles and the Macroeconomy*. Cambridge, MA: MIT Press.

Alesina, A. (1987). Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a Repeated Game. *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 102(3), 651-678.

Alesina, A. & Perotti, R. (1999). Budget Deficits and Budget Institutions. In Poterba, J. e von Hagen, J., *Fiscal Institutions and Fiscal Performance*. Chicago: University of Chicago Press.

Alesina, A. e Sachs, J. (1988). Political Parties and the Business Cycle in the United States, 1948-1984. *Journal of Money, Credit and Banking*, vol. 20(1), 63-82.

Alesina, A., Perotti, R. & Tavares, J. (1998). *Political Economy of Fiscal Adjustments*. Brookings Papers on Economic Activity, vol. 1998, issue 1.

Alesina, A. (1989). Politics and Business Cycles in Industrial Democracies. *Economic Policy*, April 1989, 57-98.

Alt, J. E. (1985). Political Parties, World demand and Unemployment: Domestic and International Sources of Economic Activity. *The American Political Science Review*, 79(4), 1016-1040.

Alt, J. E. e Lowry, R. C. (1994). Divided Government, Fiscal Institutions, and Budget Deficits: Evidence from the States. *The American Political Science Review*, vol. 88 (4), 811-828.

Alt, J. E. e Lowry, R. C. (2000). A Dynamic Model of State Budget Outcomes under Divided Partisan Government. *The Journal of Politics*, vol. 62(4), 1035-1069.

Ames, B. (1995). Electoral Rules, Constituency Pressures and Pork Barrel: Basis of Voting in the Brazilian Congress. *The Journal of Politics*, vol. 57(2). Páginas?

Amorim Neto, O. & Hugo Borsani (2003). *Os Determinantes Políticos do Comportamento Fiscal na América Latina*, mimeo.

Avelino, G., Arvate, P. & Lucinda, C. (2005). *Ideologia e gastos nos governos Subnacionais do Brasil*, FGV, mimeo.

Batista, C. e Simpson, X. (2001). Competição e Gasto Público nos Estados Brasileiros 1987-1997, *XXV Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, Minas Gerais, 2001.

Beck, N. (2001). Time-Series-Cross-Section Data: What Have we learned in the Past Few Years?, *Annual Review of Political Science*.

Berger, H. e Woitek, U. (1997). Searching for Political Business Cycles in Germany. *Public Choice*, 91(2), 1997, pp. 179-97.

Bevilaqua, A. S. (2002). State Government Bailouts in Brazil, *Inter-American Development Bank, Research Network Working Paper #R-441*.

Bittencourt, J. L. (2002). *Evidências de Ciclo Político na Economia Brasileira: um Teste para a Execução Orçamentária dos Governos Estaduais – 1983/2000*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Blais, A. e Nadeau, R. (1992). The Electoral Budget Cycle, *Public Choice*, 74(4).

Block, S. A. (2002). *Elections, Electoral Competitiveness, and Political Budget Cycles in developing Countries*. Center for International Development at Harvard, Working Paper No. 78

Block, S. A. (2003). *Elections and Composition of Public Spending in Developing Countries*. Working Paper, Tufts University, MA.

Bonomo, Marco e Terra, Cristina (1999). *The Political Economy of Exchange Rate Policy in Brazil: 1964-1997*. FGV, Rio de Janeiro, Brasil.

Borsani, H. (2001) Eleições e Desempenho macroeconômico na América Latina (1979-1998), *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 44, nº 3.

Botelho, R. (2002). *Determinantes do Ajuste Fiscal dos Estados Brasileiros*. Prêmio Tesouro Nacional.

Brender, A. (2003). The Effect of Fiscal Performance on Local Government Election Results in Israel: 1989-1998. *Journal of Public Economics* 87(2003), 2187-2205.

Brender, A. & Drazen, A. (2004). *Political Budget Cycles in New versus Established Democracies*. NBER Working Paper 10539, Cambridge, MA.

Coppedge, Michael (1997). A Classification of Latin American Political Parties. Kellogg Institute Working Paper 244, University of Notre Dame.

Cossio, Fernando A. B. (2002). *Ensaio sobre Federalismo Fiscal no Brasil*. Tese de Doutorado, PUC-RJ, Departamento de Economia, Rio de Janeiro, Brasil.

Cukierman, A. & Meltzer, A. (1986). A Positive Theory of Discretionary Policy, the Cost of Democratic Government and the Benefits of a Constitution. *Economic Inquiry*, Vol. XXIV, July 1986.

Cusack, T. R. (1999). Partisan Politics and Fiscal Policy. *Comparative Political Studies*, 32(4), 464-486.

Drazen, A. (2000a). *The Political Business Cycle after 25 Years*. National Bureau of Economic Research Macroeconomic Annual.

Drazen, A. (2000b). *Political Economy in Macroeconomics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Drazen, A. (2001). The AFPM Model of the Political Business Cycle. Draft June 2001.

Drazen, A. & Eslava, M. (2004). Political Budget Cycles without Deficits?

Drazen, A. & Eslava, M. (2005). *Electoral Manipulation via Expenditure Composition: Theory and Evidence*. NBER Working Paper 11085, Cambridge, MA.

Edin, P. & Ohlsson, H. (1991). Political determinants of Budget Deficits: Coalition Effects versus Minority Effects. *European Economic Review* 35, 1597-1603.

Eslava, M. (2005). *Political Budget Cycles or Voters as Fiscal Conservatives? Evidence from Colômbia*. Documento CEDE 2005-12, ISSN 1657-7191 (Edição Eletrônica).

Faust, J. & Irons, J. S. (1999). Money, Politics and the Post-war Business Cycle. *Journal of Monetary Economics* 43, 61-89.



- Faychuk, V. (2003). *Political Budget Cycles in Transition Economies: Evidence from FSU Countries*. Dissertação de Mestrado, National University Kyiv-Mohyla Academy.
- Ferejohn, J. (1986). Incumbent Performance and Electoral Control. *Public Choice* 50(1-3).
- Fialho, T. M. M. (1997). Testando a Evidência de Ciclos Políticos no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, jul/set 1997.
- Fialho, T. M. M. (1999). Ciclos Políticos: uma Resenha, *Revista de Economia Política*, vol.19, no. 2(74), abril-junho.
- Figueiredo, A. C. & Limongi, F. (2001). Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional (2ª. ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Editora FGV.
- Figueiredo, A. C. e Limongi, F. (2002). Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 45 (2) Rio de Janeiro, Brasil.
- Franzese, R. J. (2002). Electoral and Partisan Cycles in Economic Policies and Outcomes, *Annual Review of Political Science*, 5, 369-421.
- Garand, J. C. (1988). Explaining Government Growth in the U. S. States. *The American Political Science Review*, 82(3), 837-849.
- Golden, D. G. & Poterba, J. M. (1980). The Price of Popularity: The Political Business Cycle Reexamined. *American Journal of Political Science*, 24(4), 696-714.
- Gonzalez, M. A. (2000). *On Elections, Democracy and Macroeconomic Policy Cycles: Evidence from Mexico*. Working Paper Princeton University.
- Gonzalez, M. A. (2002). On Democracy, Transparency and Economic Policy: Theory and Evidence. Tese de Doutorado, Princeton University, Princeton, EUA.
- Haggard, S e McCubbins, M. (2001). *Presidents, Parliaments and Policy*. Cambridge University Press.
- Hashizume, F. A. (2001). *Arcabouço Institucional e o Desempenho Fiscal dos Estados Brasileiros*. Dissertação de Mestrado, FEA/USP, São Paulo.
- Hibbs, D. A. (1977). Political Parties and Macroeconomic Policy. *The American Political Science Review*, 71(4), 1467-1487.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004). Contas Regionais do Brasil (2ed.). Rio de Janeiro, Brasil: author.

Imbeau, L. M. e Chenard, K. (2002). *The Political Economy of Public Deficits: a Review Essay*. Cahiers du CAPP.

Imbeau, L. M, Pétry F. & Lamari, M. Left-right Party Ideology and Government Policies: a Meta-analysis. *European Journal of Political Research*, 40(1),1-29.

Kau, J. B. & Rubin, P. (2002). The Growth of Government: Sources and Limits. *Public Choice* , 113, 389-402.

Kemahlioglu, O. (2003). *Spending by States in a Decentralized System: The Experience of Brazil, 1995-1999*. Midwest Political Science Association National Annual Conference, Chicago.

Keech, W. R. (1980). Elections and Macroeconomic Policy Optimization. *American Journal of Political Science*, 24(2), 345-367.

Khemani, S. (2002). *Federal Politics and Budget Deficits: Evidence from the States of India*. World Bank Policy Research Paper 2915, Washington D.C..

Khemani, S. (2003). *Partisan Politics and Intergovernmental Transfers in India*. World Bank Policy Research Working Paper 3016, April.

Khemani, S. (2004). Political Cycles in a developing economy: effect of elections in the Indian States. *Journal of Development Economics* 73, 125-154.

Kinzo, M. A. G. (1993). Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro. Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, Série Pesquisas no. 1.

Kinzo, M. A. G. (2004). Partidos, Eleições e Democracia no Brasil Pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(54), 23-41.

Kneebone, R. D. & Mc Kenzie, K. J. (2001). Electoral and Partisan Cycles in Fiscal Policy: An Examination of Canadian Provinces. *International Tax and Public Finance*, 8, 753-774.

Kramer, G. H. (1971). Short-term Fluctuations in U.S. Voting Behavior, 1896-1964. *The American Political Science Review*, 65(1), 131-143.

Kraemer, M. (1997). *Electoral Budget Cycles in Latin American and the Caribbean: Incidence, Causes and Political Futility*. Inter-American Development Bank Working Paper 357, Washington D.C..

Lipjhart, A. (1999). *Patterns of Democracy – Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*. Yale University Press. onde?

Lowry, R. C., Alt, J. E. & Ferree, K. E. (1998). Fiscal Policy Outcomes and Electoral Accountability in American States.

MacRae, C. D. (1977). A Political Model of the Business Cycle. *Journal of Political Economy*, vol.85 (2).

Mainwaring, S. P. (2001). *Sistemas Partidários em Novas Democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro, Brasil: FGV.

Mora, M. (2002). *Federalismo e Dívida Estadual no Brasil*. Texto para Discussão no. 866, Ipea, Rio de Janeiro, Brasil.

Mendes, M. J. (1998). Incentivos Eleitorais e desequilíbrio Fiscal de Estados e Municípios. Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.

Mora, M. & Varsano, R. (2001). Fiscal Decentralization and Subnational Fiscal Autonomy in Brazil: Some Facts of the Nineties. Texto para Discussão no. 854, IPEA, Rio de Janeiro, Brasil.

Nakaguma, M. Y. & Bender, S. (2004). A Emenda da Reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: Impactos sobre Ciclos Políticos e Performance Fiscal dos Estados (1986-2002), XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC (2004).

Nicolau, Jairo M. (1996) *Multipartidarismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Nicolau, Jairo M. (org.) (1998). *Dados Eleitorais no Brasil 1982-1996*. Rio de Janeiro: Revam, IUPERJ/UCAM.

Nordhaus, William (1975) The Political Business Cycle. *Review of Economic Studies*, Vol.42 n°1, 1975.

Nordhaus, William; Alberto Alesina e Charles L. Schultze (1989). Alternative Approaches to Political Business Cycle, Brookings Papers on Economic Activity, Vol.1989, n°2.

North, Douglass C. (1990) *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge University Press.

Ogura, L. M. (200?). Uma Avaliação Empírica dos Modelos de Ciclos Eleitorais para a Economia Brasileira (1980-1999), mimeo, Universidade de Brasília.

Paiva, C. A. C. (1994). Revista de Economia Política, vol. 14 no.4 (56), outubro-dezembro/94.

Pereira, A. R. V. V. (2001). Sob a Ótica da Delegação: Governadores e Assembléias no Brasil pós-1989. In Santos, F., *O Poder Legislativo nos estados: Diversidade e Convergência* (cap. 7, pp. 247. Rio de Janeiro, Brasil: Fundação Getúlio Vargas.

Pereira, A. R. V. V. (2004). Por baixo dos Panos: Governadores e Assembléias no Brasil Contemporâneo. Tese de Doutorado, IUPERJ Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Perotti, R. & Kontopoulos, Y. (2002). Fragmented Fiscal Policy. *Journal of Public Economics*, 86,191-222.

Persson, T. & Tabellini, G. (2002). Political Economics: Explaining Economic Policy. Cidade: MIT Press.

Persson, T. & Tabellini, G. (2002). Do Electoral Cycles Differ Across Political Systems?, mimeo.

Pétry, F. & Imbeau, L. M. (1999). *The Electoral Budget Cycle Revisited*. Le Chaiers du GRIG 99-03, Québec, Canada.

Poterba, J. M. (1994). State Responses to Fiscal Crises: The Effects of Budgetary Institutions and Politics. *The Journal of Political Economy*, 102(4), 799-821

Poterba, J. M. (1995). Capital Budgets, Borrowing Rules, and State Capital Spending, *Journal of Public Economics* 56, 165-187.

Poterba, J. M. & Von Hagen, J. (1999). *Fiscal Institutions and Fiscal Performance*, Cidade: The University of Chicago Press.

Reid, B. G. (1998) Endogenous Elections, Electoral Budget Cycles and Canadian Provincial Governments. *Public Choice*, 97, 35-48.

Remmer, K. L. (1993). The Political Economy of Elections in Latin America, 1980-1991. *The American Political Science Review*, 87(2), 393-407.

Robers, D. L. & Rogers, J. H. (2000). Political Competition and State Government Size: Do Tighter elections produce looser budgets? *Public Choice*,105, 1-21.

Rogoff, K. & Sibert, Anne (1988). Elections and Macroeconomic Policy Cycles. *The Review of Economic Studies*, vol. 55 (1), 1-16.

Rogoff, K. (1987). *Equilibrium Political Budget Cycles*. NBER Working paper No. 2428, novembro 1987.

Rogoff, K. (1990). Equilibrium Political Budget Cycles. *The American Economic Review*, vol. 80 (1), 21-36.

Roubini, N. & Sachs, J. (1989). Government Spending and Budget Deficits in the Industrial Countries. *Economic Policy*, 8.

Santos, Fabiano (org.) (2001). O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência, Rio de Janeiro: editora FGV.

Santos, W. G. (2002). Votos e Partidos. Almanaque de Dados Eleitorais: Brasil e outros Países. Rio de Janeiro: FGV Editora e FAPERJ.

Schuknecht, L. (1994). Political Business Cycles and Expenditure Policies in Developing Countries, IMF Working Paper /94/121, october 1994.

Schuknecht, L. (1996). Political Business Cycles and Fiscal Policies in Developing Countries, *Kyklos*, 49(2), 155-170.

Schuknecht, L. (1998) *Fiscal Policy Cycles and the Public Expenditure in Developing Countries*, Staff Working Paper ERAD-9806, World Trade Organization.

Schuknecht, L. (2000). Fiscal Policies Cycles and Public Expenditure in Developing Countries. *Public Choice* 102, 115-130.

Shi, M. & Svensson, J. (2004). *Political Budget Cycles: a Review of Recent Developments*, mimeo.

Shi, M. & Svensson, J. (2001). *Conditional Political Budget Cycles*. Working Paper IIES Stockholm University.

Shi, M. & Svensson, J. (2002). *Political Budget Cycles in Developed and Developing Countries*.

Simpson, X. (2000). Fragmentação Legislativa e Déficit Fiscal: Uma Análise dos estados brasileiros no período de 1987 a 1997.

Snyder, R. (2001). Scaling Down: The Subnational Comparative Method. *Studies in Comparative International Development*, Vol. 3 (1), 93-110.

Stark, D. & Brustz, L. (1998). *Enabling Constraints: Fontes Institucionais de Coerência nas Políticas Públicas no Pós- Socialismo*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(36).

Stein, E., Talvi, E. & Grisanti, A. (1999). Institutional Arrangements and Fiscal Performance: The Latin American Experience. In Poterba, J. & Von Hagen, J., *Fiscal Institutions and Fiscal Performance*. Chicago: University of Chicago Press.

Teixeira, M. F. (2002). Composição dos gastos dos Estados Brasileiros 1983-1999, Prêmio Tesouro Nacional.

Tsebelis, G. (1996). Processo decisório em sistemas políticos: *veto players* no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 11(34).

Van Dalen, H. P. & Swank, O. H. (1996). Government Spending Cycles: Ideological or opportunistic? *Public Choice*, 89, 183-200.

Wibbels, E. (2000). Federalism and the Politics of Macroeconomic Policy and Performance. *American Journal of Political Science*, 44(4), 687-702.

Wibbels, E. & Rodden, J. (2002). Beyond the Fiction of Federalism Macroeconomic Management in Multitiered Systems. *World Politics* 54 .

Secretaria do Tesouro Nacional (2002), Relatório Anual de Gestão Fiscal: Manual de Elaboração, Brasília: STN, 2002.